





Circular Postal 3446, de 3/10/77

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES
E DOCUMENTAÇÃO

RELATÓRIO

1972



SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES DA DIVISÃO DE
DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA
1974

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES
E DOCUMENTAÇÃO

RELATÓRIO

1972

M.R.E. - Biblioteca	
ni. <i>M.033</i>	data <i>26/01/2004</i>
proc. <i>Doação (emb. junto ao Sr. S)</i>	

SERVICO DE PUBLICAÇÕES DA DIVISÃO DE
DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA
1972

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
ASSUNTOS AMERICANOS	13
EUROPA OCIDENTAL	27
EUROPA ORIENTAL	53
ÁFRICA	65
ORIENTE PRÓXIMO	75
ÁSIA E OCEÂNIA	79
ORGANISMOS INTERNACIONAIS	85
Nações Unidas	87
Conselho Econômico e Social	89
Organização Internacional do Trabalho	98
Organização Mundial da Saúde	99
Organização Meteorológica Mundial	100
Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura	101
ASSUNTOS ECONÔMICOS	105
Política Comercial	107
Produtos de Base	117
Transportes e Comunicações	127

PROMOÇÃO COMERCIAL	135
ASSUNTOS CULTURAIS	147
Difusão Cultural, Ciência e Tecnologia	149
Cooperação Intelectual	160
Cooperação Técnica	190
ASSUNTOS CONSULARES E IMIGRAÇÃO	197
ASSUNTOS JURÍDICOS	201
CERIMONIAL	211
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	221
Orçamento	223
Organização	223
Arquivo	224
Material e Patrimônio	224
Comunicações	224
Pessoal	225
Documentação	225
INSPETORIA GERAL DE FINANÇAS	227
RELAÇÕES COM O CONGRESSO	231
ATOS INTERNACIONAIS	237

INTRODUÇÃO

A importância crescente do Brasil no cenário político, econômico e financeiro internacional ampliou as dimensões de seus interesses externos e, por consequência, criou novas responsabilidades para o país perante a comunidade internacional. A política externa brasileira, em 1972, foi levada a buscar novos métodos e a desenvolver iniciativas novas para estar à altura do momento histórico, que vive o Brasil, de rápida expansão econômica e de integração nacional.

A ação desenvolvida pelo Ministério das Relações Exteriores voltou-se para o objetivo principal de promover e defender no âmbito externo os interesses do país, fortalecendo e estreitando os laços tradicionais de amizade que o ligam, em particular, aos países do Continente, e abrindo novas perspectivas de cooperação com as nações africanas, tudo em conformidade com as linhas mestras de nossa política externa, que assim poderiam ser resumidas:

- 1) o Brasil defende a mudança das regras da convivência internacional, é contra a cristalização de posições de poder e se recusa a crer que a História se desenrole necessariamente em benefício de uns e prejuízo de outros países;

2) consideramos que, à medida que um país cresce, cabe-lhe uma parcela de decisão cada vez maior, dentro da comunidade internacional, e que não devemos deixar de usá-la em favor de povos que, como o nosso, aspiram ao progresso;

3) a verdadeira paz não pode ser identificada como a simples manutenção do **status quo**, como resultado do equilíbrio do poder, nem ser instrumento da ampliação da distância que separa as nações ricas das nações pobres; implica, ao contrário, a mudança das regras do comércio internacional e a alteração do mecanismo de distribuição mundial do progresso científico e tecnológico, pois não há verdadeira paz sem desenvolvimento;

4) nossa posição é, portanto, de ativa solidariedade com os países em desenvolvimento, competindo à nossa diplomacia estreitar o entendimento com os povos que travam conosco a dura batalha do progresso;

5) nossa política externa deve ser global, de íntima cooperação com os países em desenvolvimento e de intenso diálogo com os países desenvolvidos.

A partir desses postulados, a diplomacia brasileira lançou-se, em 1972, numa linha de iniciativas intensamente criadoras, tanto nos foros bilaterais quanto nos multilaterais, nos campos político, econômico e psicossocial. Procurou apresentar novas idéias e programas originais de cooperação e atuação coletivas e reagiu contra todas as tentativas de uma divisão do mundo entre países que fazem a História e países que sofrem a História. Assim, se de um lado, por exemplo, assumimos a responsabilidade de numerosas iniciativas para regular de forma justa o comércio de produtos de base, para favorecer o acesso das manufaturas dos países em desenvolvimento aos mercados altamente desenvolvidos e dar nova e mais justa forma ao Direito do Mar, de outra parte nos recusamos a aceitar tudo o que pudesse atentar contra a intangibilidade de nosso espaço geográfico (nele incluído nosso mar territorial de 200 milhas) ou reduzir o ritmo de nosso desenvolvimento.

Os marcos principais da atuação da Delegação do Brasil à XXVII Assembléia Geral das Nações Unidas indicam que aqueles objetivos foram atingidos em sua plenitude. Nesse sentido, há que assinalar a consagração pela Assembléia, dos princípios que têm inspirado as formulações e atividades diplomáticas do Brasil no que respeita às regras de boa convivência e boa-vizinhança, no âmbito da exploração soberana dos recursos naturais, no quadro conceitual que se está formando para assegurar a preservação do meio-ambiente.

Foi também a partir daqueles postulados que o Brasil ampliou mais ainda suas relações com os países latino-americanos, durante o ano de 1972.

Na Bacia do Prata, por exemplo, continuamos a alargar nossa colaboração com países com os quais temos longa e frutuosa tradição de diálogo. Procuramos, igualmente com êxito, aprofundar uma política de cooperação com os países amazônicos e andinos, fazendo com que a intimidade de convivência que hoje temos com as Nações vizinhas do Prata — a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia — se torne também a característica de nosso intercâmbio com a Guiana, o Suriname, a Venezuela, a Colômbia, o Equador, o Peru e o Chile. E estamos buscando expandir nossos contactos com a América Central, com as Caraíbas e com o México.

Os encontros do Presidente da República com os Chefes de Estado da Argentina e da Bolívia, ocorridos no ano findo, criaram importantes mecanismos de cooperação bilateral e deram novo impulso à integração continental. No mesmo sentido, atuaram as visitas oficiais ao Brasil dos Chanceleres da Bolívia, Guatemala e da Costa Rica.

A política de aproximação efetiva com a África, um dos marcos da diplomacia brasileira de 1972, empresta, de certa forma, continuidade e maior amplitude a esse processo de estreita ligação entre o Brasil e a América Latina. Nossa política na América La-

tina, e sobretudo na América do Sul, está-se baseando no reconhecimento de um novo conceito de vizinhança. Queremos transformar a vizinhança geográfica em vizinhança real, as linhas fronteiriças do mapa em linhas de encontro, trocas e conagraçamento. Até recentemente, concentrávamos nossos esforços para estabelecer este novo conceito dinâmico de vizinhança com os nossos vizinhos a Oeste, ao Norte e ao Sul. Voltamo-nos, em 1972, para a nossa fronteira leste, que não é, na realidade, como se dizia até há pouco, o Atlântico, mas os países da costa atlântica da África, dos quais estamos apartados apenas pelos fáceis caminhos do oceano.

Com esses países africanos temos uma longa história comum. E temos também, no presente, uma tradição de cooperação no necessário ordenamento dos mercados de produtos tropicais. Na visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil a nove Estados da área — o Senegal, a Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomê, Nigéria, Camarões, Gabão e Zaire — pôde-se verificar que também começamos a ser vistos como vizinhos e que partilhamos o desejo de que o Atlântico volte a ser apenas o largo rio que já nos uniu no passado.

Temos consciência, nos dois lados do Atlântico, de que pertencemos a um só mundo, o dos trópicos, de que temos entre nós fortes vínculos de sangue e espírito, de que, como no caso das Nações latino-americanas, nossa vizinhança não é só geográfica, mas também espiritual, e de que coincidem igualmente os nossos interesses básicos. Disso dão testemunho as declarações conjuntas assinadas com os países visitados, pois nelas está consignado o alto grau de coincidência entre as diretrizes da política externa brasileira e as orientações seguidas por cada um desses países. Está igualmente assinalada a identidade de pontos de vista sobre as grandes teses de interesse dos países em desenvolvimento nos foros multinacionais. Nas conversações mantidas entre o Chanceler brasileiro e seus colegas africanos evidenciou-se o entendimento comum sobre a necessidade de

que se fortaleça e aprofunde a ação das Nações Unidas e de seus organismos especializados em favor do progresso econômico, social e cultural dos países em desenvolvimento, de modo a reduzir o hiato que os separa dos países altamente industrializados.

Tanto na América Latina e na África, quanto em outros foros, nossa política será cada vez mais a de identificar as coincidências, a de reduzir as possíveis e naturais divergências, a de criar bases sólidas — econômicas, comerciais, culturais — para uma ação política coordenada de uma grande parte do mundo, cuja enorme contribuição ao progresso global da humanidade não guarda relação com os magros benefícios que tem recebido para os frutos de sua inventividade e de seu trabalho. Essa ação política, que tem como base o rápido crescimento do intercâmbio direto entre os países tropicais, entre os países em desenvolvimento, é o corolário natural da história diplomática do Brasil, da política exterior de um país de vocação pacífica e pacificadora, que crê na fraternidade indispensável entre os povos e aspira a uma crescente colaboração entre todas as nações.

Prova de que as relações políticas, econômicas e culturais serão tanto mais íntimas quanto mais profundo for o sentimento de irmandade entre os povos é dada pelos estreitos vínculos que nos unem a Portugal. Graças a esse alto grau de entendimento entre os dois países, o ano de 1972, justamente aquele em que o Brasil comemorou o Sesquicentenário de sua Independência, foi marcado por acontecimentos que só vieram fortalecer a Comunidade Luso-Brasileira. No mês de abril, foram trasladados para o Brasil os restos mortais de D. Pedro I, trazidos pelo próprio Presidente da República de Portugal, o Almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz, em gesto que muito nos sensibilizou. Posteriormente, visitou o Brasil e presenciou, no dia 7 de setembro, a cerimônia de inumação, o Presidente do Conselho de Ministros, Professor Marcello Caetano, Chefe do Governo de Portugal.

O ano de 1972 registrou, ainda, entre os acontecimentos de alto significado para a diplomacia brasileira a promulgação de de-

cretos que dispõem sobre a estrutura, funcionamento e competência do Ministério das Relações Exteriores, sobre o Grupo Diplomacia e sobre a progressão funcional na Carreira de Diplomata. Esses diplomas legais implicam amplas e profundas mudanças e contribuirão, certamente, para conferir maior eficiência ao serviço diplomático brasileiro. Tornarão o Itamaraty melhor aparelhado, em termos de organização e de pessoal, para atender à multiplicidade de exigências de um mundo de complexidade crescente e em rápida transformação.

ASSUNTOS AMERICANOS

ASSUNTOS AMERICANOS

Como membro da Comunidade americana foi no Continente que o Brasil desenvolveu sua principal atividade diplomática no sentido de ampliar as boas relações que felizmente mantém com seus vizinhos. Dois encontros de alto nível teve o Senhor Presidente Garrastazu Médici. O primeiro, de 12 a 15 de março, no Brasil, com o Excelentíssimo Senhor Alejandro Augustin Lanusse, da Argentina, e o segundo, a 4 de abril, em Corumbá, com o Excelentíssimo Senhor Presidente Hugo Banzer Suarez da Bolívia. A Declaração Conjunta firmada a 15 de março pelos Chefes de Estado do Brasil e da Argentina abrange temas de interesse dos dois países. Dentro ainda do programa da visita do Presidente Lanusse, foram assinados com o Chanceler José Maria de Pablo Pardo seis acordos, por troca de notas, versando sobre: a) estudos para a construção de uma ponte internacional sobre o rio Iguazu; b) estudos para o estabelecimento de um programa geral de cooperação em matéria de comunicações; c) estudos de interconexão fronteiriça dos sistemas rodoviários dos dois países; d) eliminação da bitributação em matéria de transportes rodoviários; e) criação da Comissão Mista Brasil-Argentina para Uso e Conservação de Pontes Internacionais, e f) coordenação entre as autoridades dos dois países para favorecer o aumento do intercâmbio turístico.

O encontro na cidade de Corumbá dos Presidentes Hugo Banzer e Garrastazu Médici, a 4 de abril, encerrou-se com a assinatura de uma Declaração Conjunta e de dois atos internacionais firmados estes pelos titulares das Pastas do Exterior do Brasil e da Bolívia. O primeiro ato, assinado com o Chanceler Mario Gutierrez Gutierrez, trata da vinculação rodoviária entre os dois países e das diretrizes a serem observadas no estabelecimento de concessões rodoviárias entre os dois Estados. O segundo, convênio constitutivo do fundo de desenvolvimento do oriente boliviano, estabelece a forma de pagamento da dívida da Bolívia ao Brasil, decorrente da construção da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, — reescalada de 20 para 40 anos — e da aplicação dos respectivos reembolsos em projetos de desenvolvimento na área servida pela ferrovia.

Cabe ressaltar ainda as visitas oficiais de dois outros Ministros do Exterior de Países Latino-Americanos: a do Doutor Roberto Herrera Ibarquen, da Guatemala, de 1.º a 11 de fevereiro, e a do Doutor Gonzalo J. Facio, da Costa Rica, de 28 de fevereiro a 5 de março. Recebidos por Sua Excelência o Senhor Presidente Garrastazu Médici, os Chanceleres dos dois países amigos mantiveram conversações consubstanciadas nas declarações conjuntas assinadas.

No âmbito das nossas relações com os Estados americanos, cabe ressaltar a assinatura pelo Senhor Presidente Garrastazu Médici do Decreto-Lei n.º 1.206, de 3 de fevereiro, que autoriza o Ministério dos Transportes a prestar assistência técnica em assuntos rodoviários, aquaviários e ferroviários a países amigos, quando solicitados pelo Ministério das Relações Exteriores, dentro dos compromissos internacionais assumidos pelo Governo brasileiro.

Da mais alta importância, também, foi o entendimento havido com o Chanceler argentino, Eduardo Mcloughlin, em Nova York, por ocasião do XXVI Período de Sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas. Na oportunidade chegou-se a um entendimento sobre recursos naturais, o que foi adotado na

íntegra como Resolução da Assembléia Geral, constituindo importante marco dentro do processo da Bacia do Prata, de grande significação para as relações Brasil-Argentina. Há, ainda, a ressaltar a Reunião Plenária da Comissão de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil-Argentina, realizada em Buenos Aires, no dia 7 de março.

A viagem do Chanceler Brasileiro aos países das Américas, Central e Insular, e ao Panamá, em 1971, continuou produzindo seus frutos neste ano. Em abril, realizou-se em São José a primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Costa Rica. Ao Governo do Haiti foi oferecida uma linha de crédito de três milhões de dólares, a ser negociada entre o Banco do Brasil e o Banco Nacional daquele país. O Lóide Brasileiro também criou uma linha regular de navegação para a Guatemala, El Salvador, Costa Rica e Nicarágua. O Itamaraty coordenou ampla ajuda do Brasil às vítimas do terremoto que praticamente destruiu a cidade de Manágua em fins de 1972.

URUGUAI

As relações com o Uruguai desenvolveram-se de forma especialmente promissora. Na segunda quinzena de julho, realizou-se em Montevideú uma reunião econômico-comercial, cuja ata final consigna os entendimentos havidos para o incremento do intercâmbio comercial recíproco, possibilidades de desenvolvimento, complementariedade do setor agropecuário, complementação industrial, cooperação financeira e cooperação técnica. A 20 de julho foram assinados em Montevideú dois acordos, por troca de notas, de grande significado para os dois países: o primeiro sobre a recuperação e conservação da ponte da barra do Rio Guaraí e o segundo sobre a fixação definitiva da desembocadura do Arroio Chuí e do limite lateral marítimo entre os dois Estados. Em setembro, ainda na Capital do Uruguai, reuniu-se a Comissão Mista brasileiro-uruguaia de pesca e preservação dos recursos vivos do mar e das águas interiores

limítrofes. No mês de abril, na cidade de Porto Alegre, ao final de uma reunião da Comissão Mista brasileiro-uruguaia para o desenvolvimento da Lagoa Mirim, o Ministro do Interior, Deputado Costa Cavalcanti, assinou pelo Brasil o Acordo para o aproveitamento da bacia do Rio Jaguarão, numa demonstração pública do entendimento entre os dois países vizinhos e dos esforços de seus respectivos Governos para o desenvolvimento de seus recursos naturais, em benefício de seus povos.

COLÔMBIA

As nossas relações com a Colômbia conheceram igualmente um ano feliz. No decorrer de abril, efetuou-se a I Reunião da Comissão Mista brasileiro-colombiana de cooperação econômica e técnica, quando foram examinados o intercâmbio comercial bilateral, a complementação industrial, a melhoria dos transportes entre os dois Estados, a cooperação técnica e os assuntos amazônicos. Em outubro, uma importante delegação da Associação Nacional de Indústrias da Colômbia visitou o Brasil, tendo-se entrevistado com os Ministros de Estado das Relações Exteriores, Indústria e Comércio, da Fazenda, do Planejamento e do Interior, além de outras autoridades e de empresários brasileiros.

PARAGUAI

As relações com o Paraguai conheceram também um ano florescente. Um convênio foi assinado entre o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e o Banco Central do Paraguai para a prestação de assistência técnica. Com o objetivo de incrementar o turismo entre as duas nações amigas, foi firmado um convênio entre a EMBRATUR e a Dirección General de Turismo, do Paraguai. Outro acontecimento importante nas relações bilaterais Brasil-Paraguai foi a inauguração em Assunção, pelo Doutor Nestor Jost, do novo edifício do Banco do Brasil naquela cidade. No mês de outubro, a visita oficial do General-

de-Exército Breno Borges Fortes, Chefe do Estado Maior do Exército, ao Paraguai, proporcionou uma útil troca de idéias com os chefes militares do país vizinho.

ORGANISMOS REGIONAIS

Intensa foi igualmente a participação do Brasil nos 3 organismos regionais: ALALC, OEA e Bacia do Prata.

ALALC

Na condição de membro da Comissão Nacional para Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio e na sua qualidade de responsável pela Secretaria-Executiva, o Itamaraty coordenou a participação brasileira nas reuniões efetuadas no âmbito da Associação, orientando a posição dos órgãos governamentais na preparação da XII Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu e em suas pré-negociações. Conseqüentemente, o Itamaraty participou: a) dos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Uruguai, que prorrogou até 31 de dezembro de 1975 as concessões outorgadas pelo Brasil por ocasião da visita do então Presidente Pacheco Areco ao Brasil; b) dos trabalhos na Subcomissão Mista Brasil-Uruguai para Assuntos Agropecuários, durante os quais foi acordada rebaixa tarifária sobre produtos agrícolas uruguaios, como a manteiga e o arroz, e discutiu-se a participação daquele país no fornecimento de trigo ao Brasil; c) das negociações tarifárias Brasil-Bolívia, que permitiram a inclusão de 36 novos produtos na lista especial de vantagens não extensivas, que o Brasil estende à Bolívia, dentro da sistemática da ALALC e a seleção de outros 23 com vistas à outorga, após os necessários estudos, de quotas ou concessões limitadas.

Considerando a importância sempre crescente do Acordo de Cartágena, o Governo brasileiro decidiu indicar o seu Embaixador em Lima na qualidade de observador junto ao Grupo andino.

Manteve-se a tendência à canalização por meio dos acordos de complementação industrial das correntes de comércio, para as quais existem possibilidades efetivas de desgravação, tendo sido negociados e assinados vários acordos, ou ampliados acordos dessa natureza.

Os resultados da conferência das Partes Contratantes realizada pela décima-segunda vez, em 1972, na Capital uruguaia, não foram particularmente estimulantes. Três acordos de complementação (os de número 16 — Excedentes e Faltantes de petroquímica; 18 — Fotografia, e 14 — Indústria Químico-Farmacêutica) tiveram suas ampliações assinadas, mas as negociações para a retirada de produtos das listas Nacionais transcorreram sem progresso substancial.

A análise objetiva das cifras comerciadas em 1972 confirmará a importância do comércio zonal, que registrou em favor do Brasil a tendência superavitária prevalente desde 1969. O ano de 1973 iniciou-se para a ALALC sob ameaça de crise porque à luz da Resolução 305 da XII Conferência “os prazos das disposições vigentes na Associação que estejam relacionadas com o aperfeiçoamento da Zona de Livre Comércio a que se refere o artigo 2 do Tratado, vigorarão até 31 de dezembro de 1973 (o prazo anteriormente estipulado esgotava-se em junho), caso o Protocolo de Caracas não tenha sido ratificado pelas Partes antes dessa data”. O Protocolo de Caracas, que amplia os prazos mencionados para 1980, não recebeu ainda a ratificação de vários signatários.

OEA

Com respeito à OEA, podem-se considerar satisfatórios os resultados do seu II Período de Sessões da Assembléia Geral, em cuja extensa agenda figuravam tópicos de grande complexidade, como o fortalecimento do princípio de não-intervenção e autodeterminação dos povos e do Sistema interamericano de paz e, ainda, projetos contemplando os efeitos jurídicos das

reservas dos tratados multilaterais, extradição e definição dos casos de violação dos princípios de não-intervenção. Também examinou a Assembléia os relatórios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Comissão Jurídica Interamericana, bem como o Estatuto desta última, que, conforme o ponto de vista do Brasil, foi aprovado sem emendas e por unanimidade. Ainda em relação à CJI, registrou-se, com pesar geral, a decisão do Professor Vicente Rao de não mais aceitar a proposta de seu nome para a presidência da Comissão.

Por outro lado, tomou posse, em janeiro, na presidência do Tribunal Administrativo da Organização, o Ministro Mozart Victor Russomano, cargo para o qual foi eleito por unanimidade de votos.

No setor econômico, cabe ressaltar o alcance da decisão tomada pela XIV CECLA, de vincular às negociações multilaterais de 1973 o mecanismo da CECON. Esta passaria, assim, a constituir para os latino-americanos, uma tomada prévia de posição antes da reunião com os Estados Unidos da América.

Foram motivo de especial satisfação as conclusões do "Country Review" relativas ao Brasil, elaboradas pelo CIAP, que consignou como tendo sido de 9,8% o percentual de crescimento econômico brasileiro no quadriênio, a maior taxa de desenvolvimento observada na América Latina e uma das mais altas do mundo. A par disso, na IV Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, a Delegação brasileira, chefiada pelo Ministro Júlio Barata, teve oportunidade de demonstrar o progresso alcançado pelo Brasil no âmbito social.

No campo educativo-econômico-cultural, a ênfase colocada nos setores de ciência e da tecnologia culminou na realização, no Itamaraty, da Conferência Interamericana Especializada sobre Aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina (CACTAL). Durante a Conferência, ao fim da qual chegou-se ao "Consenso de Brasília", a Delegação brasileira procurou conduzir as tentativas de maneira objetiva, sob a Chefia esclarecida do Ministro João Paulo dos Reis Velloso.

Realizadas eleições pela Comissão Executiva do Conselho Interamericano para a Educação, Ciência e Cultura, elegeram-se para o Comitê de Cultura o Professor Renato de Azevedo Duarte Soeiro e, para o Comitê de Ciência e Tecnologia o Professor Heitor Gurgulino de Souza, posteriormente escolhido presidente do mesmo Comitê.

Também tiveram grande atividade os organismos especializados da OEA. De particular significação política revestiu-se o VII Congresso do Instituto Indigenista Interamericano, que se realizou em Brasília, de 7 a 12 de agosto, e do qual participaram, além de representantes de todos os Estados Membros do Instituto, vários antropólogos de renome internacional. Tratou a reunião dos seguintes temas: situação das populações indígenas em cada país da América; problemas das populações indígenas (problemas sanitários, jurídicos, educacionais e econômicos); problemas do desenvolvimento nacional e populações indígenas. O Congresso teve completo êxito e grande repercussão internacional, contribuindo sobremaneira para prestigiar a política indigenista do Governo brasileiro, tão injustamente caluniada e vilipendiada com a campanha do “genocídio indígena”, lançada contra o Brasil. Nessa mesma ocasião foi assinada a Ata de Brasília, principal documento do Congresso, e que consubstanciou as principais teses da política indigenista brasileira.

Bacia do Prata

Acompanhando o desenvolvimento do processo da Bacia do Prata, o Itamaraty coordenou, no ano findo, o trabalho dos grupos de especialistas criados pelas Atas de Santa Cruz de la Sierra, Brasília e Assunção, que abrangem temas tais como a complementação das áreas limítrofes, interconexões rodoviárias e de telecomunicações, integração energética, navegação etc. Dois grupos iniciaram suas atividades em 1972, o de Educação e o de Saúde, enquanto que os debates relativos ao

Fundo Financeiro da Bacia acabaram conduzindo à aprovação, pela V Reunião de Chanceleres, da Resolução n.º 44. Esta encomendou ao Comitê Intergovernamental Coordenador a elaboração de um projeto de convênio que determine as características básicas do novo mecanismo. Dezoito outras resoluções foram aprovadas na Reunião, que se constituiu, sem sombra de dúvida, em um êxito diplomático.

Especializando-se no trato em geral dos problemas relacionados com o múltiplo aproveitamento do recurso-água e com o meio-ambiente, o Itamaraty fez-se representar no encontro do Grupo de Peritos *ad hoc* sobre Previsão de Necessidades em Matéria de Recursos Hídricos, realizado em Budapeste, de que participaram técnicos de vários países, com o objetivo de reunir sugestões para um trabalho sobre recursos hídricos a ser elaborado pelo Secretariado da ONU.

As seguintes personalidades americanas foram recepcionadas no Ministério das Relações Exteriores em 1972:

Senhor Rodman Rockefeller e um grupo de empresários norte-americanos, em 18 de janeiro;

Participantes da VI Reunião do Comitê da Assembléia de Governadores do BID, em 25 de janeiro;

Ministro da Educação da Nicarágua, Senhor José Antonio Moca Rostran, em 24 de fevereiro;

Delegação norte-americana às negociações Brasil-Estados Unidos da América sobre pesca, em 25 de fevereiro;

Delegação surinamense às negociações sobre pesca, em 10 de março;

Embaixador José Mario Ruda, Subsecretário do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, em 23 de março;

Delegação de Trinidad-e-Tobago, participante das negociações com o Brasil sobre pesca, em 4 de abril;

Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Senhor José Mora Otero;

Doutor Francisco Garcia Sancho, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Ciências e Tecnologia do México, em 10 de maio;

Senhor Galo Plazo Lesso, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, em 11 de maio;

Delegados da Argentina, Estados Unidos da América e Venezuela, à Organização dos Estados Americanos, em 17 de maio;

Embaixador Delfim Ugarte Centurion, Representante do Paraguai na Associação Latino-Americana de Livre Comércio, em 18 de maio;

Senhor Gonzalo Rubio Orbe, Diretor do Instituto Indigenista Interamericano, em 25 de maio;

Professor William Jordan, Assistente para Assuntos Americanos do Professor Henry Kissinger, em 29 de maio;

Diretor do Banco Ganadero da Colômbia, em 22 de junho; Delegação Latino-Americana à Reunião Preliminar sobre “Containers” dos Países da Bacia do Prata, em 22 de junho;

Integrantes da II Reunião da Comissão Cultural Mista Brasil-Guiana, em 18 de julho;

Membros da Delegação do Suriname às negociações sobre pesca, em 2 de agosto;

Embaixador Victor Maldonado, do Ministério das Relações Exteriores do México, em 8 de setembro;

Membros da Delegação Canadense em visita ao Brasil, em 17 de outubro;

Membros da Delegação Argentina à Subcomissão de Transportes da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação, em 31 de outubro;

Embaixador Carlos Sanz de Santamaria, em 7 de novembro;

Senhor Francisco Darquea, jornalista equatoriano, em 28 de novembro;

Grupo de jornalistas norte-americanos, em 13 de dezembro;
Delegação colombiana à Reunião sobre Preservação da Fauna e da Flora Amazônica, em 13 de dezembro;

Embaixador Osiris Guillermo Villegas, da República Argentina (despedida);

Participantes da Conferência Especializada sobre a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento da América (CACTAL), em 19 de maio;

Participantes do VI Congresso Indigenista Interamericano, em 8 de agosto;

Delegação Uruguaia à Subcomissão Mista para Assuntos Agropecuários, em 26 de outubro.

EUROPA OCIDENTAL

EUROPA OCIDENTAL

Foi intensificado, no ano de 1972, o trabalho de estreitamento dos vínculos políticos, econômicos e culturais que nos ligam à Europa Ocidental, área de tradicional interesse e destaque no quadro da política exterior brasileira. Entramos numa das mais felizes épocas de colaboração e entendimento, ampliando todos os tipos de intercâmbio com quase todos os países europeus. É uma circunstância que se explica, fundamentalmente, pelo extraordinário crescimento econômico dos principais países da Europa Ocidental e sua associação em Mercado Comum. O dinamismo de sua economia e a sua disponibilidade para grandes investimentos, coincidindo com um período de contínuo crescimento da economia brasileira, levaram a um previsível encontro de interesses e a significativa melhoria da posição da Europa Ocidental no quadro de prioridades da nossa política comercial.

O ano de 1972 viu a ampliação da Comunidade Econômica Européia, que de seis países passou a contar com nove. Estes países absorvem, hoje, cerca de 30% de nossas exportações, incluindo-se 10 países da Europa Ocidental entre os 15 maiores clientes de produtos brasileiros, sendo dois deles o segundo e o terceiro grandes compradores.

Têm aumentado, no Brasil, tanto os investimentos diretos como os financiamentos provenientes dos principais países exportadores de capital da Europa Ocidental. A República Federal da Alemanha é o segundo grande investidor estrangeiro no Brasil, e, entre os dez primeiros, sete são países da Europa Ocidental.

Relacionadas com as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, o Itamaraty preparou as visitas do Presidente da República, do Presidente do Conselho de Ministros e do Chanceler de Portugal, Suas Excelências os Senhores Almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz, Marcello Caetano e Ruy Patricio.

ALEMANHA (RFA)

Realizou-se nos dias 6 e 7 de junho de 1972, no Itamaraty, em Brasília, a Segunda Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Jorge de Carvalho e Silva, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, e a Delegação alemã, pelo Senhor Hans-Hilger Haunschild, Secretário de Estado do Ministério Federal da Educação e Ciência.

Durante a Reunião, os contatos permitiram avaliar os resultados alcançados desde a Primeira Reunião (de instalação) da Comissão Mista em novembro de 1971, em Bonn, nos cinco setores da cooperação: energia nuclear, pesquisa científica, pesquisa aeroespacial, matemática, computação e oceanografia. Dentre estes setores, os três primeiros já eram objeto de convênios especiais entre entidades brasileiras (Comissão Nacional de Energia Nuclear, Conselho Nacional de Pesquisas e Centro Técnico Aeroespacial) e alemãs (Centro de Pesquisa Nuclear de Jülich e Instituto Alemão de Pesquisa Aeronáutica e Espacial). O quarto convênio, sobre cooperação nos campos da matemática, pura e aplicada, e da computação, foi assinado no segundo dia da Reunião, entre o Conselho Nacional de Pesquisa

e a Sociedade de Matemática e Processamento de Dados de Birlinghoven, depois de prolongados entendimentos quanto a um problema surgido a respeito de patentes.

O Secretário de Estado Hans-Hilger Haunschild, durante sua estada em Brasília, entrevistou-se com os Ministros das Relações Exteriores e das Minas e Energia e com o Reitor da Universidade de Brasília, onde visitou o Curso Experimental de Física, então instalado por uma equipe alemã. No Rio de Janeiro, o Senhor Haunschild visitou a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Conselho Nacional de Pesquisas. No dia 5 de junho, o Secretário de Estado pronunciou, no auditório do Itamaraty, conferência sobre o "Desenvolvimento do Programa Atômico Alemão como um Exemplo para a Promoção de Novas Tecnologias".

A cooperação científico-tecnológica no quadro dos convênios especiais desenvolveu-se ativamente durante o ano de 1972. A cooperação entre o CNEN e Jülich, a mais antiga e mais estruturada das duas instituições, desenvolveu-se através de cursos e seminários realizados em institutos brasileiros, estágios de peritos brasileiros na República Federal da Alemanha e experiências conjuntas no campo de pesquisa e tecnologia nuclear.

A colaboração realizada no âmbito do convênio entre o CNPq e Jülich começou a tomar corpo em 1972. Três dos setores previstos (química, física e biologia) foram ativados, devendo os demais (geologia, tecnologia industrial, agricultura, veterinária, astronomia etc.) ser proximamente ativados. Deve-se registrar também, durante o ano de 1972, a instalação de laboratórios de física nas Universidades de Brasília e São Carlos, doados pela República Federal da Alemanha, e a visita de técnicos e cientistas alemães a várias instituições de pesquisa brasileiras.

A cooperação aeroespacial, desenvolvida entre o CTA e o DFVLR, iniciou-se efetivamente no começo de 1972, com a visita do Dr. Fiebig, que procedeu à coordenação geral do programa,

abrindo as portas para uma intensa troca de informações e contatos científicos nos campos da propulsão de foguetes e da mecânica dos fluidos. Durante a segunda reunião da Comissão Mista, em junho último, o CTA e o DFVLR decidiram cooperar mais intimamente para o lançamento de foguetes no campo da Barreira do Inferno.

A cooperação entre o CNPq e a Sociedade de Birlinghoven, mesmo antes da assinatura do convênio especial, já se vinha desenvolvendo através de visitas de informação e do intercâmbio dos cientistas, atividades intensificadas a partir de junho, quando foi assinado o convênio.

Quanto à cooperação no campo da oceanografia, os alemães manifestaram a intenção de iniciar, ainda em 1972, a "Operação Guanabara" (projeto destinado ao desenvolvimento científico da pesca no litoral do Estado do Rio), para depois proceder a conclusão do convênio especial.

Durante o ano de 1972, desenvolveram-se conversações, iniciadas em 1971, entre autoridades brasileiras e alemães, sobre a possibilidade de criação de uma Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica. A Comissão seria composta de duas seções que funcionariam permanentemente em Brasília e em Bonn, tendo ficado acertado que a seção alemã se comporia, basicamente, de elementos do setor privado, ao passo que a seção brasileira teria, preponderantemente, representantes de órgãos públicos (Ministérios), embora dela pudessem participar também representantes dos empresários.

As duas partes já se colocaram de acordo a respeito dos objetivos da Comissão Mista, ou seja, entre outros, o desenvolvimento do intercâmbio comercial, a possibilidade de aumentar os investimentos alemães no Brasil e a formulação de esquemas de complementação industrial.

No momento, continuam os entendimentos entre a Embaixada do Brasil em Bonn e autoridades alemães, destinados à elabo-

ração do texto das notas relativas à criação da Comissão Mista, que se daria provavelmente em inícios de 1973.

Foi assinado, em 7 de junho, o Convênio entre o Brasil e a República Federal da Alemanha sobre a Entrada de Navios Nucleares em Águas Brasileiras e sua Permanência em Portos Brasileiros. As negociações com vistas à conclusão do Acordo, iniciadas em março de 1971, prolongaram-se por muito tempo, pois envolviam importantes interesses nacionais, com repercussões em múltiplos domínios. Em 28 de novembro o Acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Independentemente da vigência do Acordo, visitou o Brasil por duas vezes o navio nuclear alemão "Otto Hahn". As viagens autorizadas por troca de notas realizaram-se em junho e agosto de 1972. A primeira viagem coincidiu com a Segunda Reunião da Comissão Mista de Ciência e Tecnologia, e, na ocasião, foi realizado um simpósio sobre propulsão naval nuclear. Em ambas as viagens o navio transportou minério de ferro do porto de Tubarão para a República Federal da Alemanha.

Foi objeto de negociações durante todo o ano de 1972 o Acordo Administrativo entre o Ministério do Exército brasileiro e o Ministério da Defesa alemão, com vistas a regulamentar a situação dos oficiais brasileiros em treinamento na República Federal da Alemanha. No momento, as autoridades alemãs estão examinando com a Embaixada do Brasil em Bonn a redação final proposta pela Parte brasileira, após o quê poderá ser assinado o Acordo (pelo Adido Militar em Bonn) e aprovado por troca de notas entre a Embaixada em Bonn e o Ministério Alemão dos Negócios Estrangeiros.

Finalmente, há que registrar o convite formulado pelo Governo alemão ao Ministro de Estado das Relações Exteriores para visitar a República Federal da Alemanha. Aceitando o convite, o Ministro de Estado marcou sua viagem para janeiro de 1973, quando visitaria também outros países europeus. Posteriormente, porém, decidiu adiá-la para época mais oportuna.

Visitou Brasília, nos dias 25 e 26 de setembro, o Senhor Embaixador Theo De Dobbeleer, Diretor-Geral do Comércio Exterior da Bélgica, representando o Senhor Henri Fayat, Ministro do Comércio Exterior da Bélgica, que, convidado pelo Governo brasileiro, teve de cancelar sua viagem ao Brasil por motivo de saúde.

O Embaixador Theo De Dobbeleer chefiou uma missão integrada por funcionários do Governo belga, comerciantes, industriais e banqueiros — na maioria diretores ou executivos de corporações belgas ou multinacionais — interessados em melhor conhecer as realizações do Governo brasileiro, o desenvolvimento e as possibilidades da economia do país, e em estabelecer contatos com autoridades e empresários, com o intuito de se familiarizarem com a legislação e as condições para o incremento do comércio e dos investimentos. Representando os mais diversos setores — metais não-ferrosos, petroquímica, processos de engenharia, fibras sintéticas, equipamentos de iluminação para aeroportos, equipamentos de pesca etc. —, alguns dos empresários manifestaram a intenção de se associarem a indústrias brasileiras, em empreendimentos de grande envergadura, demonstrando especial curiosidade pelo setor de minérios.

Assinalando que os contatos mantidos foram “realmente excelentes”, e que “deverão possibilitar um forte impulso no desenvolvimento do comércio entre os dois países”, o Embaixador De Dobbeleer indicou como um dos objetivos da missão “promover melhor utilização das possibilidades que o mercado brasileiro oferece à exportação belga”.

O Embaixador De Dobbeleer entrevistou-se com o Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Jorge de Carvalho e Silva; Ministro das Minas e Energia, Professor Antônio Dias Leite Júnior; Secretário-Geral do Ministério da Agricultura, Dr. Ezelino Alonso de Araújo Arteche; e Secretário-Geral do Ministério da Indústria e Comércio, Dr. Luiz de Magalhães Botelho.

No Rio de Janeiro, foi recebido pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, Professor João Paulo dos Reis Velloso, e pelo Ministro, interino, da Fazenda, Dr. José Flávio Pécora.

No Itamaraty, o Embaixador De Dobbeleer reuniu-se, nos dias 25 e 26, com representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, do Interior, das Minas e Energia, da Saúde, da Agricultura, da Indústria e Comércio, do Planejamento, do Instituto Brasileiro do Café, do Conselho Nacional de Siderurgia, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, da PETROBRÁS, da ELETROBRÁS, da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, do Banco Central, do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, do Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste.

Nesses encontros, a Missão belga examinou com os técnicos e funcionários brasileiros as possibilidades de se incrementarem as relações econômicas entre o Brasil e a Bélgica, e se inteirou das realizações e da programação governamental nos diferentes setores, em especial sobre:

Banco Nacional de Desenvolvimento
Corredores de exportação
Plano Siderúrgico Nacional
Sistema financeiro e bancário brasileiro
Sistema de Correção Monetária
Industrialização de alimentos
Exploração de recursos minerais

O Embaixador De Dobbeleer visitou, também, o Rio de Janeiro e São Paulo, onde foi recebido pelos Governadores Chagas Freitas e Laudo Natel, respectivamente, e se reuniu com as personalidades mais representativas do comércio e da indústria para examinar os principais aspectos do intercâmbio comercial, entre os dois países, e as perspectivas de investimentos belgas no Brasil.

As conversações do Embaixador Theo De Dobbeleer com as autoridades brasileiras foram altamente proveitosas e desenvolveram-se em atmosfera cordial e de mútua compreensão.

O Itamaraty participou das negociações com a Bélgica, destinadas a evitar a bitributação, que resultaram em acordo já aprovado pelo Congresso Nacional.

ESPANHA

A inexistência de problemas de maior relevo na área política tem facilitado o bom andamento das relações hispano-brasileiras, que se viram incentivadas em 1972, devido, em parte, aos esforços que vêm sendo desenvolvidos pela Espanha para obter maior aproximação com os países latino-americanos.

Em princípios de maio, o Ministro do Trabalho da Espanha, Licínio de la Fuente y de la Fuente, em viagem pela América do Sul, visitou oficialmente o Brasil, tendo sido recebido pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, Júlio de Carvalho Barata. Durante sua visita, o Ministro espanhol manteve, com seu colega brasileiro, conversações acerca da implementação do Acordo de Previdência Social firmado entre os dois países. O Ministro espanhol manifestou o interesse do seu Governo em colaborar com os programas de desenvolvimento brasileiros, sobretudo no tocante ao fornecimento ou preparação de mão-de-obra qualificada e cooperação técnica. O Ministro Licínio de la Fuente procedeu, ainda, à entrega oficial, ao Arcebispado de Brasília, dos sinos doados pelo Governo espanhol, para instalação na Catedral da cidade.

Em novembro, visitou oficialmente o Brasil o Ministro do Planejamento da Espanha, Laureano Lopez-Rodó. Foi recebido, em audiência especial, pelo Presidente da República, e entrevistou-se com o Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Jorge de Carvalho e Silva; com os Ministros do Planejamento e Coordenação; da Fazenda; do Interior; das Comunicações e da Indústria e Comércio. Ademais, manteve entendimentos com outras autoridades brasileiras e pronunciou

conferências sobre a elaboração e execução dos planos nacionais de desenvolvimento espanhóis. Durante os três dias em que permaneceu no Brasil, o Ministro Lopez-Rodó, além de procurar inteirar-se do sistema brasileiro de planejamento e das características dos projetos em fase de implementação, manteve, com as autoridades brasileiras, entendimentos acerca das possibilidades de vir a Espanha a incrementar as suas exportações para o Brasil, financiar barcos e equipamento para a indústria de pesca, fornecer material ferroviário, de comunicação e outros, bem como participar em alguns projetos de desenvolvimento regional brasileiros, principalmente nas áreas beneficiadas por incentivos fiscais.

No mês de setembro, as delegações do Brasil e da Espanha, reunidas em Brasília, aprovaram Normas Administrativas para cumprimento do Acordo de Previdência Social Hispano-Brasileiro, de 1969, e do seu Ajuste Complementar. Da ata final das conversações, constou uma sugestão no sentido de que os dois Governos estudem a conveniência de alterar os parágrafos 1.º e 4.º do artigo 7.º do referido Acordo. Nesse sentido, o Governo brasileiro encaminhou à apreciação das autoridades espanholas projeto de nova redação para os citados dispositivos legais.

Atendendo a convite formulado pelo Governo espanhol e em retribuição à visita do Ministro dos Assuntos Exteriores, Gregório López Bravo, ao Brasil, em 1971, o Ministro de Estado das Relações Exteriores decidiu visitar a Espanha no mês de janeiro de 1973. A viagem foi, entretanto, adiada para época mais oportuna no mesmo ano.

FINLÂNDIA

Fato relevante a assinalar nas relações do Brasil com a Finlândia no ano de 1972 foi a assinatura em Helsinque, no mês de fevereiro, de um acordo para evitar a bitributação em matéria de impostos sobre rendimento e evasão fiscal, já aprovado pelo Congresso Nacional.

FRANÇA

A 2 de março apresentou credenciais ao Senhor Presidente da República o novo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da França, Senhor Paul Fouchet.

No ano de 1972, tiveram prosseguimento os entendimentos entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o "Commisariat à l'Energie Atomique", cuja cooperação deverá ser coordenada mediante o projeto denominado "Cobra", para cuja execução as duas entidades estão concluindo a negociação de um convênio de cooperação científico-tecnológica.

O Titular da Pasta do Exterior aceitou o convite, formulado por seu colega Ministro Schumann, para visitar a França em caráter oficial. A viagem, inicialmente marcada para janeiro de 1973, deverá ocorrer em época a ser fixada posteriormente.

GRÉCIA

Foi criado o cargo de Adido das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil em Atenas. O primeiro ocupante daquelas funções é o Capitão-de-Mar-e-Guerra Júlio César Perdigão Coelho, que assumiu em 24 de agosto.

O Embaixador da Grécia fez entrega ao Itamaraty, em 12 de dezembro, de uma proposta de novo Acordo Comercial com o Brasil. O texto em questão, que será examinado conjuntamente com outros órgãos federais competentes, é destinado a substituir o Acordo Provisório de Comércio e Pagamentos, assinado em 30 de julho de 1960 e revigorado sucessivamente, cada seis meses, até 31 de julho de 1969, quando passou a ser aplicado por consentimento tácito de ambos os Governos.

Segundo a proposta grega, será adotado o pagamento à vista, em divisas livres, nas transações comerciais entre as duas partes, não mais se aplicando o mecanismo do "clearing" em dólares, vigente até agora.

No que diz respeito às relações ítalo-brasileiras, registraram-se, no ano de 1972, alguns contatos de grande significação entre autoridades dos dois países.

No mês de março, o Ministro das Minas e Energia do Brasil, Professor Antônio Dias Leite, visitou a Itália para tratar principalmente dos seguintes assuntos: 1) Empreendimento conjunto para a instalação de uma usina de peletização em Tubarão; 2) aproveitamento dos navios transportadores de minérios para o transporte de petróleo, no retorno ao Brasil; 3) participação italiana no plano de desenvolvimento da siderurgia brasileira.

No mês de abril, por ocasião da Feira Internacional de Milão, o Instituto Ítalo-Latino Americano (IILA) promoveu a realização, naquela cidade, de um simpósio sobre a América Latina, ao qual compareceu grande número de representantes dos países latino-americanos, autoridades e homens de negócios italianos. O Brasil fêz-se representar pelo Secretário-Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Doutor Henrique Flânzer, acompanhado por dois assessores. No dia dedicado ao Brasil, o Doutor Henrique Flânzer pronunciou conferência sobre o desenvolvimento brasileiro e suas implicações sociais, com ênfase, sobretudo, nas metas do Plano Nacional de Desenvolvimento. Seguiram-se debates durante os quais empresários e representantes do mundo financeiro italiano demonstraram grande interesse pelas possibilidades de investimentos no Brasil.

Por ocasião de sua visita à Itália, o Secretário-Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral manteve, com o Presidente e o Secretário-Executivo do IILA, entendimentos com vistas a incrementar a cooperação do Instituto com entidades brasileiras. O Doutor Flânzer visitou, ainda, o Instituto de Reconstrução Industrial (IRI), onde examinou as possibilidades de treinamento, no âmbito do Instituto, de funcionários e técnicos brasileiros, tendo ainda mostrado interesse pelas atividades daquela entidade em relação às regiões de menor desenvolvimento da Itália.

Seguiu-se visita, àquele país, do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral do Brasil, Professor Reis Velloso, que manteve contatos com representantes da indústria estatal e privada, bem como com os principais grupos financeiros italianos, sobre as possibilidades de investimento no Brasil.

Em princípios de julho, realizou-se no Itamaraty, em Brasília, reunião preparatória da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Itália, de cujos trabalhos participaram representantes de vários órgãos da administração brasileira e a delegação italiana chefiada pelo Doutor Armando Fracassi, Diretor-Geral do Departamento de Acordos do Ministério do Comércio Exterior da Itália. A agenda da reunião incluiu os seguintes assuntos: intercâmbio comercial, comportamento e perspectivas; disposições brasileiras e italianas sobre importações; perspectivas das importações italianas de produtos tradicionais (café, minérios, carnes, cereais etc.); relações financeiras; plano nacional de desenvolvimento; setor siderúrgico; setor energético; setor de transportes (aéreo, ferroviário e marítimo); setor de telecomunicações; fornecimento, com pagamento a prazo, à pequena e média indústrias; assistência técnica no setor da formação profissional.

Por ocasião de sua visita à Itália, em setembro, para tratar de problemas ligados à pretensão brasileira de firmar um acordo preferencial com a CEE, o Embaixador Jorge de Carvalho e Silva, Secretário-Geral de Política Exterior, manteve contatos com o Secretário-Geral da Farnesina e com o Secretário Executivo do Instituto Ítalo-Latino Americano, Embaixador Carlos Perrone Capano, com os quais examinou as possibilidades de melhor utilização do Instituto, em favor do Brasil, mediante cooperação com a Fundação Getúlio Vargas, em programas de treinamento e formação técnica e realização de estudos e pesquisas de mercado, que possam contribuir para o incremento do nosso intercâmbio com a Itália.

Em fins de outubro, um dos Subsecretários de Estado das Relações Exteriores, da Itália, Deputado Mário Pedini, visitou ofi-

cialmente o Brasil, em companhia de diversas autoridades da Farnesina. O Deputado Pedini e sua comitiva foram recebidos pelos Presidentes do Senado e da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, pelo Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Jorge de Carvalho e Silva, pelo Ministro de Estado, interino, da Educação e Cultura, Coronel Confúncio Pamplona, e pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, Professor Reis Velloso.

Por ocasião de sua visita ao Brasil, o Deputado Mario Pedini assinou, em Brasília, o Acordo Básico de Cooperação Técnica, negociado entre os dois países, o qual prevê, entre outras medidas, o envio de técnicos italianos ao Brasil, a realização de estágios de especialização de técnicos brasileiros na Itália, e, complementarmente, doação de equipamentos. No quadro institucional criado pelo Acordo, foi encaminhada às autoridades italianas uma relação de projetos prioritários, nos setores da ciência, tecnologia, educação, artes gráficas e prevenção de acidentes de trabalho, todos da maior significação para o processo de desenvolvimento brasileiro.

O Deputado Pedini assinou, ainda, em Brasília, o Acordo Sanitário destinado a facilitar as exportações de carnes brasileiras para a Itália, que se insere no contexto do grande esforço que vem sendo realizado pelo Governo brasileiro, no sentido de aprimorar as condições de fiscalização sanitária, aumentar a produção e dinamizar a comercialização das carnes, no Brasil, com vistas, inclusive, ao incremento das exportações desses produtos para nossos clientes no exterior, entre os quais a Itália ocupa, atualmente, o primeiro lugar no continente europeu.

Em novembro de 1972, chegaram ao final as negociações relativas ao Acordo Administrativo sobre Previdência Social, que estabelece as condições da assistência social recíproca, prevista nos artigos 37 e 43 do Acordo de Imigração Brasil-Itália. Visa o Acordo, fundamentalmente, a garantir aos trabalhadores que se transferirem de um para outro Estado Contratante a manutenção dos direitos já adquiridos junto à Previdência

Social do seu país de origem, além dos benefícios concedidos pela Previdência Social do país para o qual se transferirem, assegurando-lhes, inclusive, a totalização dos períodos de seguro e assemelhados, cumpridos nos dois países, com vistas à concessão de benefícios.

PORTUGAL

O primeiro grande acontecimento das relações luso-brasileiras no decorrer do ano de 1972 foi a visita ao Brasil do Presidente português, Almirante Américo Thomaz que, em fins de abril, trouxe os restos mortais do Imperador Dom Pedro I, como parte das comemorações do Sesquicentenário da Independência. O Chefe de Estado português chegou ao Rio de Janeiro no dia 22 de abril a bordo do transatlântico "Funchal", escoltado por fragatas lusas e por uma força-tarefa da Marinha brasileira. No mesmo dia, entrou em vigor a Convenção sobre a Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses — o Estatuto de Igualdade.

O Presidente Américo Thomaz foi recebido no Rio de Janeiro pelo Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, e aí permaneceu, cumprindo extenso programa e sendo alvo de diversas homenagens, até a manhã do dia 24, quando seguiu para Brasília, de avião. Na Capital do País, entrevistou-se novamente com o Presidente Médici e visitou o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. A 26 de abril, o Presidente português voou para São Paulo, de onde voltou ao Rio de Janeiro no dia seguinte. No dia 28, partiu a bordo do "Funchal" para Salvador, onde se demorou algumas horas do dia 29, quando regressou a Portugal. Durante sua estada em Brasília, o Chefe de Estado português e o Presidente do Brasil assinaram declaração conjunta em que se reiterou o empenho de fortalecer a Comunidade Luso-Brasileira; na mesma declaração anunciou-se que o Presidente Thomaz havia convidado o Chefe de Estado brasileiro a visitar oficialmente Portugal, em data a ser fixada, tendo o Presidente brasileiro aceitado com satisfação o convite.

Em fins de maio esteve em visita oficial a Lisboa o então Ministro da Saúde brasileiro, Professor Rocha Lagoa, a convite do seu colega português, Dr. Baltasar Rebelo de Souza, com o qual manteve entendimentos sobre o programa de cooperação entre os dois países, no domínio da saúde pública, estabelecido em 1971.

Na mesma época, partiu do Rio de Janeiro com destino a Moçambique uma missão comercial brasileira, promovida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Centro Empresarial Luso-Brasileiro (CELB), para participar da Feira Internacional de Lourenço Marques e manter contatos com os empresários moçambicanos. A missão esteve depois em Luanda, deslocando-se mais tarde para Lisboa, onde tomou parte na III.^a Seção Plenária do CELB.

Em junho, celebrou-se o cinquentenário da travessia aérea do Atlântico Sul pelos aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Para tomar parte nas comemorações aqui realizadas, veio ao Brasil nessa época uma delegação portuguesa, tendo sido recebida pelo Presidente da República, a quem fez entrega de medalhas comemorativas do célebre vôo. Pouco depois, em inícios de julho, esteve em Lisboa uma delegação da Aeronáutica brasileira para as comemorações do vigésimo aniversário da Força Aérea Portuguesa.

Em fins de junho veio ao Brasil em visita oficial o Ministro das Finanças e Economia português, Dr. João Dias Rosas, para discutir com seu colega brasileiro, Ministro Delfim Netto, medidas tendentes a dinamizar as relações econômicas entre os dois países. Na declaração conjunta divulgada na ocasião, os dois Ministros se pronunciaram sobre o regime dos entrepostos aduaneiros a serem instalados em Lisboa, Luanda e Lourenço Marques, e no Rio de Janeiro e em São Paulo, ou Santos, e se comprometeram a estudar outras iniciativas destinadas a intensificar as relações comerciais e financeiras entre o Brasil e Portugal, tais como a constituição de um banco de investimentos luso-brasileiro, a maior colaboração entre empresas de

consultoria dos dois países, novas vendas de navios brasileiros a Portugal e a participação de firmas portuguesas no programa brasileiro de reequipamento de portos.

Em inícios de julho realizou-se em Lisboa a segunda reunião da Comissão mista criada pelo Ajuste Complementar ao Acordo de Previdência Social Luso-Brasileiro a fim de discutir as normas administrativas de sua execução e outros problemas correlatos. Na mesma época, esteve no Brasil em visita oficial o Subsecretário de Estado para Juventude e Desportos de Portugal, Dr. Augusto de Ataíde Soares de Albergaria, tendo sido recebido pelo Senhor Ministro de Estado.

Em setembro, no coroamento das comemorações do Sesquicentenário da Independência, veio ao Brasil em visita oficial o Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, Professor Marcello Caetano. O Chefe de Governo português chegou ao Rio de Janeiro no dia 6 de setembro, partindo logo em seguida para São Paulo, onde foi recebido pelo Senhor Presidente da República. No mesmo dia, realizou-se a cerimônia de inumação dos restos mortais de Dom Pedro I na cripta do Monumento à Independência e, pouco depois, o Professor Marcello Caetano recebeu do Presidente do Brasil a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito. No dia 7 ainda, assistiu o Presidente do Conselho português a outras cerimônias comemorativas do Sesquicentenário, como a parada militar e o espetáculo de som e luz "Quatro Séculos de Brasil", tendo viajado no dia seguinte para o Rio de Janeiro, onde, entre outras atividades, recebeu os títulos de Doutor **honoris causa** pela Universidade do Estado da Guanabara e de Vice-Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomou posse ainda, como sócio-correspondente da Academia Brasileira de Letras.

Poucos dias depois o Embaixador de Portugal no Brasil, José Manuel Fragoso, deixou seu cargo, ao fim de quase seis anos de permanência em nosso país. O diplomata português, antes de apresentar suas despedidas ao Presidente da República, foi homenageado pelo Ministro das Relações Exteriores, que lhe

entregou as insígnias da Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul. A representação portuguesa no Brasil passou então a ser chefiada interinamente pelo Conselheiro Sá Machado, até a chegada do novo Embaixador, José Hermano Saraiva, que apresentou credenciais ao Presidente Médici em incios de dezembro.

REINO UNIDO

O progresso brasileiro, especialmente nos aspectos econômico e social, atraiu, em 1972, um número apreciável de figuras representativas dos meios oficiais da Grã-Bretanha.

O Prefeito de Londres, Sir Edward Howard, esteve no Brasil, de 20 a 30 de agosto. Acompanhado de sua Senhora e de uma comitiva de nove outros dignitários, o Lord Mayor, foi hóspede oficial da cidade de São Paulo e dos Governos do Estado da Guanabara e do Distrito Federal.

Também em agosto, veio ao Brasil, onde permaneceu duas semanas, Lord Cowley, membro do Instituto de Pesquisas do Partido Conservador. Seu roteiro incluiu cinco cidades, entre elas Brasília.

Esteve em Recife, para contatos com a SUDENE, e em Salvador, onde conheceu instalações da PETROBRÁS e do Centro Industrial de Aratu. Familiarizou-se, igualmente, com o programa do Banco Nacional da Habitação.

Programada, originalmente, para fins de fevereiro ou começo de março, a visita do Senhor Godber, Ministro de Estado para Assuntos Estrangeiros e da Commonwealth, só foi efetuada em setembro, coincidindo com os festejos do Sesquicentenário da Independência. Cabe mencionar que, na reformulação do Gabinete britânico, operada posteriormente, o Senhor Godber foi nomeado Ministro da Agricultura, cedendo seu lugar, no Foreign Office, ao Senhor Julien Amery.

De 6 a 17 de outubro, estive no País o deputado Robin Maxwell-Hyslop. Integrante da bancada conservadora, ocupa o posto de Secretário do Comitê de Aviação da Câmara dos Comuns. O Senhor Maxwell-Hyslop é, igualmente, Presidente do Grupo Parlamentar Anglo-Brasileiro, criado no segundo semestre de 1971. Na Guanabara, o deputado realizou contatos com a Diretoria de Aviação Civil (DAC) e, em São José dos Campos, percorreu as instalações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER). Em São Paulo, travou conhecimento com exportadores de manufaturados. Durante a estada em Brasília, foi recebido pelo Chanceler Mario Gibson Barboza e, antes do regresso à Europa, fez escala de um dia em Manaus.

Visitou também o Brasil o Embaixador Henry Arthur Allers Hankey, Subsecretário Encarregado do Departamento da América Latina no Foreign Office. Cumprindo a última etapa de um giro por países da América Latina, estive em São Paulo, Rio de Janeiro e, finalmente, Brasília, onde visitou o Itamaraty, em 30 de novembro.

Faça-se o registro, por último, da presença, em meados de setembro, do Deputado conservador John Temple, Secretário do Grupo Latino-Americano no Parlamento britânico. O Senhor Temple veio a Brasília a convite do Embaixador do Reino Unido.

SUÉCIA

Nas relações com a Suécia, há a registrar primeiramente a viagem que fez ao Brasil, em setembro, o Ministro da Indústria daquele país, Rune Johansson, que visitou o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, tendo sido recebido pelos Ministros do Planejamento, da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia, e das Relações Exteriores. O Ministro Johansson manteve ainda contatos com empresários e membros da colônia sueca radicados no Brasil, tendo feito, de regresso ao seu país, elogiosas declarações sobre o desenvolvimento brasileiro.

Em 1972, os Governos do Brasil e da Suécia iniciaram entendimentos para revisão do acordo destinado a evitar a dupla tributação sobre rendimentos, assinados pelos dois países em 1965.

TURQUIA

Em princípio de dezembro, apresentou credenciais ao Presidente da República o novo embaixador da Turquia, Senhor Veysel Versan.

De regresso do Chile, onde esteve em visita oficial, sob a chefia do Deputado Sabit Osman Avci, Presidente da Assembléia Nacional da Turquia, visitou a Guanabara nos dias 20 e 22 de dezembro uma Missão parlamentar turca, integrada por oito deputados, um membro do Senado e um jornalista.

Comércio de Carnes

As exportações brasileiras de carnes e derivados para a Europa Ocidental experimentaram, em 1972, razoável acréscimo em relação ao ano anterior. As estatísticas referentes a carnes bovinas, responsáveis pela grande maioria das vendas de produtos daquela natureza, revelam que, somente até junho de 1972, já haviam sido fornecidas à Europa Ocidental mais de 77 mil toneladas, contra cerca de 75 mil em todo o ano de 1971.

Até 1971, nosso melhor mercado para carnes, na área, havia sido a Itália, com um total importado da ordem de 23 mil toneladas, seguida dos Países-Baixos (cerca de 12 mil), Espanha (cerca de 8,5 mil) e Alemanha Ocidental (cerca de 6 mil). Em 1972, considerando-se ainda estatísticas que cobrem apenas o primeiro semestre, ascendeu ao primeiro lugar a Espanha, que comprou aproximadamente 21 mil toneladas, seguida da Itália, com pouco mais de 14 mil, Países-Baixos, cerca de 11,3 mil e Reino Unido, com quase 9 mil.

Inspeções sanitárias

Dentro da prática adotada em nossas exportações de carnes, para vários mercados europeus, estiveram no Brasil, no ano que se encerra, inspetores veterinários do Reino Unido, Países-Baixos, Itália e França, com o objetivo de verificar as condições sanitárias de frigoríficos brasileiros que fornecem seus produtos para esses países ou pretendem fazê-lo. De um modo geral, todas as visitas tiveram saldo positivo, tendo por consequência o aumento das listas de frigoríficos nacionais autorizados a exportar para cada um daqueles mercados. É de assinalar o resultado excepcionalmente favorável da visita do Doutor Masia, da França, que, ao fim de sua viagem pelo Brasil, expressou às autoridades do Ministério da Agricultura sua surpresa diante do progresso alcançado pelo País, nos campos da defesa sanitária animal e da inspeção veterinária à indústria de carnes e derivados. Comprometeu-se, assim, a sugerir a seus superiores medidas que propiciem a abertura do mercado francês a carnes originárias de outros Estados, além do Rio Grande do Sul, único autorizado a exportar para a França, até o momento. Espera o veterinário francês que, já nos primeiros meses de 1973, a liberação de pelo menos dois outros Estados brasileiros esteja efetivada.

Ainda com relação a inspeções sanitárias, cumpre registrar a primeira visita a frigoríficos brasileiros de um inspetor austríaco. Esse veterinário, Doutor Friedrich Walla, esteve no Brasil em novembro, a convite do Ministério da Agricultura e, segundo declarou ao colega que o acompanhou em sua viagem, teve impressão bastante boa do que viu, tanto no que diz respeito às condições sanitárias dos frigoríficos, quanto no campo do combate à febre aftosa. Adiantou que, em princípio, a lista, a ser organizada, de firmas autorizadas a exportar carnes para a Áustria deverá ser calcada na lista atualmente em vigor para a República Federal da Alemanha, pois é provável que as primeiras partidas de carne brasileira sejam compradas não diretamente, mas em operações triangulares através daquela República.

Acordo Sanitário Brasil-Itália

Após longo período de negociações, foi assinado em Brasília, a 30 de outubro, o Acordo Sanitário entre o Governo Italiano e o Governo Brasileiro para a Importação de Carnes pela Itália, o qual entrou em vigor no dia 14 do mês seguinte. O Acordo, que substituiu o de 1961, obriga o Governo brasileiro a assegurar as condições higiênico-sanitárias e tecnológicas, exigidas pelas autoridades italianas, para a exportação de carnes de animais das espécies eqüídea, bovina, suína, ovina e caprina. De sua parte, o Governo italiano compromete-se a permitir a importação das carnes que atendam às condições acima indicadas, enumeradas em quatro anexos que acompanham o Acordo.

Carne de Eqüídeos

Embora a falta de estatísticas específicas não permita que se apresentem dados concretos acerca de eventual acréscimo nas exportações de carne de cavalo brasileira, no ano de 1972, é possível afirmar, dado o grande número de frigoríficos de eqüídeos neste ano credenciados pelo Ministério da Agricultura para o comércio internacional, que nossas vendas desse tipo de produto aumentaram. Tal afirmação é reforçada pelo fato de que praticamente toda a produção nacional de carnes de eqüídeos é exportada, por não existir consumo interno, pelo menos em escala comercial.

Ainda no tocante ao produto em questão, cumpre assinalar que dois importantes mercados, França e Itália, foram abertos aos exportadores brasileiros no último trimestre de 1972, mediante o levantamento, pelos Governos dos dois países, de proibições à importação de carne de cavalo. No caso da Itália, a liberação foi consubstanciada no Acordo Sanitário, que inclui textualmente as carnes de eqüídeos.

As seguintes personalidades dos países da Europa Ocidental foram recepcionadas no Ministério das Relações Exteriores em 1972:

Senhor Doutor Wolf-Dieter Wabnitz, Chefe da Missão do “Kreditanstalt”.

Delegação Italiana para o Estudo do Projeto do Tratado de Extradição Brasil-Itália.

Senhor Ministro Kaj Repsdorph, Chefe do Departamento de Comércio com os Países da América do Sul, do Ministério de Assuntos Exteriores da Dinamarca.

Integrantes da Seção Belga à Reunião da Comissão Mista do Acordo Cultural Brasil-Bélgica.

Senhor Mattia Vittorio di Martino, das Comunidades Econômicas Européias.

Senhor Otto Rieck, Diretor-Geral do “Kreditanstalt”.

Delegação Alemã à II Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica.

Delegação da República Federal da Alemanha às Negociações do Acordo sobre Bitributação com o Brasil.

Integrantes da Missão Cultural Italiana.

Integrantes da Delegação Austríaca para as Negociações do Acordo sobre Bitributação com o Brasil.

Lord Prefeito de Londres.

Senhor Joseph Godber, Ministro de Estado para Negócios Estrangeiros e da Comunidade da Grã-Bretanha.

Diretor do Lloyds International Bank e Lady Wallinger, da Grã-Bretanha.

Delegação do Grão-Ducado do Luxemburgo em visita ao Brasil.
Senhor Deputado Mario Pedini, Subsecretário de Estado das Relações Exteriores da Itália.

Senhor Embaixador Inge Rindal, Chefe do Protocolo do Ministério Real dos Negócios Estrangeiros da Noruega e Presidente da Comissão Baleeira Internacional.

Senhor Embaixador Henry Arthur Alers Hankey, Subsecretário para Assuntos da América Latina, do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha.

Doutor Erich Ehm, Diretor do Departamento de Assistência aos Países em Desenvolvimento, da República Federal da Alemanha.

Senhor Janus August Worm Paludan, Embaixador da Dinamarca (despedida).

Senhor Embaixador de Portugal e a Senhora José Manuel de Magalhães Pessoa e Fragoso (despedida).

EUROPA ORIENTAL

EUROPA ORIENTAL

Sendo o comércio o principal fundamento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Leste europeu, o Itamaraty dirigiu sua atividade sobretudo para a expansão das exportações brasileiras para área e, também, em vista do estrito bilateralismo do sistema de comércio dos países socialistas, procurou informar e esclarecer empresas e entidades brasileiras interessadas, para que se obtenha um aumento das importações e, assim, se alcance maior equilíbrio no intercâmbio.

Embora o desequilíbrio permaneça uma constante no comércio Brasil-Europa Oriental e constitua o principal motivo de seu modesto desenvolvimento, os últimos dados estatísticos apontam relativa melhora, se comparados aos de anos passados. O volume de intercâmbio, que se restringiu em 1970 a US\$ 200.900.000,00, passando em 1971 para US\$ 260.842.000,00 alcançou no período janeiro-junho de 1972 a cifra de US\$ 156.959.000,00. Sem dúvida, do ponto de vista da importação, os resultados não são animadores, registrando os totais de 59.241 milhões de dólares em 1970, 109.785 milhões em 1971 e 40.430 milhões em janeiro-junho de 1972. Do lado das exportações, contudo, a melhora tem sido sensível, pois de 141.659

milhões de dólares em 1970 seu valor passou para 151.057 milhões em 1971 e, no período janeiro-junho de 1972, já atingia a cifra de 116.529 milhões, representando 6,53% do total exportado pelo país no mesmo semestre. Aliás, os últimos informes da CACEX garantem que as exportações para a Europa Oriental aumentaram no período janeiro-agosto de 1972 em 100%, por comparação com 1971.

Juntamente com o desequilíbrio, sempre favorável ao Brasil, impedindo maior dinamismo às nossas vendas, outro aspecto negativo do intercâmbio com a Europa Oriental consiste na concentração da pauta de exportações brasileiras em um pequeno número de produtos primários, especialmente café em grão, algodão em rama, cacau em amêndoas e hematita. Essa tem sido uma das deficiências que o Itamaraty mais acirradamente procura superar em todas as promoções levadas a cabo. Conquanto o volume de vendas seja ainda muito pequeno, alguns artigos novos, inclusive manufaturados, têm alcançado aparecer na pauta de exportações. No primeiro semestre de 1972 registraram-se vendas de açúcar, fios de lã, tecidos de rayon e de algodão, e câmaras de ar para alguns países da área. O café solúvel manteve sua posição, já havendo um efetivo fluxo de vendas desse produto para alguns países, tais como a União Soviética e a Alemanha Oriental.

Na procura de seus objetivos básicos, o Itamaraty prosseguiu em 1972 com seu trabalho de divulgação dos artigos brasileiros, especialmente manufaturados, em feiras internacionais. Manteve o apoio a missões de empresários e autoridades ligados a comércio exterior brasileiro na área socialista e da área socialista no Brasil; promoveu encontros com empresários brasileiros, a fim de prestar esclarecimentos sobre as características do comércio com a Europa Oriental, e, entre outras atividades, organizou a ida da delegação brasileira às reuniões de Comissão Mista com os diversos países daquela região.

Além dos encontros que o Ministério das Relações Exteriores vem mantendo há vários anos na sede da CACEX de São Paulo,

com o objetivo de convidar o empresário paulista a participar das feiras da Europa Oriental, pela primeira vez, em 1972, esse tipo de atividades foi estendido a outras regiões do Brasil.

Em vista dos grandes incentivos que o Governo vem concedendo às exportações nordestinas, em março de 1972 o Itamaraty enviou um de seus Secretários ao Nordeste, o qual promoveu reuniões nas sedes dos PROMOEXPORTS de Salvador, Recife e Fortaleza com os empresários locais, convidando-os a tomarem parte nas mostras brasileiras na área socialista, inteirando-os das características do funcionamento do comércio com os países do Leste europeu. A resposta do empresário a essa iniciativa foi bastante positiva, tendo 15 firmas decidido participar dos certames do ano, e o fizeram com ponderáveis resultados.

Ainda em 1972, mas já com vistas ao Programa para 1973, o mesmo tipo de reuniões foi realizado, em outubro, nas cidades de São Paulo, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal, Porto Alegre, Rio Grande, Blumenau, Florianópolis e Curitiba, com reação positiva, abrindo-se, assim, o leque da divulgação a todas as grandes praças exportadoras do Brasil.

No curso de 1972, o Itamaraty organizou a participação do Brasil nas seguintes feiras internacionais:

Feira da Primavera de Leipzig (Alemanha Oriental) — de 12 a 21 de março (sob a égide da Confederação Nacional da Indústria)

Feira de Bens de Consumo de Brno (Tchecoslováquia) — de 28 de abril a 5 de maio

Feira Internacional de Budapeste (Hungria) — de 19 a 29 de maio

Feira Internacional de Poznan (Polônia) — de 11 a 20 de junho

Feira do Outono de Zagreb (Iugoslávia) — de 7 a 17 de setembro.

Em todos esses certames o Brasil contou com pavilhões coletivos, com área em torno de 300 m², sendo de 50 a média de empresas participantes, representando diversos ramos de produção, com ênfase especial, contudo, em artigos manufaturados, alguns de relativa sofisticação. Mais ainda que em 1971, os pavilhões do corrente ano procuraram ressaltar o grau de desenvolvimento alcançado no Brasil, seja através de elementos decorativos, como “posters”, móveis e adereços de fabricação nacional, seja através da distribuição de revistas em língua estrangeira, retratando, além de aspectos turísticos, os grandes empreendimentos econômicos levados a cabo no país.

Nas mostras, o interesse despertado pelos artigos expostos foi sensível, tendo-se iniciado, e até fechado, negócios, para vendas, a países socialistas ou ocidentais, de alimentos em conservas, sucos de frutas, azulejos, pincéis, confecções em geral, fechaduras e cadeados, cofres de aço, malas, móveis, café, minério de ferro, chapas acústicas, aparelhos de ar condicionado, máquinas de costura, madeiras e lambris, autopeças, objetos de artesanato, calçados e ferros elétricos.

Dentre as várias missões comerciais brasileiras à Europa Oriental, no ano de 1972, duas se destacam pela sua importância: a do Ministro das Minas e Energia à Polônia e à Tchecoslováquia, e a do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia a todos os países da área com os quais mantemos relações diplomáticas.

Com o amplo objetivo de reavaliar o comércio do Brasil com o Leste europeu e, especificamente, realizar reuniões de Comissão Mista, prevista nos Acordos de Comércio com todos os países da área, com os quais mantemos relações diplomáticas, em setembro/outubro de 1972, visitou a Europa Oriental uma Delegação brasileira, sob a chefia do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, Ministro Paulo Padilha Vidal, e composta dos seguintes membros: Presidente da Comissão de Coordenação da Política de Compras no Exterior, Doutor Joaquim Ferreira Mângia, que representou também os Ministé-

rios das Minas e Energia e o da Fazenda; Senhor Carlos Antonio Anschau, do Ministério da Indústria e do Comércio; Senhor Geraldo Linhares, do Ministério da Fazenda; Senhor Alberto Eduardo Barbosa Fernandes, da CACEX; Senhor Isaac Chana, do Banco Central do Brasil; além de três Secretários do Itamaraty.

Iniciando as reuniões de Comissão Mista no dia 27 de setembro, a Delegação brasileira compareceu a Varsóvia, Praga, Budapeste, Bucareste, Moscou, Sófia e Belgrado, encerrando seus trabalhos na Capital iugoslava, em 28 de outubro.

A quase uniformidade do sistema de comércio exterior daqueles países e a semelhança dos problemas existentes no comércio com cada um deles permitiram que a Delegação brasileira adotasse uma posição comum com relação a todos, baseada na seguinte agenda: análise do comportamento do intercâmbio nos últimos anos, à luz dos recursos apresentados pelas respectivas economias; análise das bases institucionais (acordos e protocolos) que regem o intercâmbio; criação de uma base de sustentação do intercâmbio através de uma plataforma de transações a médio e longo prazo; exame das possibilidades de um melhor aproveitamento de créditos oferecidos a importadores brasileiros; diversificação da pauta de exportações brasileiras através de maior participação de produtos industrializados; exame de operações correntes.

Todos os países visitados concordaram na necessidade de se negociarem contratos de médio e longo prazos que sirvam de base para o intercâmbio, aceitaram as sugestões brasileiras no que tange à concessão e dinamização de créditos a importadores brasileiros, especialmente através da interveniência de entidades financeiras e governamentais, como o Banco do Brasil e a FINAME, e confirmaram seu interesse em artigos brasileiros não constantes da nossa pauta de exportações tradicionais para a área. Na realidade, com exceção apenas da Romênia, todos os países visitados demonstraram substancial interesse na importação de nossos artigos manufaturados, especialmente eletrodomésticos, calçados e os utilizados na construção e acaba-

mento de moradias (aparelhos sanitários, tacos, lambris, elevadores etc.), afirmando não os haverem adquirido até o presente, em virtude de sua constante posição devedora face ao Brasil. A Tchecoslováquia e a Hungria, países com os quais o desequilíbrio não é tão marcante, asseguraram, inclusive, ter intenção de enviar ao Brasil, em princípios de 1973, missões empresariais a fim de tomarem contacto mais próximo com a oferta industrial brasileira. Aliás, uma das tônicas da posição brasileira nas reuniões de Comissão Mista consistiu na necessidade de as empresas do Leste europeu dirigirem maior atenção ao setor privado da economia brasileira, não apenas para a importação de nossos artigos, mas também para a promoção de suas vendas, já que as mesmas sempre se ativeram ao setor governamental. Por seu turno, os países da Europa Oriental asseguraram boa receptividade a quaisquer missões de empresários brasileiros que para lá se dirijam.

Com o objetivo de concretizar as idéias trocadas durante as reuniões de Comissão Mista, o Ministério das Relações Exteriores deverá promover reuniões com o empresariado brasileiro, especialmente na Associação de Exportadores Brasileiros, nas quais fornecerá dados sobre as características dos mercados socialistas, explicará os resultados da viagem do Ministro Paulo Vidal, e procurará dar a devida organização à ida da missão empresarial brasileira ao Leste europeu, já anunciada pela AEB.

Durante a estada da Delegação brasileira em Bucareste, Sófia e Belgrado, foram discutidos e acertados diversos itens de projetos de acordos e protocolos a serem celebrados com a Romênia, a Bulgária e a Iugoslávia, a saber: Protocolos sobre Transportes Marítimos com a Romênia, Bulgária e Iugoslávia; Acordo sanitário-veterinário com a Romênia e Acordo Fito-Sanitário com a Bulgária.

Reorganização da COLESTE

Com vistas a atribuir maior poder decisório à Comissão de Comércio com a Europa Oriental — COLESTE — e a conformá-la

com a estrutura institucional do comércio exterior brasileiro, foi sugerida, em agosto, uma modificação no Decreto n.º 62.225, de 5 de fevereiro de 1968, para que se incluísse na enumeração dos componentes da Comissão o Presidente da Comissão de Coordenação da Política de Compras no Exterior. Em virtude do bilateralismo adotado pelos países socialistas em seu comércio exterior, onde para se vender é preciso comprar, a inclusão do coordenador das compras do setor público brasileiro na COLESTE era imprescindível. Por outro lado, para evitar-se a prática comumente adotada pelos diferentes membros da Comissão de enviarem substitutos às reuniões programadas, sugeriu-se, ainda, que se modificasse a designação vaga de "um representante do órgão X", passando-se a definir explicitamente o cargo ocupado pela pessoa no órgão em questão. Com tais ajustamentos, a composição da COLESTE passaria a ser:

I — O Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia do Ministério das Relações Exteriores;

II — O Presidente da Comissão de Coordenação da Política de Compras no Exterior;

III — Um representante do Ministro da Fazenda;

IV — O Superintendente Geral de Vendas da Companhia Vale do Rio Doce, como representante do Ministro de Minas e Energia;

V — O Assessor-Chefe do Conselho de Comércio Exterior, como representante do Ministro da Indústria e do Comércio;

VI — O Secretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional, como representante do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral;

VII — O Gerente de Operações de Câmbio do Banco Central do Brasil;

VIII — O Chefe do Departamento Geral de Exportação da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil.

A sugestão foi aprovada pelo Senhor Presidente da República no próprio mês de agosto, de forma que para as duas reuniões preparatórias da ida da Missão brasileira às reuniões de Comissão Mista com os países do Leste europeu, realizadas em 29 de agosto e 12 de setembro, já foram convocados todos os componentes da COLESTE conforme a nova orientação.

O Decreto n.º 71.509, de 7 de dezembro de 1972, publicado no Diário Oficial de 11 de dezembro, consubstanciou juridicamente a atual estrutura da Comissão de Comércio com a Europa Oriental.

Visitas ao Brasil

Procedente de Santiago, onde chefiara a Delegação romena à III UNCTAD, visitou o Brasil de 1.º a 8 de maio o Secretário de Estado do Comércio Exterior da Romênia, Senhor Nicolae Nicolae. Durante sua estada no país, o Senhor Nicolae foi recebido pelos Ministros de Estado da Agricultura, Minas e Energia, Fazenda, Planejamento e Coordenação Geral, pelos Secretários-Gerais dos Ministérios das Relações Exteriores e dos Transportes, e pelo Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia do Ministério das Relações Exteriores. Visitou, também, entidades e órgãos de classe. Em todos seus encontros com autoridades e empresários brasileiros, ocorridos em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, o Secretário de Estado romeno trocou pontos de vista sobre a situação atual do intercâmbio comercial Brasil-Romênia.

O Itamaraty, trabalhando em contato com a DFE, coordenou a vinda dos convidados da Europa Oriental à Feira Brasileira de Exportação, realizada em setembro no Parque Anhembi. Após o encerramento da EXPO, os chefes de quase todas as delegações da área socialista compareceram ao Itamaraty, onde foram recebidos pelo Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia. Foram eles os Senhores: Matyas Domokos, Diretor-Geral do Ministério do Comércio Exterior da Hungria; Mi-

roslav Novak, Subdiretor do Departamento para a América Latina do Ministério do Comércio Exterior da Tchecoslováquia; Fidam Avramov, Diretor para a América Latina do Ministério do Comércio Exterior da Bulgária; Jan Kobryner, Chefe da Divisão da América Latina do Ministério do Comércio Exterior da Polónia.

Tratamento especial foi concedido ao Embaixador Dimitri A. Jukov, Membro da Delegação Soviética à EXPO como Chefe do Departamento da América Latina do Ministério das Relações Exteriores da URSS, a quem, além de audiência protocolar, o Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia ofereceu um almoço. O Embaixador Jukov entrevistou-se ainda com o Ministro de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Em vista da transferência para Brasília das Missões diplomáticas, os países socialistas solicitaram autorização para manter no Rio de Janeiro um Escritório Comercial. Após as negociações, que se prolongaram por diversos meses, chegou-se a um texto padrão de acordo, regulando a atividade dos escritórios. Com a União Soviética, o acordo sobre a matéria foi celebrado, por troca de Notas, em 22 de setembro; com os demais países a troca de Notas deverá ocorrer brevemente, pois as negociações estão em fase final.

Em 29 de junho, por troca de Notas, foi firmado um acordo entre o Brasil e a Bulgária relativo à aquisição de 60.000 toneladas de trigo búlgaro. No mesmo dia, o contrato consubstanciando a operação foi assinado no Rio de Janeiro pelo Conselheiro Comercial da Legação da Bulgária e a Junta Deliberativa do Trigo.

ÁFRICA

ÁFRICA

Uma das principais preocupações da diplomacia brasileira no ano de 1972 foi a da concretização dos projetos que há muito tempo vinha elaborando para o estabelecimento de relações mais estreitas e profundas com os países africanos. Com uma parte de sua população originária daquele Continente, o Brasil vê florescer em seu solo a cultura africana. Identificado igualmente com os Estados africanos, pela luta nos foros internacionais em favor de maiores facilidades para o seu desenvolvimento, o Brasil encontrou plena reciprocidade por parte das nações africanas no seu desejo de vínculos comerciais e econômicos mais sólidos. Foi nessa atmosfera de entendimento e objetivos comuns que transcorreu a visita do Titular do Exterior a diversos países africanos, ocasião em que foram assinados vários acordos comerciais, culturais, de assistência técnica e o Acordo de Vistos com a Costa do Marfim. Em decorrência de desejo mútuo, o Brasil e o Zaire estabeleceram relações diplomáticas. Uma Embaixada do Brasil foi aberta em Kinshasa, para onde foi imediatamente designado o Embaixador Braulino Botelho Barbosa.

O Itamaraty coordenou a ajuda do Governo brasileiro à população das regiões do Senegal, atingidas por fortes secas, tendo

conseguido enviar, em colaboração com o Ministério da Agricultura, dos Transportes e do Lóide Brasileiro, apreciável tonelagem de gênero alimentício à população flagelada.

Altas personalidades do mundo africano visitaram o Brasil em 1972, mantendo com seus correspondentes brasileiros conversações de interesse mútuo. Assim, já em fevereiro, recebia-se a visita do Ministro da Agricultura da Costa do Marfim, Senhor Abdoularje Sarvadoge, que, dentre outros assuntos, tratou da defesa dos preços do café no plano internacional. O Senhor Jean Ganga, Secretário-Geral do Conselho Superior dos Esportes da África, veio ao Brasil a convite da DEFER. O Ministro da Informação da Nigéria, Senhor Anthony Enahoro, visitou o nosso país oficialmente e convidou o Governo brasileiro a participar do II Festival Mundial de Artes Negras.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Quênia, Senhor Nyoroge Mungai, quando de passagem para Georgetown, onde participou da Conferência dos Não-Alinhados, deteve-se em Brasília, ocasião em que manteve conversações de interesse recíproco no Itamaraty. Na ocasião, convidou o Titular da Pasta do Exterior para visitar Nairóbi. Vários representantes do mundo de negócios do Senegal, Zaire, Gana e Costa do Marfim vieram ao Brasil a convite do Governo brasileiro para visitar a Feira de Exportação. O Embaixador Mustafah Ramadam, de Uganda, esteve também no Brasil, e foi portador de mensagem pessoal do Presidente Amin ao Presidente Médici.

Personalidades dos países da África recepcionadas no Ministério das Relações Exteriores no ano de 1972:

Delegação nigeriana em visita ao Brasil, em 28 de março;

Sua Excelência o Senhor Hilgard Müller, Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, em 22 de maio;

Sua Excelência o Senhor Jean Claude Ganga, Secretário-Geral para os Esportes da África, em 22 de junho;

Sua Excelência o Senhor Nyoroge Mungai, Ministro das Relações Exteriores do Quênia, em 4 de agosto;

Sua Excelência o Senhor Chief Anthony Enahoro, Comissário Federal para Trabalho e Informações da Nigéria, em 1.º de setembro, e

Sua Excelência o Senhor Presidente da Feira Internacional de Kinshasa, em 15 de setembro.

ORIENTE PRÓXIMO

ORIENTE PRÓXIMO

O Oriente Médio, por sua posição estratégica como encruzilhada de 3 continentes — Europa, Ásia e África — por suas reservas petrolíferas, pela riqueza e multiplicidade de sua composição racial, cultural e religiosa, é zona de influência importantíssima na balança de poder mundial, estando nela em cheque interesses vitais dos principais blocos político-ideológicos do mundo contemporâneo.

O Brasil mantém nessa região oito Embaixadas permanentes em Rabat, Argel, Túnis, Cairo, Beirute, Tel-Aviv, Teerã e Damasco e cinco outras em caráter cumulativo — Trípoli, Cartum, Coiveite, Amã e Nicósia — estando já regulado o caráter autônomo da Missão em Bagdá.

IRAQUE

Em cumprimento aos termos do Acordo de Comércio firmado entre o Brasil e o Iraque em 11 de maio de 1971, e posteriormente ratificado em 24 de novembro do mesmo ano, uma Missão Comercial, governamental e de representantes da empresa privada, esteve de 7 a 13 de fevereiro do corrente ano em Bagdá,

onde, depois de sucessivas reuniões com membros do Governo local, ficou decidido que, em contrapartida ao montante de petróleo já comprado pela PETROBRÁS, o Iraque adquiriria semi-manufaturados e manufaturados de produção brasileira em igual ou superior valor ao do óleo iraqueano.

Como resultante dessa primeira visita de uma Missão comercial, que despertou o interesse do Iraque pelos produtos brasileiros, está sendo estudada, com boas possibilidades, a venda de uma aciaria visando a atender o desenvolvimento da siderurgia daquele país. Negociações preliminares foram mantidas em fins de julho, por um grupo siderúrgico nacional denominado Consórcio Brasileiro de Siderurgia, com as autoridades competentes. Encontra-se no Brasil uma Missão industrial iraqueana, chefiada pelo Diretor-Presidente da "State Organization of Industrial Design and Construction", órgão assessor e deliberativo do Ministério da Indústria daquele país, para estudar, de perto, os estágios do nosso desenvolvimento no campo da siderurgia.

Em fins de outubro, visitou o Brasil uma delegação de Membros do Partido Baath do Iraque, tendo-se avistado com membros do Congresso Nacional e com outras personalidades da vida pública brasileira.

ARGÉLIA

A Missão comercial brasileira, depois de Bagdá, seguiu para Argel, lá permanecendo de 16 a 18 de fevereiro. Dentro do espírito de aumentar as possibilidades de colocação de produtos brasileiros no mercado externo, especialmente com os países cuja balança comercial é-nos desfavorável, se impunha com a Argélia, fonte supridora de nossas necessidades de combustível, um diálogo diferente, por ser o óleo argeliano de preço mais elevado e necessitarmos procurar um equilíbrio de comércio entre os dois países. Das conversações mantidas, decidiu-se que uma Missão comercial argelina viria, no mais breve prazo possível, visitar o parque industrial brasileiro.

Em visita semi-oficial ao Brasil, esteve em Brasília no dia 9 de agosto o Senhor Pinhas Sapir, Ministro das Finanças de Israel, tendo-se avistado, sucessivamente, com os Ministros da Fazenda, das Relações Exteriores, do Comércio e da Indústria, e do Planejamento.

O Ministro Sapir reiterou então o convite para que o Chanceler brasileiro visitasse oficialmente seu país, tendo o Ministro de Estado aceitado, ficando de fixar oportunamente a data da viagem.

Nas visitas feitas aos Ministros da Indústria e do Comércio, e do Planejamento, foram abordados assuntos de caráter geral. Com o Ministro Delfim Neto, o Ministro Sapir discutiu problemas específicos de suas Pastas e, sobretudo, a expansão da atividade comercial entre os dois países.

Em setembro, esteve no Brasil o Professor Shalhe Veth Freier, Presidente da Comissão de Energia Nuclear de Israel. No Rio, em entrevista com o Professor Hervásio de Carvalho, Presidente da C.N.E.C., foram examinadas as perspectivas de cooperação prática entre as duas Comissões, sendo esboçados planos para o intercâmbio de pesquisadores. Durante sua conversa no Itamaraty, foi aventada a possibilidade de ser essa cooperação no campo da energia nuclear incluída no programa geral de cooperação técnica e científica, já existente entre os dois países.

Em fins do mesmo mês, visitou o Brasil o Embaixador Shimeon Amir, Subdiretor-Geral de Cooperação Internacional e dos Assuntos Econômicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Dentro do âmbito de política econômica, foram trocados pontos de vista entre o visitante e os responsáveis por aquele setor no Itamaraty, sobre as preferências tarifárias que pleiteia Israel junto à CEE, sua pretensão de ingressar no Grupo dos 77, e a posição brasileira sobre o assunto.

Enfatizou o visitante a pretensão da ELAL de obter permissão de sobrevôo ou pouso técnico para as suas aeronaves em território nacional. Foi-lhe explicada então a posição da CERNAI sobre a matéria, ficando decidido que uma Delegação israelense viria em 1973 ao Brasil, para novos estudos.

No campo técnico-cultural ficou decidido, antes da renovação do Convênio de Assistência Técnica, a ser assinado em Tel-Aviv pelo Ministro de Estado, o estudo por ambos os países dos seguintes pontos:

- 1 — Novos programas a serem implementados com a co-
operação de Israel;
- 2 — Oferecimento, por parte do Brasil, de assistência em
campo de nosso maior desenvolvimento: medicina (cirurgia
plástica); engenharia (construção de represas) e arqui-
tectura;
- 3 — Cooperação prática entre as Comissões de Energia
Nuclear;
- 4 — Viagens de estudo para nacionais dos dois países.

IRÃ

Em setembro estive em Brasília o Senador Taher Ziai, Presidente da Câmara do Comércio, Indústrias e Minas do Irã e Chefe da Delegação de seu país à Feira Brasileira de Exportação. Sugeriu o Senhor Ziai, em suas entrevistas, a instalação de uma agência da VARIG em Teerã. Esta medida possibilitaria a criação de um fluxo de turismo e de uma via de transporte para troca de mercadorias.

Aventou ainda o Senador Ziai, como membro da "Pahlavi Fondation", órgão que controla a marinha mercante iraniana, que um acordo de fretes entre aquela organização e o Lóide Brasileiro poderia ser estudado, evitando-se, assim, o transbordo em Durban, e incentivando-se, o comércio Brasil-Irã.

Visitou o Brasil o Senhor Mourad Ghaleb, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Árabe do Egito, tendo sido recebido, em Brasília, pelo Presidente da República e pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Ao tratar das relações bilaterais, ambos os países estimaram que havia efetivas possibilidades de ser ampliado o mútuo intercâmbio comercial.

O Chanceler Ghaleb convidou o Ministro de Estado a visitar seu país, havendo o Ministro Gibson Barboza aceitado e anunciado, oficialmente, sua visita, para janeiro de 1973, ao Egito e a Israel.

Personalidades dos países do Oriente Próximo recepcionadas no Ministério das Relações Exteriores no ano de 1972:

Sua Excelência o Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Árabe do Egito e a Sra. Ghaleb, em 14 de agosto;

Sua Excelência o Senhor Embaixador Shimeon Amir, Sub-diretor-Geral de Cooperação Internacional e dos Assuntos Econômicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel, em 28 de setembro;

Sua Excelência o Senhor Ahmed Benabud, Embaixador do Marrocos (despedida), em 12 de maio, e

Sua Excelência o Senhor Mohamed Aboud Nour Tayara, Embaixador da Síria (despedida), em 20 de dezembro.



ÁSIA E OCEÂNIA

ÁSIA E OCEÂNIA

JAPÃO

A expansão da economia brasileira encontrou no Japão um parceiro interessado no incremento do comércio bilateral, característica principal das relações entre os dois países. No decorrer do ano, houve uma série de visitas de missões relacionadas com o intercâmbio comercial Brasil-Japão, tanto do setor público como do privado. Em março, visitou o Brasil a Missão da ECFA, chefiada pelo Senhor Hitoaki Yamaguchi, Diretor-Gerente da Associação de Firms Japonesas de Consultoria e Engenharia, e integrada pelos Senhores Hiromu Tanabe, Akira Enomura, Minoru Takada e Mashiro Yamada. Durante dez dias, a Missão visitou Brasília, Belém, Recife, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, quando se avistou com as principais personalidades dos círculos econômico-financeiros nacionais, a fim de estudar os programas de desenvolvimento atualmente em curso no país e a possibilidade de participação japonesa nos projetos potenciários brasileiros. Outra visita expressiva dos círculos comerciais japoneses ao Brasil foi a do Presidente da Nippon Usiminas, Senhor Teizo Horikoshi, a fim de participar da Assembleia Geral dos Acionistas das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais. O Senhor Horikoshi, sendo portador de mensagem dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, pelo

então Primeiro Ministro Eisaku Satu, foi recebido em audiência especial por Sua Excelência o Senhor Presidente Emílio Garrastazu Médici. Deve-se também assinalar a visita que o Senhor Professor Saburo Okita, principal Conselheiro do Ministério das Relações Exteriores do Japão para assuntos referentes a comércio e finanças internacionais, e Presidente do Centro Japonês de Desenvolvimento fez ao Brasil, no mês de julho, quando se entrevistou com altas autoridades dos meios econômico-financeiros nacionais e iniciou contatos para a realização, em Tóquio, de um seminário sobre as economias japonesas e brasileiras para começos do ano seguinte. Outra visita importante, no setor econômico, foi a da Missão da Associação das Organizações Econômicas do Japão (HEIDANREM), no mês de novembro, integrada por 31 membros, incluindo altas autoridades dos meios econômico-financeiros japoneses. O alto nível da Delegação, chefiada pelo Senhor Kagoro Uemura, Presidente da HEIDANREM, e a diversidade dos setores nela representados (siderurgia, comunicações, energia elétrica, transporte etc), atestam a importância atualmente atribuída ao Brasil pelos círculos econômico-financeiros privados japoneses. A Missão esteve em Brasília, São Paulo, Paraná, Bahia, Guanabara e Pará, avistou-se com os Ministros das Minas e Energia, Indústria e Comércio, Fazenda, Planejamento e Coordenação Geral, Transportes e Comunicações e foi recebida em audiência especial pelo Presidente Garrastazu Médici.

Um importante acordo foi assinado em 1972, como decorrência das conversações mantidas em Tóquio, quando da visita do Ministro Mario Gibson Barboza ao Japão, no ano de 1970. Trata-se do "Tratamento Zoo-Sanitário de Carnes Cozidas-Congeladas de Origem Brasileira a serem Importadas pelo Japão", convênio esse que representa um passo importante no sentido da diversificação de nossa pauta de exportação.

Do lado brasileiro, nosso interesse foi demonstrado pelas visitas efetuadas ao Japão pelos Ministros de Estado da Fazenda, e do Planejamento e Coordenação Geral. Como convidados da

Dieta, um grupo de onze deputados brasileiros foi ao Japão, para conhecer a experiência nipônica em assuntos parlamentares.

AUSTRÁLIA

O Vice-Primeiro Ministro e Ministro do Comércio e Indústria da Austrália esteve em visita ao Brasil no mês de abril, acompanhado do Secretário-Geral do Ministério do Comércio e Indústria e do Chefe da Secretaria de Política Comercial do mesmo Ministério. O Ministro Anthony e sua comitiva avistaram-se com o Secretário-Geral do Ministério da Indústria e Comércio e foram ainda recebidos pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e pelo Governador do Distrito Federal.

HONG-KONG

Em decorrência de gestões realizadas pelo Itamaraty e Ministério da Agricultura, o Governo colonial de Hong-Kong, através da Diretoria de Serviços Urbanos, autorizou a importação de carnes cozidas congeladas de origem brasileira, assegurando, assim, aos estabelecimentos nacionais de processamento daquele produto um segundo mercado consumidor na Ásia, juntamente com o Japão.

FILIPINAS

O Governo brasileiro doou às Filipinas 20.000 doses de vacinas anticólera e 50.000 mil doses de antitíficas e 150 quilos de medicamentos, sobretudo antibióticos, como ajuda às vítimas de enchentes que assolaram algumas regiões das Filipinas.

ÍNDIA

Com vistas a examinar o mercado brasileiro de importação e exportação e tratar de assuntos referentes a minerais, produtos químicos e farmacêuticos, produtos agrícolas, óleo de feijão de soja, equipamento ferroviário e de engenharia, estabeleci-

mento de Empresas Conjuntas e troca de "know-how" técnico, visitou o Brasil, entre 21 e 27 de fevereiro passado, uma Delegação comercial do Governo da Índia.

A referida delegação esteve em visita à Guanabara, São Paulo e Brasília, tendo mantido contatos com representantes do Itamaraty, da Confederação Nacional da Indústria, da Confederação Nacional do Comércio, Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo, da SUDENE, além de industriais e de homens de negócios.

Subcontinente Asiático

A posição do Brasil em relação à crise indo-paquistanesa que recentemente abalou o subcontinente asiático, em torno da questão da independência de Bangla Desh, ex-Paquistão Oriental, manteve-se coerente ao princípio básico da Carta das Nações Unidas, de solução pacífica das controvérsias internacionais.

Na correspondência trocada entre os Chefes de Governo do Brasil, Índia e Paquistão, o Governo brasileiro ressaltou sempre sua esperança de que entendimentos pacíficos pudessem prevalecer para a resolução dos problemas surgidos entre aquelas nações, o que corresponderia ao desejo de toda a comunidade internacional.

Em coerência com esse espírito, o Governo brasileiro decidiu reconhecer a República Popular de Bangla Desh, em 15 de maio último, na convicção de que a estabilidade política do novo Estado poderia contribuir para a restauração do equilíbrio harmônico de poderes na região do subcontinente asiático.

Movimentação Diplomática

Apresentou credenciais junto ao Governo do Paquistão o Senhor Embaixador Quintino Symphoroso Deseta, em 24 de abril e, junto ao Governo da Índia, o Senhor Embaixador Roberto Luiz Assumpção de Araujo, em 8 de novembro.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

NAÇÕES UNIDAS

Dois assuntos podem ser destacados como tendo exigido particular atenção do Itamaraty no âmbito das Nações Unidas em 1972: as questões do meio-ambiente (Conferência de Estocolmo realizada em junho) e as questões de direito do mar, tendo em vista a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que se reunirá em 1974.

Até junho, o Ministério das Relações Exteriores prosseguiu em ativa preparação da Conferência de Estocolmo, nos planos internacional e interno. Obtidos na Conferência resultados de modo geral satisfatórios, uma vez que tanto a "Declaração de Estocolmo", quanto o "Plano de Ação", e os arranjos institucionais para a futura ação da ONU atenderam às teses defendidas pelo Brasil, buscou-se, no intervalo entre a Conferência de Estocolmo e a XXVII Assembléia Geral das Nações Unidas, encontrar solução adequada para um problema importante, deixado em aberto pela Conferência: o da questão da informação sobre as obras que, realizadas em um país, pudessem vir a causar prejuízos ao meio-ambiente, para além de suas fronteiras. Gestões em nível de Chancelaria e diversos estudos e entendimentos, levados a cabo pelo Itamaraty, resultaram em

entendimentos de alto nível, que permitiram a adoção de uma fórmula que, endossada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, eliminou a possibilidade de que, do princípio da informação, resultassem danos aos interesses do desenvolvimento nacional.

A preparação da Conferência sobre o Direito do Mar exigiu também considerável esforço e atenção na fixação de posições negociadoras e no acompanhamento, com ativa participação, dos entendimentos internacionais, nas reuniões do Comitê dos Fundos Marinhos e nos contactos informais latino-americanos. A ampliação da área de aceitação do conceito de mar patrimonial, embora não atenda cabalmente aos interesses que levaram à ampliação dos mares territoriais até duzentas milhas, representa até certo ponto um progresso sobre os conceitos restritivos dos direitos dos Estados costeiros. O ano de 1973 será provavelmente decisivo na determinação da existência de possibilidades de obter, para as questões do mar, uma regulamentação internacional satisfatória, que atenda aos interesses dos Estados ribeirinhos.

O Ministério das Relações Exteriores continuou ocupando-se da participação do Brasil na Conferência do Comitê do Desarmamento, em Genebra. Nesse setor, nenhum progresso há a registrar. A idéia de uma Conferência Mundial de Desarmamento foi em princípio, aceita pela Assembléia Geral das Nações Unidas. A Delegação do Brasil não se opôs à iniciativa, mas assinalou que consideraria justificável a realização da Conferência se se lhe desse uma adequada preparação e se houvesse indicações de que todas as potências nucleares estavam dispostas a participar, uma vez que isso era condição **sine qua non** para a obtenção de qualquer resultado positivo, no terreno exato em que o desarmamento é mais desejável, isto é, no campo das armas nucleares.

A par de uma ativa participação nos órgãos da FAO, merece destaque a negociação e assinatura de um novo Acordo de

Cooperação nos Usos Pacíficos de Energia Nuclear com os Estados Unidos da América, que assegurará o fornecimento de combustível para a Usina de Angra dos Reis.

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL

O Brasil participou, em 1972, da 52.^a Sessão do ECOSOC, em Nova York, da 53.^a, em junho, em Genebra. Em ambas ocupou a presidência do Comitê Econômico. Participou ainda da 53.^a, reconvocada, e reunida durante os meses de outubro, novembro e dezembro, concomitantemente com a XXVII Sessão da Assembléia Geral.

Os assuntos que mais despertaram a atenção da Delegação do Brasil nas sessões acima mencionadas foram, sucessivamente, o lançamento da idéia da “segurança econômica coletiva”, revivida no discurso de Debate Geral da 53.^a Sessão do Conselho, e os projetos que se referiam ao tema “recursos naturais”.

Terminando em 31 de dezembro de 1972 o mandato do Brasil no ECOSOC, pleiteamos reeleição, fazendo-se, para isso, as gestões necessárias. Indicado candidato do Grupo Latino-Americano, o Brasil foi eleito, na XXVII Sessão da Assembléia Geral, para novo mandato trienal, 1973/1975. Dos 124 países votantes, 121 deram seu voto ao Brasil, sendo esse o mais alto número conseguido até então, por qualquer candidato. O resultado mostra o apreço da Assembléia Geral pelo papel do Brasil no Conselho.

Em 1972, definiu-se a posição do Brasil com relação ao problema do meio-ambiente, que apresentava dificuldades no tocante à questão geral da responsabilidade pelas atividades poluidoras e o corolário dos gastos necessários para combatê-las.

Quanto aos rios internacionais de curso sucessivo, colocava-se a questão da consulta prévia sobre obras a serem feitas com aproveitamento dos mesmos ou de bacias hidrográficas internacionais.

Gestões foram efetuadas junto a todos os países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas, no sentido de que a

Assembléia Geral endossasse, como finalmente o fez, as conclusões de Estocolmo em tudo quanto foi ali acordado, e, por outro lado, apoiasse, como igualmente apoiou, o acordo a que Brasil e Argentina eventualmente chegassem e que, concretamente, se revelou no chamado "projeto brasileiro-argentino".

A XXVII Assembléia Geral, além de aprovar esse projeto, que resolveu, de forma satisfatória para o Brasil, a questão da publicidade a ser dada às obras que, em um país, possam afetar o meio-ambiente em outro, confirmou as decisões da Conferência de Estocolmo quanto às futuras atividades da ONU em matéria de meio-ambiente, notadamente os arranjos institucionais, com a criação de um Secretariado (a ser localizado em Nairóbi, Quênia) e de um Conselho de Administração para Programas Ambientais, que, entre outras funções, administrará um Fundo especial. O Brasil foi eleito para o Conselho, com um mandato de dois anos (1973-1974).

Recursos naturais

Foi este um tema recorrente durante os trabalhos de 1972, no Ministério das Relações Exteriores. Primeiramente, no Comitê de Recursos Naturais, que lidou em sua segunda sessão (Nairóbi, fevereiro de 72) com vários aspectos do tema de recursos naturais, notadamente do ponto de vista da futura Conferência das Nações Unidas sobre a Água; do Fundo Rotativo para a Exploração de Recursos Naturais, assunto que voltou a ser tratado no ECOSOC, quer em sua 53.^a Sessão, em julho, em Genebra, quer na 53.^a reconvocada, em outubro, novembro e dezembro, em Nova York (durante a qual conseguimos finalmente obter uma completa reformulação de todo o conceito do Fundo, projeto da Delegação do Quênia, em todos os foros mencionados) e, finalmente, do ponto de vista dos princípios diretores na exploração dos recursos naturais (as chamadas "guidelines"), com o que se consagrou o delicado equilíbrio obtido em Nova York, em fevereiro de 1971, negociado durante a I Sessão do Comitê, entre o Brasil, de um lado, e, principal-

mente, a Argentina do outro, equilíbrio esse que desobrigou o Brasil da “informação prévia”, pelo menos nessa instância, o que somente se concretizou com a votação, durante a XXVII Sessão da Assembléia Geral, do projeto brasileiro-argentino sobre “recursos naturais e o princípio 20 de Estocolmo”.

Direito do Mar

No decorrer de 1972, o Comitê Preparatório da III Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar realizou duas sessões; a primeira durante o mês de março em Nova York, e a segunda em julho e agosto, em Genebra. Delegações do Brasil compareceram a ambas as reuniões.

A primeira tarefa que cabia ao Comitê era a preparação de uma lista de questões de direito do mar, a ser examinada pela Conferência. Sob a aparência inofensivamente processual, tratava-se na realidade do problema eminentemente político de predefinir o que seria revisto e o que permaneceria intocado no direito do mar. Aos países desenvolvidos e às grandes potências marítimas não podia evidentemente interessar repor em tela de juízo a totalidade de uma ordem jurídica que lhes é geralmente favorável, formulada que foi sob a inspiração dos seus interesses. Os países em desenvolvimento, à frente dos quais as nações latino-americanas exerceram um papel vanguardeiro, adotaram obviamente uma posição revisionista. Em decorrência, bateram-se com sucesso por uma lista de questões não só ampla, no sentido de compreender o conjunto dos institutos do direito do mar e, inclusive, aqueles aparentemente incontrovertidos, como também minuciosa, enumerando-se os diferentes elementos de uma mesma questão. A lista finalmente aprovada pelo Comitê atendeu assim plenamente às reivindicações dos países em desenvolvimento, deixando prever que a futura Conferência não se limitará ao trato de dois ou três problemas isolados, como pretendiam as potências marítimas, mas examinará o direito do mar na sua totalidade. Cabe aliás assinalar que, neste particular, o Brasil desenvolveu uma ação precursora pois

foi, com Trinidad-e-Tobago, o co-patrocinador das emendas que levaram à adoção da Resolução 2574-A da XXIV Assembléia Geral das Nações Unidas que primeiro consagrou o objetivo de uma Conferência ampla.

O Comitê Preparatório também se ocupou do projeto de convenção sobre regime dos fundos marinhos e oceânicos além da jurisdição nacional, de cuja preparação fora encarregado pela Assembléia Geral. Infelizmente, não se pôde registrar qualquer progresso neste particular, devido às tentativas das potências marítimas de reabrirem várias questões que já tinham sido resolvidas pela Declaração de Princípios aprovada pela Assembléia Geral em 1970.

Quanto aos problemas de poluição marinha e de pesquisa científica, o Comitê Preparatório não ultrapassou a fase inicial de declarações gerais e de criação de grupos de trabalho.

Ademais da aprovação da lista de questões, caberia realçar de positivo o fortalecimento da solidariedade entre países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina que em todas as disputas essenciais souberam manter uma frente unida. A consciência de interesses comuns em direito do mar é, dentro deste grupo, já suficientemente sólida para se prever que sua coesão representará o principal fator, uma tomada de posições comuns na III Conferência e que dificilmente esta chegará a resultados que lhe sejam desfavoráveis.

Atividades Espaciais

O Brasil participou das reuniões do Comitê sobre os Usos Pacíficos do Espaço Cósmico (5-15 de setembro) bem como de seus órgãos subsidiários. Assim, de 10 de abril a 5 de maio, tomou parte, em Genebra, dos trabalhos do Subcomitê Jurídico e, de 3 a 12 de maio, tomou parte, em Nova York, do Subcomitê Científico e Técnico. No Subcomitê Jurídico, examinou-se o projeto soviético de Tratado sobre a Lua que suscitou controvérsias quanto à questão do escopo do trabalho, pois enquanto

a Delegação americana insistia pela inclusão de todos os corpos celestes, a União Soviética insistiu em que o Tratado ficasse restrito a atividades relacionadas com a Lua. Não se chegou a solução concreta durante a reunião. As Delegações americana, indiana e egípcia propuseram parágrafo pelo qual o espaço cósmico seria considerado herança comum da humanidade, à maneira do que já declarara a Assembléia Geral em 1970, no tocante aos fundos marinhos e oceânicos além da jurisdição nacional. O Brasil se opôs a essa aplicação, preocupado que estava com a possibilidade de que a definição de espaço cósmico como herança comum da humanidade viesse a enfraquecer o mesmo conceito quando aplicado aos fundos marinhos, transformando-o num **slogan** e esvaziando-o do conteúdo jurídico que os países em desenvolvimento haviam conseguido conferir-lhe no Comitê dos Fundos Marinhos.

Foi também discutido de forma sumária o Projeto franco-canadense sobre registro de objetos lançados ao espaço cósmico.

No Subcomitê Científico e Técnico obteve-se consenso quanto à conveniência do prosseguimento dos trabalhos do perito em aplicações espaciais, em regime de autonomia com relação à Divisão do Espaço Cósmico. Iniciou-se um trabalho de reorientação dos debates no foro do Subcomitê para um campo mais concreto e de interesse mais imediato, qual seja o das aplicações espaciais para o desenvolvimento nacional. No relatório do Subcomitê expressou-se a satisfação pelos resultados obtidos no "Panel" sobre sensoreamento remoto realizado em São José dos Campos e tomou-se nota, com apreciação, do convite feito para que o "Panel" sobre aplicações espaciais previsto para 1974 se reúna no Brasil. Durante a reunião, realizou-se o encontro do Grupo de Trabalho sobre Sensoreamento Remoto, no qual não se tratou propriamente da substância do tema do sensoreamento remoto, havendo dedicado seus trabalhos mais a questões de organização.

Durante a Assembléia Geral a I Comissão debateu três itens relativos a assuntos espaciais: o relatório do Comitê sobre os

Usos Pacíficos do Espaço Cósmico; a preparação do Tratado sobre a Lua e um novo item proposto pela União Soviética sobre Transmissões Diretas de Televisão por Satélite. Foram adotados quatro projetos de resolução, tendo o Brasil votado a favor dos mesmos. A Delegação do Brasil teve oportunidade de reafirmar a tese, que temos invariavelmente sustentado, de que cada país tem o direito de controlar as transmissões de televisão feitas por meio de satélites diretamente para seu território.

Entorpecentes

O Itamaraty participou ativamente em 1972 de várias atividades ligadas às questões dos entorpecentes. Coube ao Ministério das Relações Exteriores dirigir a Delegação do Brasil à Conferência de Plenipotenciários que aprovou o Protocolo de Emendas à Convenção Única de Entorpecentes. Os resultados da Conferência foram satisfatórios e o Protocolo foi aprovado, em dezembro, pelo Congresso Nacional. A Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (Viena, 1971) foi também aprovada em 1972 pelo Congresso.

Realizou-se em Buenos Aires, de 29 de novembro a 4 de dezembro, uma Conferência Preparatória Sul-Americana sobre Entorpecentes. As recomendações aprovadas permitirão cooperação maior em âmbito regional, cooperação que deverá ser ainda reforçada com a realização em Buenos Aires, em abril de 1973, de uma Conferência em nível ministerial.

O Itamaraty tem buscado obter, em todas as reuniões, o indispensável reforço à cooperação internacional no combate aos tóxicos sem a atribuição a órgãos internacionais de poderes excessivos ou arbitrários.

Direitos Humanos

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores continuou a acompanhar em 1972, com toda a atenção, as questões de

direitos humanos, nos diversos foros das Nações Unidas e na Cruz Vermelha Internacional.

No âmbito da ONU manteve-se atenta no sentido de evitar que uma excessiva interpretação do papel da Organização nessas questões pudesse vir a acarretar uma indevida interferência em assuntos de competência interna, com a possibilidade de serem os foros das Nações Unidas utilizados para fazer repercutir a campanha internacional de difamação contra o Brasil.

No âmbito da Cruz Vermelha, o Brasil esteve presente à Segunda Reunião de Peritos Governamentais convocada para reafirmar e desenvolver o direito internacional humanitário em conflitos armados. A Delegação, como no ano anterior, foi presidida pelo Professor Haroldo Valladão. Também aí, sustentamos a necessidade de evitar que os princípios humanitários servissem de pretexto para interferência externas indevidas em matérias da competência e soberania de cada Estado.

População

No campo das atividades demográficas, reuniu-se a Comissão de População, em caráter extraordinário, para examinar os preparativos para a Conferência Mundial em 1974.

O representante brasileiro reiterou nossas posições na matéria, procurando evitar o desrespeito à soberania nacional. Igualmente, marcou nossa posição desfavorável à desvinculação do meio-ambiente e população do conceito de desenvolvimento.

O representante brasileiro opôs-se ainda à fixação de uma estratégia de população, o que afinal prevaleceu na Comissão, que reconheceu a impossibilidade de uma estratégia mundial, diante da diversidade de condições existentes. Reconheceu-se apenas a viabilidade de um plano de recomendações.

Estatística

Realizou-se a XVII Sessão da Comissão de Estatística, com a presença do representante brasileiro, Professor Isaac Kerstenezky, Presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Nessa sessão, o representante do Brasil, entre outros pontos, defendeu o desenvolvimento de uma versão simplificada no Sistema de Estatísticas Demográficas e Sociais, mais adequada às necessidades e recursos disponíveis nos países em desenvolvimento.

O Itamaraty manifestou também sua preferência pelo treinamento de técnicos nos países mais desenvolvidos, em vez do recebimento de assistência técnica sob forma de peritos estrangeiros.

O Brasil foi ainda convidado a integrar o Grupo de Trabalho sobre Programas e Coordenação Internacional de Estatística.

Estratégia da Segunda Década para o Desenvolvimento

Foi respondido questionário sobre a implementação da Estratégia da Segunda Década para o Desenvolvimento, com a colaboração de vários órgãos do Governo, principalmente o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, através do IPEA. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a CEPAL também cooperaram na elaboração da resposta.

A resposta enviada às Nações Unidas foi reproduzida na Circular Postal n.º 1744, de 30 de outubro, remetida às Missões diplomáticas e Repartições consulares.

Energia Atômica

O Setor competente, em estreita colaboração com a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), continuou a ocupar-se,

durante o ano de 1972, dos acordos bilaterais sobre a utilização pacífica da energia nuclear, tendo em vista a conveniência de centralizar o assunto, na medida do possível, em um só serviço do Itamaraty.

O acontecimento de destaque no setor foram as negociações com os Estados Unidos da América, que resultaram no novo Acordo de Cooperação Relativo aos Usos Cíveis da Energia Atômica, assinado em Washington, em 17 de julho de 1972, bem como na Emenda ao Acordo entre a AIEA, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, para a Aplicação de Salvaguardas, firmada em julho do mesmo ano, em Viena.

Anteriormente, já tinha havido troca de Notas entre os dois Governos para esclarecimento da interpretação do Artigo IV do Acordo anterior.

Para entrada em vigor dos Acordos em apreço, os dois Governos procederam a respectiva troca de Notas, a 18 e 20 de setembro de 1972, em Washington.

Cabe também registrar a assistência prestada à ulatimação do contrato de compra de urânio enriquecido, entre a CNEN e a USAEC.

Por outro lado, o Ministério das Relações Exteriores encarregou-se de assegurar a orientação geral da Representação do Brasil nos diversos órgãos da AIEA e das reuniões por ela promovidas, tais como: XVI Sessão Regular da Conferência Geral da AIEA em setembro; reuniões da Junta de Governadores, em fevereiro, junho, setembro e dezembro, além de outros simpósios e comitês, e o encontro de fim de ano do Comitê Consultivo Científico (SAC) para o qual foi designado pela AIEA, em caráter pessoal, o Governador do Brasil e Presidente da CNEN, Professor Hervásio Guimarães de Carvalho.

Da reunião de junho da Junta de Governadores, resultou a designação do Brasil como o país tecnologicamente mais avançado na área a que pertence.

A Representação Permanente do Brasil junto a AIEA continuou a dedicar atenção prioritária aos seguintes tópicos: a) aceleração do processo de ratificação de emenda ao Artigo VI do Estatuto daquela Agência; b) formulação do conteúdo e estrutura dos Acordos de Salvaguarda com a Agência, especialmente dos que decorrem da vigência do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

Durante as referidas reuniões e na própria AIEA, o Brasil tem-se caracterizado como país interessado no desenvolvimento da tecnologia nuclear para fins exclusivamente pacíficos, sem aceitar, entretanto, restrições indevidas a seu poder de decisão como Estado soberano, nos assuntos relativos à energia nuclear.

No decurso de 1972 o Itamaraty não se descuidou também da coleta de dados sobre usos de energia nuclear procurando adequar o fluxo de informações às necessidades nacionais, em harmonia com as definições expressas pela CNEN.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Realizaram-se em 1972, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, a 57.^a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de 7 a 27 de junho, as 185.^a, 186.^a, 187.^a e 188.^a reuniões do Conselho de Administração e diversas reuniões das Comissões de Indústrias e da Comissão Consultiva Interamericana. A todos esses conclaves compareceram delegações brasileiras, tendo o Itamaraty e o Ministério do Trabalho e Previdência Social cooperado da maneira mais eficiente na preparação de instruções e relatórios.

Ao Ministério das Relações Exteriores coube, principalmente no que se refere à 57.^a Sessão da Conferência Geral e nas reuniões do Conselho de Administração, o trato das questões de ordem política e orçamentária. Ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, através de seus órgãos especializados, competiu cuidar das questões de ordem técnica, sócio-trabalhistas.

Com a 186.^a reunião do Conselho de Administração encerrou-se o mandato de três anos de Membro titular de que dispunha o Brasil. Foi tal período extremamente bem aproveitado pelo representante brasileiro no Conselho, grangeando posição de indiscutível liderança para nosso País, particularmente no trato das difíceis questões ligadas à reforma da estrutura da OIT e à situação financeira da agência. Também no setor da liberdade sindical conseguiram as representações nacionais, mediante trabalho paciente e, se necessário, enérgico, desfazer as várias denúncias de supostas violações da liberdade sindical que teriam ocorrido no Brasil.

Durante a 57.^a Sessão da Conferência Geral, foi o Brasil eleito membro da Comissão Consultiva Interamericana, tendo já participado de sua Terceira Reunião, realizada em São José da Costa Rica, entre 7 e 23 de outubro. Requereu então a Delegação brasileira, com o apoio das demais Delegações latino-americanas, maior ajuda financeira da OIT a entidades regionais de cooperação técnica, tais como o Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre a Formação Profissional (CINTERFOR), criado em 1964.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

Em trabalho conjunto realizado com a Coordenação de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde, o Ministério das Relações Exteriores criou condições para a participação efetiva de Delegações brasileiras em todas as reuniões de importância, promovidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e por seu órgão regional, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Foram elaboradas instruções destinadas às Delegações do Brasil à XXV Assembléia Mundial de Saúde, à XXI Reunião do Conselho Diretor da OPAS, sobretudo no que se referiu aos problemas políticos e orçamentários, assim como às questões de procedimento e de candidaturas.

O Brasil, na qualidade de membro do Comitê Executivo da OPAS e em harmonia com as instruções elaboradas também pelo Itamaraty, participou, em Washington, da 68.^a Reunião do referido Órgão, em meados do ano, além de ter tido intensa atuação na III Reunião Especial de Ministros de Saúde das Américas, realizada em outubro, em Santiago do Chile.

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL

Na área da Organização Meteorológica Mundial prosseguiu o excelente entendimento existente entre os setores competentes do Ministério da Agricultura e do Ministério das Relações Exteriores. Traduziu-se tal entendimento, no plano internacional, pela assinatura de acordo trilateral Brasil-OMM-Estados Unidos da América que permitiu a implantação definitiva do sistema de telecomunicações Brasília-Maracay, fazendo da Capital brasileira o Centro de Telecomunicações Meteorológicas da América do Sul.

Participou o Brasil, através de representantes do Departamento Nacional de Meteorologia, de várias reuniões técnicas, entre as quais as principais foram:

- a) no campo da Hidrologia, a IV Sessão da Comissão de Hidrologia da OMM, realizada em Buenos Aires de 3 a 17 de abril, e a I Reunião do Grupo de Trabalho sobre Hidrologia da Associação Regional III (América Latina), realizada em Bogotá, entre 27 de novembro e 1.^o de dezembro, sendo que, em ambas as reuniões, foi reafirmada, com inteiro sucesso, a posição brasileira no tocante ao aproveitamento dos recursos naturais;
- b) no campo de Meteorologia Marítima, a Conferência Técnica Sobre Meios de Recepção e Transmissão de Dados Meteorológicos Oceânicos, realizada em Tóquio, entre 2 e 9 de outubro e a 6.^a Sessão da Comissão de Meteorologia Marítima, também reunida em Tóquio, entre 9 e 21 de outubro, ambos os conclave de grande interesse para os setores meteorológicos bra-

sileiros que se aprestam para intervir no Programa Global de Pesquisa Atmosférica (GARP) da Organização Meteorológica Mundial.

Quanto a este último programa desenvolveu-se, durante todo o ano de 1972, uma série de entendimentos prévios visando a constituir uma comissão nacional que se encarregará da coordenação da participação brasileira no GARP, sem dúvida o mais promissor e ambicioso programa de estudos da atmosfera, de particular interesse para o Brasil, que tem a totalidade de seu território terrestre e marítimo incluída na área a ser pesquisada. Concluída a fase de entendimentos, estarão os vários Ministérios e órgãos interessados prontos para encetar trabalhos, em 1973 e 1974, da maior importância no setor da pesquisa meteorológica e oceanográfica. Dentro dos trabalhos de coordenação internacional do GARP, Delegações brasileiras participaram da 1.^a e 2.^a Reuniões do Conselho Diretor do Programa Global de Pesquisa Atmosférica, realizadas em Genebra.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA

No decorrer de 1972, transitaram pelo Setor competente do Ministério das Relações Exteriores expedientes relativos a 105 reuniões da FAO. O Brasil se fez representar em 27 dessas reuniões, tendo preparado instruções para 15 delas, além das instruções para a LIII Sessão do ECOSOC.

Dentre as principais reuniões convocadas pela FAO podem ser citadas as seguintes:

LIX Sessão do Conselho e reunião dos seus órgãos subsidiários (Comitê de Agricultura, de Pesca, de Florestas e de Finanças);

XII Sessão da Conferência Regional para a América Latina;

IX Sessão da Comissão do **Codex Alimentarius**;

XIX Sessão do Comitê Executivo e reuniões dos diversos subcomitês da Comissão do **Codex Alimentarius**;

XXI e XXII Sessões do Comitê Intergovernamental do Programa Mundial de Alimentos (PMA);

III e IV Sessões do Comitê Técnico Assessor do Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional;

I Sessão do Subcomitê sobre Proteínas;

Comitê Especial de Métodos de Trabalho do Conselho;

Reunião com os Representantes Permanentes dos Estados-Membros;

II Sessão Ordinária do Conselho da Comissão do Atum.

O Ministério das Relações Exteriores procurou obter o maior rendimento possível da sua cooperação com a FAO, organismo para o qual contribuimos com soma vultosa, através de contactos com os órgãos públicos e privados nacionais, e outras gestões internacionais.

Cumpramos ressaltar principalmente nossa iniciativa para: a) reativar a Comissão Nacional da FAO, inativa desde 1965, a fim de permitir aos diversos setores governamentais interessados em seguir nossa política e participar da atuação brasileira naquela Organização; e b) coordenar no Brasil e na América Latina os assuntos relativos à Comissão do **Codex Alimentarius**, com a realização, no âmbito nacional, de reuniões do Grupo e Subgrupos de Trabalho Informal do **Codex**.

O referido grupo e subgrupos reuniram-se regularmente, ora no Itamaraty, ora no Ministério da Agricultura, antes de cada reunião dos órgãos anulares da Comissão **Codex**, para preparar instruções e rever normas internacionais aprovadas ou em curso de aprovação. No âmbito internacional, foi bem sucedida a candidatura do Brasil à representação latino-americana no Comitê

Executivo do **Codex**. Por outro lado, a proposta brasileira de criação do Comitê Coordenador do **Codex** para a América Latina obteve grande receptividade, cabendo solucionar, em 1973, os problemas administrativos e financeiros dessa proposta.

O Itamaraty concedeu ainda, em colaboração com a APr, especial atenção aos problemas da denominação de origem para a sardinha, o pargo e a lagosta, laticínios e produtos da carne.

Ocupou-se também da coordenação no Brasil da Campanha Mundial contra a Fome/Ação para o Progresso, além dos trabalhos considerados de rotina: atendimento a inúmeros pedidos de documentação e material genético da FAO; autorização de saques e passaportes; eleições para o Comitê de Produtos de Base e para o Comitê Intergovernamental do PMA; viagem de Missões do Ministério da Agricultura à Europa e a outros países; pagamento de contribuições à FAO, ao PMA e à Comissão do atum; apresentação de candidatos brasileiros ao Programa de Treinamento de Recém-Formados etc.

Em atendimento a solicitação do Ministério da Agricultura, foi realizada no Itamaraty Reunião Técnica Internacional sobre Resíduos de Pesticidas para a América Latina e o Caribe, do Comitê Interamericano de Proteção Agrícola (CIPA) com a participação de 12 países, no decorrer da qual o Ministério das Relações Exteriores apresentou resolução brasileira sobre normas alimentares internacionais, aprovada e transmitida à Comissão do **Codex**.

Durante a XII Sessão da Conferência Regional, em prosseguimento à sua tentativa de influir construtivamente na ação da FAO, dada a sua posição de país de maior maturidade e desenvolvimento relativo, o Brasil deu continuidade à defesa de três teses principais: necessidade de definição de prioridade nos programas e atividades da Organização; ênfase aos programas de pesquisa e nutrição; e maior acesso dos países em desenvolvimento aos mercados internacionais. Nesse sentido, foram apresentadas seis resoluções, duas sobre pesquisa agrícola,

uma sobre o déficit calórico-protéico, uma sobre desequilíbrio agrícola, uma sobre normas alimentares internacionais e uma para adoção de programas agrícolas incorporando o trabalho de excepcionais físicos.

Dois assuntos de grande importância mobilizaram a Divisão de Conferências, Organismos e Assuntos Gerais do Itamaraty: a participação do Brasil e da América Latina no Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional e a preparação da vinda à Amazônia de Missão de industriais do Programa Cooperativo com a Indústria da FAO, a concretizar-se em 1973.

O Itamaraty recebeu durante o ano de 1972 as seguintes personalidades ligadas a Organismos Internacionais:

Senhor Maurice F. Strong, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente, em 20 de janeiro;

Senhor Eduardo Albertal, Representante das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 27 de março; e

Senhor Mohamed Mili, Secretário-Geral da União Internacional de Telecomunicações, em 19 de setembro.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

ASSUNTOS ECONÔMICOS

POLÍTICA COMERCIAL

Relações com a CEE

A proposta brasileira para abertura de negociações com vistas à conclusão de um acordo comercial não-preferencial com a Comunidade Econômica Européia, apresentada em maio de 1971, ensejou conversações exploratórias que foram consideradas concluídas no primeiro trimestre de 1972. Seguiu-se um longo período durante o qual a Comissão das Comunidades elaborou seu relatório ao Conselho de Ministros, no qual descrevia as conversações exploratórias e propunha um mandato de negociações.

O Governo brasileiro, considerando a conveniência de que o Acordo Brasil-CEE fosse assinado antes do fim do corrente ano, enviou às Capitais dos 6 membros das Comunidades o Secretário-Geral de Política Exterior, o qual foi portador de carta em que o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores expressava aos seus colegas europeus a preocupação do Governo brasileiro pela situação que seria criada, para certos produtos brasileiros, com a entrada do Reino Unido para a CEE. Na mesma carta, o Titular da Pasta do Exterior insistia em que as relações entre o Brasil e os países-membros da CEE não deviam ser en-

caradas sob uma ótica estreita, dominada por interesses de pequenos setores, mas, sim, com a amplitude que tanto o passado como o futuro justificam.

Só a 4 de dezembro o Conselho de Ministros das Comunidades adotou decisão em princípio favorável à abertura de negociações; contudo, não foi aprovado mandato de negociações, que será elaborado pelos órgãos comunitários subordinados ao Conselho e só aprovado por este, após audiência dos países africanos interessados em manteiga de cacau e café solúvel, que são os dois produtos de mais interesse para o Brasil. A aprovação é assim condicionada à audiência de terceiros países, especialmente os antigos Departamentos de Ultramar da França, cuja orientação, portanto, prevaleceu. Estima-se que as negociações propriamente ditas possam ter início no primeiro semestre de 1973.

Relações América Latina-CEE

Em 1972, realizou-se apenas uma reunião do mecanismo de diálogo América Latina-CEE, criado em 1971. Naquela reunião, foi criado um Grupo Técnico que se ocupará de aspectos relacionados com o funcionamento do Sistema Geral de Preferências da CEE e outras questões comerciais. Este pequeno progresso desde a última reunião (dezembro de 1971) demonstra a indecisão ainda existente na CEE quanto a suas relações com a América Latina, haja visto que a declaração da Conferência de Cúpula dos Chefes de Estado ou de Governo da CEE ampliada (Paris, outubro de 1972) colocou toda a ênfase, ao falar das relações da CEE com o mundo em desenvolvimento, na África e nos Países da Bacia do Mediterrâneo.

Têxteis

O Ministério das Relações Exteriores encarregou-se dos contactos com os países que aplicam restrições às exportações brasileiras de têxteis. Trata-se especialmente dos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido.

Com o primeiro, o Acordo de 1970 entrou em seu terceiro ano de vigência, em 1.º de outubro de 1972. O Brasil continuou a aproveitar integralmente as categorias de maior expressão, demonstrando capacidade para ultrapassá-las amplamente.

Com o Canadá, o Acordo sobre fios de algodão de 1971 entrou no segundo ano de vigência. O Brasil efetuou reiteradas gestões a fim de realizar consultas, nos termos do Acordo, visando a dobrar a quota brasileira, de apenas 1.545.000 libras-peso no segundo ano-acordo. Em fins de dezembro o Governo canadense comunicou sua concordância com tais consultas, que se efetivarão em princípios de 1973.

Quanto ao Reino Unido, não obstante a diminuta quota atribuída ao Brasil, conseguiu-se exportar mais do que o dobro da mesma de 1972, através da utilização da chamada "global quota". Ao final do ano, o Itamaraty ocupava-se de gestões junto ao Governo britânico no sentido de obter quota maior para 1973, quando o contingente atribuído ao Brasil seria muito reduzido, se mantido o critério estabelecido em Londres.

Protecionismo

O protecionismo no campo têxtil é somente uma das muitas formas por que se revela a crescente tendência protecionista em países de alta renda **per capita**. Muitas vezes esse protecionismo deriva de problemas que surgem exclusivamente entre países desenvolvidos.

Assim, o Ministério das Relações Exteriores tem procurado manter-se informado sobre aquela tendência, com o fim de alertar em tempo hábil quer outros setores do Governo, quer o setor privado, e de procurar combater certas medidas, antes que se concretizem prejuízos para nosso comércio exportador.

Embora vários países tivessem suas políticas comerciais sob observação em 1972, os casos mais flagrantes foram registrados no Canadá e nos Estados Unidos.

No primeiro, foi colocada em vigor a chamada "legislação anti-DISC", cujo principal objeto é defender as empresas canadenses contra certos incentivos fiscais oferecidos pelos Estados Unidos a suas firmas exportadoras, através da chamada "legislação DISC". Uma exigência do Governo canadense, no sentido de serem as importações no Canadá acompanhadas por um formulário especial, foi criticada pelo Brasil no GATT como contraditória aos compromissos de "stand-still" e como descabida no caso de países cuja lei não prevê incentivos do tipo da lei DISC.

Nos Estados Unidos da América continuaram a aumentar os casos de invocação da lei "anti-dumping". Dois produtos brasileiros chegaram a ser objeto de investigação: ferro gusa e película de vinil impressa. Em novembro de 1972, foi concluída a fase preliminar de investigação sobre ferro gusa com uma "conclusão tentativa negativa", isto é, uma conclusão preliminar no sentido de que não estava havendo "dumping" de ferro gusa pelo Brasil. Ao fim de 1972, a investigação relacionada com película de vinil ainda prosseguia.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA
A AMÉRICA LATINA

Não coincidindo 1972 com o ano de período de sessões da CEPAL, os trabalhos do Itamaraty relacionados com essa Comissão revestiram-se de menor volume. Não obstante, a CEPAL instituiu um Grupo de Peritos para as negociações comerciais multilaterais do GATT.

Havendo-se identificado a necessidade de se dar assistência técnica aos países latino-americanos, a fim de habilitá-los a participar com um maior conhecimento de causa nas negociações, a CEPAL obteve do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da UNCTAD financiamento para um projeto com aquela finalidade.

COMISSÃO ESPECIAL DE COORDENAÇÃO
LATINO-AMERICANA

Este organismo latino-americano, nascido em 1964, caracteriza-se por sua existência periódica: a CECLA não tem sede ou Secretariado; reúne-se por proposta de um país-membro numa sede escolhida *ad hoc*, sendo o trabalho de Secretariado desempenhado pelo país-sede, que mantém a função de Secretaria de Coordenação *pro tempore* até que seja escolhida nova sede para outra reunião.

A CECLA realizou duas reuniões em 1972. A XIII Reunião foi realizada em Bogotá, com anterioridade à III UNCTAD, e teve como objetivo principal avaliar os trabalhos preparatórios para aquela Conferência, efetuados em Genebra pelo Grupo de Trabalho dos 77. Ao final da Reunião foi aprovada Declaração em que a América Latina reiterava os pontos contidos na Declaração, Princípios e Programa de Ação, de Lima, de outubro de 1971. Nesta reunião da CECLA foi o Brasil eleito coordenador do Grupo latino-americano na III UNCTAD.

A XIV CECLA teve lugar em Santiago do Chile, na primeira metade de outubro. De sua agenda constavam como pontos altos a avaliação da III UNCTAD, a preparação da América Latina nas negociações comerciais multilaterais do GATT, as relações América Latina-CEE e a vindoura reunião da Comissão Especial de Consulta e Negociação (CECON), do CIES.

O principal mérito da XIV Reunião foi despertar em diversos países latino-americanos maior interesse pelas negociações comerciais multilaterais; não sendo diversos daqueles países membros do GATT, e tendo a América Latina problemas comuns que podem encontrar solução nas negociações mencionadas, fazia-se necessário despertar-lhes a atenção para a importância daquele processo.

ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS
ADUANEIRAS E COMÉRCIO

As declarações conjuntas Estados Unidos-CEE e Estados Unidos-Japão, de fevereiro, sobre a realização de uma nova rodada de negociações comerciais no GATT, tornou o ano de 1972 extremamente movimentado naquele foro.

Decidida pelo Conselho do GATT a preparação de uma nova rodada de negociações, passou-se a trabalhar intensamente, em Genebra, no Brasil e, esporadicamente, em outros foros, com vistas a determinar os objetivos daquelas negociações e os princípios pelos quais se pautarão as técnicas aplicáveis e as barreiras a serem negociadas.

Na XXVIII Sessão das Partes Contratantes, em novembro, foi tomada por unanimidade importante decisão: a de que as negociações comerciais multilaterais terão como um de seus objetivos o aumento do comércio dos países em desenvolvimento, consideradas suas necessidades de desenvolvimento.

Na mesma Sessão, decidiu-se criar um Comitê Preparatório das negociações, cujo trabalho será examinado por uma reunião em nível ministerial, em setembro de 1973, durante a qual se instalará um Comitê de Negociações, com mandato definido quanto a objetivos, princípios e técnicas.

Durante 1972, o Itamaraty iniciou a preparação da posição brasileira para as referidas negociações. Iniciou também a preparação de outras negociações que se efetuarão em 1973 no GATT: negociações relacionadas com a modificação das tarifas do Reino Unido, Dinamarca e Irlanda em face de sua adesão à CEE com a conseqüente adoção da Tarifa Externa Comum, e as negociações relacionadas com os efeitos da criação de zonas de livre comércio para produtos industriais entre a CEE, de um lado, e a Áustria, Islândia, Portugal, Suécia e Suíça, de outro.

Demonstrando o prestígio da Delegação do Brasil em Genebra entre os países-membros do GATT, o representante brasileiro foi eleito Presidente dos 5 Grupos de Trabalho formados para examinar os acordos de associação da CEE com os 5 países mencionados, e Presidente, para 1973, do Comitê de Comércio e Desenvolvimento.

Não foi possível no corrente ano concluir as negociações para recomposição da Lista III-Brasil; fecharam-se as negociações com o Japão e a CEE, mas não houve oportunidade de fazê-lo com o Reino Unido. Nesse sentido, o Brasil solicitou nova prorrogação do "waiver".

Ainda em 1972, o Congresso Nacional aprovou o Protocolo sobre Negociações Comerciais entre Países em Desenvolvimento, finalizado em 1971; o Protocolo ainda não entrou em vigor porém, por não ter reunido número suficiente de ratificação.

Outro assunto de particular relevância para o Brasil, tratado no foro do GATT, foi o dos têxteis. O Acordo Internacional a Longo Prazo sobre Têxteis de Algodão, instrumento inspirado por alguns países desenvolvidos cuja indústria de têxteis de algodão se tornara obsoleta, foi negociado no GATT em 1963. O Acordo expirará em setembro de 1973, razão pela qual o Diretor-Geral do GATT propôs a criação de um Grupo de Trabalho sobre Têxteis para coletar informações relativas a todos os fatores que afetam o comércio internacional de têxteis, não apenas de algodão, mas também de lã e de fibras artificiais ou sintéticas.

O Brasil, cuja exportação de têxteis já vem sofrendo em face de medidas protecionistas adotadas por uma série de países, aceitou a criação do Grupo no pressuposto de que seus resultados levariam a uma liberalização de comércio de têxteis, liberalização consoante com o espírito que inspirou a decisão de se realizar nova rodada de negociações.

O Grupo de Trabalho sobre têxteis realizou sua última reunião em dezembro, devendo os resultados do levantamento por ele

feito serem objeto de exame pelo Conselho do GATT, em princípios de 1973. No ensejo, o Conselho decidirá sobre a renovação ou não do Acordo a Longo Prazo e sobre sua eventual ampliação, para incluir outras fibras.

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Durante a XXVII Assembléia Geral das Nações Unidas, o projeto brasileiro de resolução genérica sobre a III UNCTAD foi examinado. Esse projeto, ao qual foram incorporados outros pontos de vista sugeridos por membros do Grupo dos 77, resultou em resolução, aprovada pela Assembléia sem voto contrário, na qual são endossadas pela Comunidade Internacional, em seu foro máximo, as principais decisões da III Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (III UNCTAD), bem como as tendências mais recentemente surgidas no que se refere ao disciplinamento de atividades internacionais, no campo do comércio, que afetam diretamente os interesses e as políticas de desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

O Ministério das Relações Exteriores participou ativamente dos trabalhos preparatórios da III Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), realizada em Santiago do Chile, em abril e maio. Na Conferência propriamente dita, o Brasil desempenhou o papel de coordenador latino-americano.

Os resultados da III UNCTAD foram decepcionantes no sentido de que não se notou modificação ponderável na posição adotada pelos países desenvolvidos. Preocupados sobretudo com os problemas de ordem interna, cuja solução pôde ser parcial-

mente encontrada em arranjos entre os próprios países desenvolvidos (problemas ligados a comércio internacional e à crise monetária), os países desenvolvidos não deram na III UNCTAD mostras de vontade política de enfrentar a opinião pública nacional para adotar atitude menos restritiva em face das necessidades dos países em desenvolvimento.

Para o Brasil, contudo, dado o relativo grau de desenvolvimento já alcançado, e a recente expansão do comércio exterior, os resultados foram menos desfavoráveis. As decisões da III UNCTAD sobre a reforma monetária internacional, transportes marítimos, seguros e transferência de tecnologia traduzem inteiramente as aspirações brasileiras; as decisões referentes às negociações comerciais multilaterais, a se realizarem no GATT, e ao menor desenvolvimento econômico relativo também, embora menos satisfatórias, resguardam os interesses brasileiros.

A XII Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD realizou-se em Genebra, em outubro, tendo sido novamente discutidos certos pontos abordados pela III UNCTAD. A tentativa então feita de reabrir algumas decisões penosamente negociadas em Santiago obrigou a intenso trabalho de parte da Delegação do Brasil.

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL
DAS NAÇÕES UNIDAS

Durante a 53.^a Sessão do ECOSOC, em julho, a Divisão de Política Comercial teve ativa participação na elaboração dos termos de referência do Comitê de Ciência e Tecnologia do ECOSOC, estabelecidos pela Resolução 1621 (LI) do ano anterior. Nesse particular, cuidou-se de assegurar que o recém-criado Comitê não interferisse com o trabalho que vem realizando nesse campo a UNCTAD, e que, ao mesmo tempo, desempenhasse a tarefa de coordenação na matéria essencialmente do ângulo dos interesses dos países em desenvolvimento.

Além disso, o Itamaraty contribuiu para que a resolução aprovada pelo ECOSOC nessa mesma sessão, sobre a criação de um grupo de pessoas eminentes para estudar o problema das companhias multinacionais, refletisse a orientação do Governo brasileiro no assunto.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

O ano de 1972, no que se refere à UNIDO, foi marcado por um relativo compasso de espera, uma vez que profundas modificações nos objetivos, e mesmo na estrutura da Organização, foram discutidas no âmbito do Grupo de Alto Nível encarregado pela Resolução 2853 (XXVI) da Assembléia Geral de elaborar a estratégia de longo prazo da Organização. As atividades limitaram-se assim à continuação, durante a VI Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial, do exame das recomendações contidas na resolução acima referida, naquilo que dizia respeito a atividades operacionais da Organização, ou seja, o programa de Serviços Industriais Especiais (SIS) e a questão das relações entre a UNIDO e o PNUD. O Comitê Permanente da Junta também criado pela Resolução 2823 (XXVI) realizou sua 1.^a Sessão em dezembro de 1972, não havendo, entretanto, pelas mesmas razões acima indicadas, tomado qualquer deliberação de maior significado.

As decisões que deverão importar em considerável reestruturação da UNIDO serão provavelmente tomadas durante a VII Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial, a realizar-se em maio de 1973, quando já terá sido publicado o relatório do Grupo de Alto Nível.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

No caso da OMPI, o Ministério das Relações Exteriores ocupou-se de dois aspectos de grande relevância para a política exter-

na, em matéria de tecnologia. O primeiro deles resultou das recomendações feitas àquela Organização pela Resolução 39 (III) da UNCTAD, particularmente em seus parágrafos 9 e 10. Em atenção a essas recomendações, a OMPI, por um lado, incluiu no seu orçamento para 1973 quantitativo destinado a atender aos gastos com reuniões com o Secretariado da UNCTAD, para fins de iniciar a tarefa de elaboração das bases para uma legislação internacional sobre transferência de tecnologia; e, de outro lado, decidiu, durante a reunião do Comitê de Peritos sobre Contratos de Licenciamento, criar um Comitê Permanente de Transferência de Tecnologia que estude a matéria do ponto de vista das necessidades dos países em desenvolvimento. Entre as tarefas que incumbirão a este Comitê está a de desenvolver a proposta brasileira para criação de um mecanismo que facilite a negociação de contratos de licenciamento com empresas de países em desenvolvimento.

O outro aspecto relevante das atividades da OMPI em 1972 foi o progresso realizado no sentido da vinculação da Organização à família das Nações Unidas. Durante a reunião anual do Comitê de Coordenação da OMPI, em setembro de 1972, foi aprovada proposta brasileira que autorizou o Diretor-Executivo da Organização a iniciar os contactos necessários, nos termos dos artigos pertinentes da Carta das Nações Unidas, com vistas a negociar as condições dessa vinculação.

PRODUTOS DE BASE

Atividades no campo multilateral

No campo dos organismos internacionais, que tratam de maneira global a problemática dos produtos de base (UNCTAD e outros), deu-se especial importância aos problemas de preços, de acesso aos mercados internacionais, em coerência com as posições defendidas pelos países em desenvolvimento. Para a III UNCTAD e seus órgãos permanentes, o Itamaraty continuou

o processo de elaboração de posições que representassem progresso em relação à necessidade de reestruturar o comércio internacional dos produtos de base em benefício das nações subdesenvolvidas.

A partir da III UNCTAD, tem-se trabalhado no estabelecimento de posições que definam a participação do Brasil nas próximas Negociações Comerciais de 1973, especialmente quanto a técnicas e modalidades de negociações e quanto aos produtos de maior interesse para o Brasil.

Em relação a grupos específicos de produto, especialmente na FAO (carne, arroz, banana, chá, pimenta, fibras duras), mas também na OEA (banana) ou em grupos de produtores (minério de ferro), desenvolveu-se trabalho de levantamento dos interesses brasileiros em cada setor. Para tanto, consultaram-se os órgãos dos setores privado e público interessados. O trabalho posterior foi o estabelecimento das posições a serem defendidas em cada foro.

Café

Na reunião de agosto de 1971 da Organização Internacional do Café — a XIX Sessão do Conselho — os produtores de café, não obstante a diferença de posições entre grupos “arábica não lavados” e “robustas”, alcançaram seus principais objetivos, a saber:

Fixação de uma quota inicial ajustada às necessidades previsíveis da demanda;

Sistema de ajustamentos **pro rata** capaz de evitar uma deterioração sensível de preços;

Alguma superposição entre as faixas seletivas atribuídas aos “robustas” e aos “arábicas não lavados”, de modo a evitar, para os primeiros, qualquer aumento de participação no mercado que não fosse acompanhado de um fortalecimento geral dos preços.

Na véspera da abertura da reunião do Conselho, foram anunciadas as medidas de carácter económico ligadas à desvalorização **de facto** do dólar e consumadas mais tarde, dando motivo a uma reunião extraordinária, em fevereiro, do Conselho, por proposta dos produtores, que reivindicavam um reajustamento dos preços indicativos das Resoluções pertinentes aprovadas em agosto, à luz e com um percentual próximo ao da desvalorização cambial do dólar. Alguns países europeus concordavam num aumento de 2 centavos de dólar por libra, que não foi aceite pelos Estados Unidos da América e Canadá. Do impasse resultou o fracasso e, daí, o sentimento generalizado entre os produtores de que uma tomada de posição uniforme em suas políticas de comercialização era já inadiável. Anteriormente houvera contactos, tímidos embora, entre os produtores, sem maiores resultados práticos. Em fevereiro de 1972, o Ministro da Agricultura da Costa do Marfim, acompanhado de uma delegação, visitou o Brasil, resultando, em Brasília, uma ata das reuniões havidas com a Delegação brasileira que fixava “as bases para a coordenação permanente em suas políticas cafeeiras”. Tais entendimentos foram explicitados mais tarde, após diversos contactos com o Instituto Brasileiro do Café, afirmando-se no resumo das conversações que eles se fariam através: a) um comitê que funcionaria por meio de reuniões a se realizarem toda segunda semana do segundo mês de cada trimestre; b) uma conferência em nível ministerial; e c) por fim, manifestaram sua intensão de criar um organismo com condições para intervir no mercado. Esses pontos foram mais tarde ampliados em Bogotá, onde se reuniram Brasil, Costa do Marfim, Colômbia e Portugal e serviram de base para a elaboração dos “documentos de Genebra”, em cuja cidade, em abril, além daqueles países produtores, se reuniram El Salvador, Guatemala, Costa Rica, México, Zaire, Uganda e outros. A essa reunião seguiu-se a de Paris, em maio, que não só manteve as decisões maiores adotadas nos encontros anteriores, como já aprovava medidas de ordem prática para a comercialização do café, de carácter imediato e de médio prazo com vistas a aumentar os preços, limitando as ofertas de café. Voltaram a reunir-se os

países produtores, ainda em Genebra, em agosto, com a adesão já solicitada pelo Peru e Honduras, para exame das condições do mercado, estudo do projeto para criação de um organismo comercial de café e, sobretudo, tomada de posição para a XX Reunião do Conselho Internacional do Café, em Londres, naquele mês. Em Genebra haviam-se posto de acordo os produtores no sentido de apresentar na OIC proposta que mantivesse a oferta do café em níveis adequados às necessidades do mercado, impedindo o aviltamento das cotações do produto.

A proposta dos produtores que consubstanciava essas premissas foi a de uma quota anual de 49 milhões de sacas, das quais 46,5 milhões distribuídas **pro rata** entre todos os produtores e 2,5 milhões de sacas em assignações especiais. Determinava ainda a proposta dos produtores que, a partir de 1.º de abril de 1973, poderiam ser concedidos, no máximo, três aumentos seletivos, na hipótese de os preços indicativos alcançarem determinados níveis (52, 58, 58 e 61 centavos de dólar), que seriam cancelados se os preços igualassem, ou baixassem a determinados níveis (51, 57, 57 e 60 centavos de dólar). Os países consumidores manifestaram seu desacordo dias depois de apresentada a proposta, apresentando eles próprios uma proposta sem qualquer fixação em número para quotas ou preços, introduzindo, porém, um mecanismo que qualificavam de salvaguarda, segundo o qual, atingido determinado nível de preços, seriam suspensas as quotas, o sistema de controles e as limitações a importações de não-membros.

A diferença de posições entre produtores e consumidores mostrou-se bem maior do que em qualquer época anterior. Pareceria que o Acordo terminaria naquela ocasião. Como solução **in extremis**, o Diretor-Executivo da OIC apresentou uma resolução de emergência fixando a quota do primeiro trimestre em 13 milhões de sacas. Mesmo essa proposta esteve ameaçada de não passar, não fosse as Delegações do Canadá e de países europeus terem recebido à última hora instruções de seus Governos para apoiá-la. Por essa Resolução, que tomou o n.º

257, e a de n.º 258, o Conselho ficou encarregado de confirmar ou propor uma alternativa para o estabelecimento de quota para o restante do ano-cafeeiro 72/73, até o dia 10 de dezembro de 1972, “sem o quê a resolução tornar-se-á sem efeito”.

A fim de preparar-se para a reunião extraordinária do Conselho da OIC, os países produtores — cada vez em maior número — reuniram-se na cidade de Abdijã, na Costa do Marfim, decidindo manter a oferta em limites reduzidos. De qualquer maneira, os produtores apresentaram-se em Londres como um único bloco, unidos em torno de uma solução que não viesse modificar os termos do mercado, que são do vendedor.

A última reunião da Sessão extraordinária do Conselho foi na noite do dia 11 de dezembro, sem fixação de quotas para o restante ano-cafeeiro. As duas propostas apresentadas: uma dos produtores e outra dos consumidores não tiveram votação suficiente para sua aprovação. Estando ambas as propostas rejeitadas, o Diretor-Executivo apresentou projeto que lhe permite continuar a exigir uso de selos durante período sem quotas. O Presidente da Delegação brasileira, em plenário, ao final da reunião, reafirmou:

- a) vontade do Governo brasileiro em renegociar convênio, que oficialmente expira a 30 de setembro próximo; e
- b) sua confiança na unidade dos produtores e sua capacidade de dar ao mercado quantidades de café ajustadas à demanda real.

Finda a reunião do Conselho voltaram a reunir-se os países produtores — já agora a quase totalidade dos membros da OIC — que reconheceram a importância política de manter frente comum. Como decisão prática concordaram em manter para o segundo trimestre do ano-cafeeiro em curso a quantidade de 11 milhões de sacas, que poderá ser aumentada para 12,3 milhões de sacas, caso o preço indicativo composto atinja 55,50 centavos de dólar.

Como conseqüência da posição americana sobre vigência ou não do Acordo Internacional do Café, o Brasil, por força ainda do que dispõe o Acordo com os Estados Unidos da América sobre café solúvel, pediu sejam iniciadas consultas sobre a execução do referido acordo sobre solúvel.

Algodão e sisal

No tocante ao algodão, o Ministério das Relações Exteriores deu continuidade a sua atuação dentro dos dois organismos internacionais que se dedicam a essa matéria prima: o Comitê Consultivo Internacional do Algodão e o Instituto Internacional do Algodão. Na busca do contínuo aperfeiçoamento do mercado algodoeiro — objetivo básico do primeiro organismo — esteve a Divisão de Produtos de Base empenhada em defender a estabilização dos preços a níveis remunerativos e em manter abertas as possibilidades de maior participação do Brasil nesse mercado. Por outro lado, esteve atenta aos resultados dos programas de pesquisa e promoção do produto levados a efeito pelo Instituto Internacional do Algodão, registrando os primeiros êxitos alcançados no incremento do consumo da fibra. Realizou ainda gestões que permitiram ao representante brasileiro ser eleito presidente do Instituto Internacional do Algodão.

Entre as outras fibras naturais, destacou-se o sisal, cujo mercado apresentou-se nitidamente favorável aos países produtores. Coube ao Itamaraty acompanhar a evolução desse mercado, estudar os possíveis efeitos de liberações dos estoques estratégicos norte-americanos dessa fibra e, buscando o ordenamento do mercado dentro do Arranjo Informal sobre Sisal e Henequém, da FAO, preparar o caminho para a quota brasileira de exportação.

Cacau

Quanto ao cacau, o ano de 1972 caracterizou-se pela continuação do trabalho, visando a alcançar os dois objetivos de longo

prazo do Governo brasileiro neste campo, ou sejam: estreitamento da cooperação entre países produtores e negociação do Acordo Internacional do Cacau, no âmbito da UNCTAD. Quanto ao primeiro objetivo, participou-se da dinamização do mecanismo de reuniões de Gerentes de Vendas (Aliança dos Produtores de Cacau). Quanto ao segundo objetivo, conseguiu-se finalizar a negociação, após mais de 15 anos de tentativas frustradas, de um Acordo Internacional reunindo produtores e consumidores de cacau.

Minérios

No setor de minérios, estabeleceu-se contato estreito com o Ministério de Minas e Energia, tendo-se utilizado a rede de Missões brasileiras no exterior para captar informações, em especial sobre os seguintes produtos minerais: carvão, fluorita, níquel, potássio, fosfatos, minério de ferro, estanho, alumínio, cobre, zinco e enxofre. Especificamente quanto ao petróleo, cabe ressaltar ter havido um crescente e proveitoso contato com a PETROBRÁS, que culminou na realização de um seminário sobre economia petrolífera em Roma para diplomatas lotados nas Embaixadas dos principais países exportadores e importadores. Por outro lado, estabeleceu-se fluxo de informações, remetidas pelas representações no exterior, que provou ser útil, especialmente para o trabalho da PETROBRÁS e da Companhia Vale do Rio Doce.

Pesca

O Governo brasileiro concluiu, em 1972, três Acordos sobre Pesca de Camarão no mar territorial das 200 milhas. Tais Acordos, celebrados com os Estados Unidos, Trinidad-e-Tobago e Países-Baixos (em favor do Surinã), visaram a disciplinar o exercício da atividade de pesca de camarão por barcos estrangeiros numa área limitada da zona setentrional das águas brasileiras.

Os instrumentos atualmente em vigor seguem o mesmo espírito pelo qual se nortearam os Acordos com Trinidad-e-Tobago e Países-Baixos em 1971. No entanto, referem-se eles apenas ao corrente ano e ao vindouro, tendo em vista que, em face dos planos de expansão da frota pesqueira nacional, espera-se atingir, em 1974, um nível de capacidade de exploração suficiente para aumentar de maneira substancial a participação de nacionais na pesca em águas que o Brasil colocou sob sua soberania.

Trigo

O mercado tritícola mundial em 1972 sofreu uma das mais sérias convulsões dos últimos anos, devido a graves quebras de safra na União Soviética. Para o Brasil, tais problemas se agravaram ainda mais, já que a safra brasileira sofreu perda de 70% sobre o nível esperado.

Na solução destes problemas, o Itamaraty teve participação ativa através da representação do Ministério na Junta Deliberativa da SUNAB. Assim, durante 1972, cumpriu-se integralmente o acordo do trigo com a Argentina, comprando o Brasil 1.000.000 de toneladas.

Negociou-se também novo acordo (1973-1976) para a venda de trigo canadense ao Brasil, em termos concessionais, ao mesmo tempo em que se negociava um protocolo para transações comerciais entre os dois países. Elaborou-se também em 1972 programação especial de compras para 1973 diante dos problemas mundiais de fornecimento citados anteriormente, visando a assegurar fornecimento de trigo ao mercado brasileiro.

Açúcar

Quanto ao açúcar, continuaram, em 1972, os estreitos e proveitosos contatos do Itamaraty com o Instituto do Açúcar e do

Alcool. No seio da Organização Internacional do Açúcar a suspensão das quotas de exportação do produto, defendida, em princípios de 1972, pela Delegação do Brasil, possibilitou ao IAA dobrar suas exportações de açúcar e receber divisas superiores a US\$ 400.000.000,00.

Em 1972, o Brasil exportou, pela primeira vez, açúcar para a União Soviética e a China Continental, prevendo-se que, em 1973, esses países continuarão a importar o produto do Brasil, em quantidades consideráveis.

Carne

O Ministério das Relações Exteriores acompanhou as principais questões do comércio internacional do produto, acesso a mercados e restrições sanitárias, tendo-se articulado com o Ministério da Agricultura, Campanha da Febre Aftosa e outros setores, dentro e fora da Secretaria de Estado, na formulação de posições. Por outro lado, o Itamaraty fez circular pelas Secretarias de Agricultura dos Estados, pelos órgãos do Governo Federal interessados e pelos órgãos de classe, grande massa de informações de ordem econômica, política e comercial relativas ao comércio internacional da carne.

POLÍTICA FINANCEIRA

Política Financeira Bilateral

No ano de 1972, juntamente com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, o Itamaraty continuou empreendendo gestões junto às autoridades competentes alemãs no tocante à execução do programa de cooperação financeira a projetos brasileiros. Nestas condições participou de conversações levadas a efeito em Bonn, em junho e julho, que serviram para passar em revista os critérios seguidos pelas autoridades alemãs na concessão de créditos e para esclarecê-las quanto à realidade econômico-social brasileira.

Estudou-se ainda a possibilidade de convidar-se a Comissão Interministerial alemã para uma visita às regiões brasileiras mais carentes de recursos assistenciais. Esta idéia permaneceu em suspenso, entretanto, ante o desenrolar dos acontecimentos políticos internos na Alemanha, que culminaram com a realização de eleições gerais, em novembro.

Vale assinalar também, no quadro da assistência financeira alemã, a visita que fizeram ao Brasil, em fevereiro, uma Missão do "Kreditanstalt Für Wiederaufbau" e, em maio, o próprio Presidente do "Kreditanstalt", Senhor Otto Riek.

Comissão de Empréstimos Externos

O Itamaraty acompanhou ativamente os trabalhos da Comissão de Empréstimos Externos (CEMPEX), cujo objetivo é o de assegurar a observância de uma política de endividamento externo harmônica e fixar diretrizes para a negociação de créditos e outras operações da espécie com agências governamentais estrangeiras e organismos internacionais de crédito.

Como resultado dessa participação, o Itamaraty informou regularmente as Missões diplomáticas brasileiras sobre o andamento na CEMPEX, de créditos concedidos ao Brasil por organismos dos países onde estão acreditadas.

Contencioso Anglo-Brasileiro

Por iniciativa do Itamaraty, efetuou-se um encontro entre representantes dos governos brasileiro e inglês e das companhias britânicas interessadas, no qual se propôs uma solução negociada administrativamente para a questão que se arrasta há vários anos. Uma Comissão Interministerial deverá ser nomeada com o encargo de recompor todas as questões surgidas com a expropriação das empresas, e de negociar, com o Governo britânico, o montante global da indenização a ser paga pelo Governo brasileiro.

Política Financeira Multilateral

O Itamaraty colaborou com as autoridades fazendárias, coordenando as medidas que levaram à realização, no Palácio Itamaraty, da VI Reunião da Comissão Especial da Assembléia de Governadores e enviando representante à Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento realizada em Quito, no mês de maio.

O Itamaraty cooperou ainda com as autoridades fazendárias e do Banco Central como veículo de informação ao longo de todo o desenvolvimento da crise monetária internacional, tendo participado, como representante, de duas reuniões do Grupo Intergovernamental dos 24 para Assuntos Monetários Internacionais, celebradas em Caracas e Washington, respectivamente em maio e setembro, bem como da reunião dos Suplentes do Grupo dos 20, realizada em Washington, em novembro, com vistas a iniciar o estudo e o encaminhamento da reforma do sistema monetário.

Política Fiscal

O Itamaraty colaborou, intensamente, tal como nos anos anteriores, com a Comissão de Estudos Tributários Internacionais, do Ministério da Fazenda, tendo participado de negociações com a República Federal da Alemanha, a Áustria e o Luxemburgo.

O Acordo com a Áustria já se encontra rubricado, enquanto que o Acordo com a Bélgica, firmado em junho e aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro, aguarda a troca dos respectivos Instrumentos de Ratificação

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Transportes Terrestres e Fluviais

A Subcomissão de Transportes é o órgão da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação (CEBAC) que trata dos assuntos de transportes terrestres e fluviais entre o Brasil e a Argentina.

No decorrer de 1972, houve duas sessões da Subcomissão de Transportes, a saber, de 6 a 10 de junho, em Uruguaiana, e de 30 de outubro a 1.º de novembro, em Brasília. Cumpre destacar os seguintes tópicos desenvolvidos nos referidos encontros:

Linhas Internacionais de Ônibus

Tendo em vista o crescente fluxo de intercâmbio turístico, sobretudo por via terrestre, entre o Brasil e a região do Prata, e levando em consideração a sensível melhoria das conexões internacionais pelo asfaltamento das principais artérias, foi aprovado o estabelecimento de três serviços regulares de auto-transporte de passageiros entre o Brasil e pontos na Argentina. As linhas autorizadas a operar funcionarão nos seguintes percursos:

Rio de Janeiro/Buenos Aires (via São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Uruguaiana, Paso de los Libres, Paraná, Santa Fé, Rosário, Buenos Aires e vice-versa);

São Paulo/Córdoba (via Curitiba, Foz de Iguaçu, Posadas, Corrientes, Santa Fé, Córdoba e vice-versa);

Porto Alegre/Posadas (via Oberá, Porto Mauá, Santo Ângelo, Posadas e vice-versa).

Estes serviços serão operados por empresas dos dois países, em base de reciprocidade.

Por outro lado, está em vias de estudos a criação de outra linha de ônibus ligando o Rio de Janeiro à cidade argentina de Mendoza, com a possível extensão para Santiago do Chile. A autorização para o funcionamento desta linha deverá ser acertada por ocasião da próxima reunião da Subcomissão de Transportes, marcada inicialmente para abril, de 1973.

Autotransporte Internacional de Cargas

Em virtude das divergências existentes nas legislações brasileira e argentina no tocante aos limites de pesos e dimensões para a circulação de veículos de carga, foram negociadas novas autorizações provisórias, permitindo a circulação de caminhões brasileiros em território argentino e de caminhões argentinos em território brasileiro, até que se concluam os estudos técnicos, ora sendo efetuados pelos órgãos competentes nos dois países: o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e a Direção Nacional de Transportes Terrestres.

Comitê Permanente em Uruguaiana-Paso de Los Libres

Foi criado um Comitê Permanente, integrado por autoridades locais, para funcionar no principal ponto fronteiro — Uruguaiana/Paso de Los Libres, com a função precípua de dirigir *in loco* os problemas operacionais decorrentes do trânsito bilateral. Este Comitê iniciou seus trabalhos em outubro de 1972.

Grupo de Trabalho sobre Transporte Fluvial

Com o intuito de negociarem “Anexos” ao Convênio sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiro de Passageiros, Veículos e Cargas entre o Brasil e a Argentina, e em virtude da carência de dados disponíveis sobre o transporte fluvial internacional no Rio Uruguai, foi instituído um Grupo de Trabalho argentino-brasileiro sobre transporte fluvial transversal fronteiro naquele curso d’água, encarregado de realizar uma série de levantamentos estatísticos do movimento de travessia de pessoas, veículos e cargas, bem como levantamentos das facilidades portuárias, aduaneiras, policiais e sanitárias nas diversas localidades fronteiriças. Após um extenso trabalho, tendo percorrido todos os pontos de travessia no Rio Uruguai no sentido sul-norte, o citado Grupo apresentou seu relatório em dezembro de 1972, e as conclusões serão analisadas na próxima reunião da Subcomissão de Transportes.

Transportes Aéreos

Conversações Aeronáuticas Brasil-África do Sul

Durante as conversações efetuadas no dia 18 de janeiro, em Pretória, ficou acertado que, a partir de 1.º de abril de 1972, as duas empresas aéreas VARIG S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) e South African Airways (SAA) passariam a operar duas freqüências semanais cada uma em ambas as direções, nas rotas já aprovadas.

Sessão do Subcomitê Jurídico Especial da Organização de Aviação Civil Internacional

Reuniu-se em Washington, de 4 a 15 de setembro de 1972, a fim de examinar a adoção de medidas para a repressão ao seqüestro de aeronaves.

Ao final dos debates, o Relatório consignou que o Subcomitê não chegou a avaliar o grau de concordância existente quanto às medidas que possam ser adotadas com relação à repressão de atos ilícitos contra a segurança da aviação civil e o seqüestro de aeronaves, em vista das diferenças de opiniões observadas, cabendo à 20.ª Sessão do Comitê Jurídico (Especial) fazê-lo em sua reunião programada para janeiro de 1973, em Montreal.

Consulta com a Espanha

Realizou-se no Rio de Janeiro, de 17 a 19 de maio, consulta aérea com a Espanha. Como resultado, autorizou-se a operação, pela IBERIA, de novo equipamento com a configuração de 208 assentos e duas freqüências semanais com direitos comerciais e um pouso técnico.

Consulta com Portugal

Durante as conversações, realizadas em Lisboa de 9 a 13 de outubro, foram examinados os problemas relacionados com as transferências para o Brasil das receitas do transportador brasileiro nas Províncias Ultramarinas portuguesas, o desvio do tráfego por Casablanca, a questão da utilização dos aviões de grande capacidade e a cooperação entre os dois países no âmbito das organizações internacionais que tratam de transporte aéreo.

Consulta com a Espanha

As conversações realizadas em Madrid, de 4 a 6 de outubro, versaram sobre a capacidade da empresa espanhola, no tráfego para a América do Sul (inclusive tráfego de 5.^a liberdade); a reserva de tráfego hispano-brasileiro e o desvio de tráfego em Casablanca.

Consulta com o Peru

Efetuiu-se em Lima, entre 27 de novembro e 1.^o de dezembro, a consulta aérea entre o Brasil e o Peru. O resultado mais expressivo consistiu na concessão de uma quarta freqüência para o transportador brasileiro de longo curso no serviço Rio de Janeiro/Lima. Além disso, foi examinada a possibilidade de autorizar-se o transportador regional brasileiro a operar um novo serviço Brasília/Lima e aumentar uma freqüência entre Manaus e Iquitos.

Por outro lado, as questões relacionadas com a cobrança de taxas aeroportuárias e impostos sobre combustíveis foram finalmente solucionadas mediante ajuste mutuamente aceitável para ambas as Delegações.

Transportes Marítimos

No que se refere ao transporte marítimo, o Ministério das Relações Exteriores participou ativamente dos trabalhos da III UNCTAD, nos quais foram extensamente debatidos assuntos relacionados com o Código de Conduta das Conferências Marítimas de Fretes, transporte internacional combinado de mercadorias, desenvolvimento dos portos e das marinhas mercantes, tarifas de fretes e cooperação em matéria de transportes marítimos, sendo que predominaram os dois primeiros temas.

Em matéria de transporte combinado ou intermodal, o Ministério continuou sua atuação no sentido de assegurar a realização de maiores estudos sobre as implicações econômicas, em particular para os países em desenvolvimento, de uma convenção internacional na matéria. Assim, aliado aos demais países em desenvolvimento, o Itamaraty desenvolveu extensa ação diplomática, seja na III UNCTAD (abril/maio), no ECOSOC (maio), no Comitê de Transportes Marítimos da UNCTAD (julho) e na Conferência ONU/INCO sobre Tráfego Internacional de Containers (novembro/dezembro). Nesta última Conferência foram coroados os esforços brasileiros, pois a Conferência recomendou ao ECOSOC a elaboração, pela UNCTAD, de novos, mais extensos e detalhados estudos sobre citadas implicações econômicas, estudos estes a serem concluídos até fim de 1974.

No que tange ao Código de Conduta das Conferências de Fretes, a III UNCTAD aprovou resolução dos países em desenvolvimento, solicitando à XXVII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas estabelecer um Comitê Preparatório e uma Conferência Plenipotenciária para, respectivamente, elaborar e aprovar uma Convenção Internacional sobre o Código de Conduta das Conferências de Fretes. Aquela Assembléia Geral endossou essa resolução e solicitou ao Secretário-Geral da UNCTAD a convocação do Grupo e da Conferência, devendo aquele reunir-se em janeiro e junho de 1973 e essa em novembro/dezembro do mesmo ano.

O Itamaraty participou da Conferência ONU/IMCO sobre Tráfego Internacional de Containers, que se realizou em Genebra de 23 de novembro a 2 de dezembro e contou com a participação de 85 países. Além de questões sobre o transporte intermodal foram examinados inúmeros outros aspectos relacionados com o transporte unitizado, em particular a questão de padronização de containers, e concluídas duas Convenções internacionais, a saber: "Convenção Internacional sobre Containers Seguros" e "Convenção Aduaneira sobre Containers de 1972".

Telecomunicações

O Governo brasileiro, no mês de dezembro, ratificou os Acordos relativos à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite-INTELSAT e o Acordo Operacional da INTELSAT. A ratificação veio a substituir os Acordos provisórios até então vigentes. O Brasil, na qualidade de 9.º maior usuário do sistema, passou a ser membro-efetivo da Junta Permanente de Governadores da INTELSAT.

O Brasil participou da 1.ª reunião da CITELE (Comissão Diretora Permanente das Conferências Interamericanas de Telecomunicações), realizada em Caracas, no período de 1.º a 6 de fevereiro de 1972. Neste conclave foram examinadas principalmente as seguintes matérias:

- a) padrões de frequência na América Latina; e
- b) radiodifusão de canais de televisão.

A próxima sessão da CITELE, em 1973, deverá realizar-se no Brasil, em data e local a serem determinados oportunamente. No período de 26 de maio a 16 de junho foi realizada em Genebra a 27.ª Sessão do Conselho de Administração da União Internacional de Telecomunicações (UIT). O Brasil participou do mencionado conclave na qualidade de membro do Conselho da Organização. Foram apreciados, entre outros, os seguintes tópicos:

- a) expulsão da República da China da Organização;
- b) modificação dos Estatutos da UIT, por sugestão brasileira;
- c) eleição para os diversos cargos técnicos da Organização, tendo sido um técnico brasileiro escolhido para ocupar a Vice-Presidência da Comissão do Plano Mundial da UIT.

Foram ainda debatidas questões orçamentárias e de pessoal, e problemas relativos a prestações de cooperação técnica aos países em desenvolvimento. O Secretário-Geral da UIT pretende obter apoio do Governo brasileiro para que seja instalada no Brasil a sede de um Escritório Regional de Cooperação Técnica para a América Latina. Foram ainda iniciados os trabalhos de organização da próxima Conferência de Plenipotenciários, em setembro/outubro de 1973, na Espanha. Cumpre salientar que, por ocasião da aludida Conferência, serão eleitos os membros dos vários órgãos da UIT, tendo o Brasil iniciado gestões para a obtenção de apoio à sua candidatura à realização para o Conselho de Administração da UIT.

De 13 de novembro a 15 de dezembro, o Comitê Consultivo Internacional de Telegrafia e Telefonia (CCITT) da União Internacional de Telecomunicações reuniu-se em Genebra. O Brasil foi eleito para o Comitê do CCITT.

No decorrer de 1972, foram firmados acordos bilaterais sobre Radioamadorismo com o Canadá (1.º de fevereiro), Portugal (17 de março) e República Federal da Alemanha (11 de abril). Acordos desse tipo têm sido firmados, objetivando facilitar a operação de estações de radioamadorismo por nacionais de uma das Partes Contratantes no território de outra Parte.

PROMOÇÃO COMERCIAL



PROMOÇÃO COMERCIAL

No cumprimento das atribuições e responsabilidades de que está incumbido, especialmente pela Lei 4669/65 e pelo Decreto 62.204/68, o Itamaraty estabeleceu uma sistemática de programação anual das atividades de promoção comercial, tendo como objetivo básico "contribuir, na área de competência do Ministério das Relações Exteriores, para que sejam atingidas as metas fixadas pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 1972/74, no campo do comércio exterior". Essa sistemática traduz-se pela elaboração de um Programa de Promoção Comercial no Exterior.

Em termos específicos, o Programa de Promoção Comercial no Exterior para 1972 teve como meta procurar contribuir para "a expansão da receita total de exportação a taxas superiores a 10% ao ano, com aumento das de manufaturados a taxas anuais acima de 20%". Foram baixadas diretrizes para efetivar a coordenação de esforços de todos os órgãos do Ministério das Relações Exteriores, no Brasil e no exterior, e a mobilização dos recursos disponíveis para apoiar a ação governamental e empresarial para a venda de bens e serviços nos mercados externos, de forma a auxiliar direta ou indiretamente a consecução daquele incremento de exportações.

Com base em pesquisas realizadas pela Organização das Nações Unidas e na observação direta das características da organização e da operação dos serviços de promoção comercial dos principais países do mundo, foram identificadas e definidas as seguintes áreas básicas de ação para o Ministério das Relações Exteriores, no campo da promoção comercial externa:

a) **Promoções diretas**, compreendendo: o patrocínio da participação de exportadores brasileiros em feiras e exposições no exterior; a organização de visitas de grandes importadores estrangeiros ao Brasil e o patrocínio ou apoio de Missões comerciais ao exterior; e o auxílio direto dos postos diplomáticos e consulares no exterior a exportadores brasileiros;

b) desenvolvimento sistemático de atividades de **informação comercial**.

Reorganização e Modernização dos Serviços de Promoção Comercial

Com vistas a responder às novas exigências decorrentes do aumento de volume e da diversificação das atividades necessárias para atender à forçosa ampliação do número de produtos a serem promovidos e de mercados a serem explorados, iniciou-se em 1972, com aprovação do Senhor Presidente da República e apoio do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, a execução de um amplo esquema de reorganização e modernização dos serviços de promoção comercial do Itamaraty. Esse plano representou a continuação do desenvolvimento, nesse setor de atividades, de alguns dos "projetos prioritários" contidos no "Programa de Metas e Bases para Ação de Governo", e iniciados em 1971.

Em grandes linhas, o programa de reorganização e modernização compreende dois campos genéricos de incidência: (a) definição e implantação das **bases de organização de um sistema de promoção comercial**, e (b) definição e implantação dos mé-

todos de operação do sistema. Dentro desse programa, no que diz respeito a organização, foi elaborado e aprovado o “Manual da Promoção Comercial”, coletânea de normas de organização e operação, que proporcionará o instrumento funcional para a execução sistemática das atividades de promoção comercial do Itamaraty. Organizou-se e implantou-se a Divisão de Informação Comercial, que opera o “Sistema de Informações Comerciais” e um “Centro de Documentação”, os quais se destinam a prestar, com o concurso dos postos diplomáticos e consulares no exterior, e com o máximo de exatidão e rapidez, serviços de informação comercial aos órgãos governamentais e exportadores brasileiros.

No que se refere a “operações”, foram estabelecidos, em grande parte, os padrões de funcionamento sistematizado dos serviços de informação comercial mencionados. Foi igualmente elaborado e implantado o “Manual de Feiras e Exposições”, pelo qual se estabeleceram as normas para o desenvolvimento dos programas de feiras e exposições no exterior, visando a racionalizar a aplicação dos recursos governamentais investidos nesse setor e a definir condições de participação dos beneficiários dos programas, de forma a conseguir o máximo rendimento possível.

Pesquisas e estudos aprofundados executados em 1972 proporcionaram elementos objetivos para a formulação dos planos que permitirão o prosseguimento, em 1973, das tarefas de modernização dos serviços de promoção comercial, que prevêm a implantação, nos postos no exterior, de padrões de organização e operações ainda mais eficientes.

Dentro desse esquema global de reorganização, foram igualmente tomadas providências para treinar o pessoal responsável pela operação do sistema. Assim, entre 21 de fevereiro e 29 de março de 1972, foi realizado o I Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial, organizado pelo Itamaraty em colaboração com o Centro de Comércio Internacional UNCTAD/GATT, de Genebra. Desse Curso participaram 16 diplomatas lotados no exterior, assim distribuí-

dos: 7 da Europa Ocidental, 5 da América Latina, 4 da América do Norte, e 5 em função no Brasil. O Curso teve por principais finalidades familiarizar os diplomatas com as novas estruturas de promoção montadas pelo Itamaraty em Brasília, dar-lhes um panorama atualizado da economia brasileira, sobretudo no setor externo, aperfeiçoar seu conhecimento teórico e sua experiência das técnicas de promoção, e favorecer, pelo exame conjunto, o encontro de soluções padronizadas para os problemas que os Setores de Promoção Comercial devem normalmente enfrentar, em cada continente, no desempenho de sua tarefa de apoio aos exportadores nacionais.

O programa do Curso incluiu palestras de Ministros de Estado, especialistas do Itamaraty, da CACEX, do Centro de Comércio Internacional UNCTAD/GATT, de diversos órgãos públicos relacionados à promoção de exportações no Brasil, e de empresários e exportadores. Compreendeu igualmente viagem a alguns dos principais centros econômicos do país (Rio, São Paulo, Recife e Salvador) para contatos pessoais dos diplomatas com autoridades da área exportadora e empresários interessados na conquista de mercados externos, com vistas a um maior esclarecimento dos exportadores quanto aos serviços que lhes pode prestar a diplomacia brasileira no exterior, bem como a mais adequada orientação dos Chefes de SECOMS em sua atividade promocional. Os contatos durante a viagem foram preparados pelo Itamaraty em coordenação com a CACEX, autoridades dos Governos estaduais e entidades de classe patronais em cada uma das cidades visitadas.

Na área da assistência técnica, cabe salientar, entre outros eventos, a vinda de missão exploratória da UNIDO ao Nordeste, e os seminários sobre publicidade em promoção de exportações (Genebra, Londres e Gotemburgo), sobre promoção comercial de artigos de couro (Genebra e Nova York), sobre desenho industrial (Helsinque), sobre sistemas nacionais de informação comercial (Genebra) e sobre o Sistema Geral de Preferências (Santiago), todos patrocinados pelo "International Trade Centre

UNCTAD/GATT” (com exceção do último, promovido pela CEPAL) e que contaram com participantes brasileiros indicados pelo Itamaraty. No Brasil o Departamento de Promoção Comercial participou de um seminário sobre promoção de exportações, com o patrocínio conjunto Itamaraty-Associação Comercial de Minas Gerais (Belo Horizonte), e um seminário sobre “trading companies”, em São Paulo, com o patrocínio da FIESP.

As atividades de promoção direta e de informação comercial desempenhadas em 1972, e os resultados obtidos, vão sumariados adiante.

Promoções Diretas

Feiras e Exposições

O Programa para 1972 previa o patrocínio do Governo para a apresentação da indústria brasileira em 19 feiras e exposições no exterior, em 14 países. A participação do Governo consistiu na organização dos certames e no custeio dos pavilhões brasileiros. O prosseguimento das atividades paralelas de racionalização de critérios e de métodos permitiu fossem alcançados resultados cada vez mais positivos, em termos de superação das metas pré-fixadas e de melhoria da rentabilidade desse tipo de investimento governamental.

Em 1972 realizaram-se 38 feiras e exposições, em 21 países, das quais participaram 948 expositores da indústria brasileira de produtos manufaturados. Atingiu-se, portanto, o dobro do número de promoções fixado como meta.

O programa de feiras e exposições deu lugar a exportações brasileiras no valor de Cr\$ 309.822.500,00 ou 47,6 milhões de dólares. Com esses valores, alcançou-se uma elevação da ordem de 200% relativamente às exportações veiculadas através do programa em 1971, que se situaram em torno de Cr\$ 104.000.000,00 ou 16 milhões de dólares. Daí decorre que cada

cruzeiro investido no programa em 1972 deu lugar a Cr\$ 32,00 de exportações de manufaturas brasileiras, o que pode ser considerado um índice altamente eficiente de rentabilidade para um programa dessa natureza, sobretudo se comparado com o índice correspondente a 1971 (1/21).

Organização de Visitas e Importadores Estrangeiros ao Brasil

O Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com outros órgãos governamentais e com entidades de classe, promoveu a vinda ao Brasil de 36 importadores estrangeiros. Dos contatos efetuados com exportadores brasileiros, resultaram transações efetivas da ordem de US\$ 6.000.000,00 — não se computando, nessa cifra, exportações eventualmente realizadas posteriormente, como consequência daqueles primeiros negócios fechados durante as visitas.

O Ministério das Relações Exteriores, através dos postos no exterior, incumbiu-se da seleção e organização das viagens dos 1000 importadores e personalidades estrangeiras convidados pelo Governo brasileiro para visitar a Feira “Brasil — Export/72”.

Missões ao Exterior

Foi organizada uma Missão comercial ao Iraque, com vistas a implementar o acordo comercial assinado em 1971. Participaram representantes de outros órgãos do Governo e do setor privado, identificando-se oportunidades de exportação de produtos manufaturados, entre os quais equipamentos para os setores de exploração de petróleo e siderúrgicos.

Procurou-se avaliar as possibilidades de colocação de produtos e serviços brasileiros nos países africanos visitados, em 1972, pelo Ministro das Relações Exteriores. Em consequência, para-

lealmente às conversações e entendimentos políticos que constituíram o objetivo primordial da visita ministerial, foram feitos contatos no campo comercial, dos quais resultaram aberturas de mercado significativas, em especial nos setores de prestação de serviços de engenharia e urbanismo e de fornecimento de determinados equipamentos.

Com apoio e participação do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, o Consulado-Geral em Los Angeles promoveu seminários e debates, nos meios financeiros e comerciais da Califórnia, visando à projeção da imagem do desenvolvimento brasileiro e à promoção de negócios, com o Brasil, do empresariado daquela região de alto nível de renda dos Estados Unidos. Iniciativa semelhante, com relação à Venezuela, contou também com o apoio e a participação do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, por ocasião da Exposição Brasileira em Caracas.

A Embaixada em Londres co-patrocinou, juntamente com a AEB, a organização de Missão empresarial à Grã-Bretanha. A Missão teve a chefia e apoio do Ministro da Indústria e do Comércio.

Informação Comercial

O Sistema de Informações Comerciais prevê a divulgação no Brasil das informações sobre oportunidades de negócios no exterior (vendas diretas e concorrências públicas internacionais), como um dos instrumentos de apoio à expansão das exportações brasileiras, segundo as taxas previstas no Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social adotado pelo Governo para 1972/1974. As oportunidades de negócio são detectadas pela rede de Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras no exterior, transmitidas à Secretaria de Estado, onde são analisadas e distribuídas aos seus usuários no Brasil: firmas exportadoras, entidades governamentais vinculadas ao comércio exterior, entidades de classe (confederações, federações, associações), bancos, transportadores etc.

Em 1972, foram feitas aos usuários no Brasil cerca de 17.000 comunicações de oportunidades de exportação. Registrou-se portanto um aumento expressivo com relação a 1971, quando foram expedidas 1.250 comunicações.

Ao mesmo tempo, desenvolveu-se e implantou-se o projeto de um novo Sistema de Informação Comercial, pelo qual, através da racionalização e padronização de métodos e instrumentos de trabalho, a Secretaria de Estado estará em condições de aumentar expressivamente a quantidade de informações sobre oportunidades de exportação a serem divulgadas no Brasil (capacidade instalada para a expedição de 3.900 informações por dia), bem como de elevar a qualidade e a precisão das informações.

Pesquisa de Mercados Externos

O Programa prevê, de um lado, o levantamento e a análise das características e dos indicadores econômicos e comerciais de mercados externos, para a verificação das possibilidades e dos meios para aumentar as vendas de bens e serviços do Brasil no exterior. De outro, consiste na apuração das condições da oferta brasileira para fins imediatos de exportação, de maneira a fornecer aos postos no exterior informações que permitam mais intensa atividade para o aproveitamento rápido de oportunidade de exportação.

Em 1972, completaram-se dois amplos projetos de pesquisa de mercados externos, para um total de 27 setores industriais, a saber:

- a) pesquisa do mercado canadense sobre as condições de colocação de grupos de produtos brasileiros de exportação;
- b) pesquisa de mercado venezuelano para 5 grupos de produtos.

Iniciou-se um projeto de pesquisa do mercado norte-americano para 3 grandes grupos de manufaturas brasileiras, com término previsto para o primeiro semestre de 1973. Ao mesmo tempo, realizaram-se pesquisas sobre os indicadores básicos para colocação de 50 produtos de exportação em mercados externos.

Paralelamente, desenvolveu-se um projeto de sistematização das pesquisas de mercado a serem realizadas pelos postos no exterior, de maneira a uniformizar a metodologia de pesquisa e a garantir o fornecimento de textos para o Programa de Publicações tratado a seguir.

Programa de Publicações

O Programa de Publicação consiste, de um lado, no instrumento de divulgação no Brasil das pesquisas sobre as oportunidades e condições oferecidas pelos mercados externos para a colocação de produtos brasileiros, bem como em um dos instrumentos do Governo para motivar a expansão das exportações brasileiras.

O projeto prioritário do Programa é a revista "Comércio Exterior", periódico bimestral, que atingiu seu nono número, com uma tiragem total de 225.000 exemplares, distribuídos no Brasil ao setor privado e a entidades governamentais e de classe.

As pesquisas realizadas pelos postos no exterior, segundo o programa tratado acima são editadas na Coleção Estudos e Documentos de Comércio Exterior, em cada uma de suas séries, a saber: "Como Exportar" (informações gerais sobre o acesso a determinado mercado externo), "Mercados para o Brasil" (perfis de mercados externos para colocação de determinado produto brasileiro) e "Diversos" (temas básicos de comércio exterior). Em 1972, foram editados e distribuídos no País 45.000 exemplares dessas publicações.

Paralelamente, implantou-se um projeto de racionalização de métodos de trabalho, que permitirá, em 1973, seja significati-

vamente elevado o número de publicações da Coleção citada e suas respectivas tiragens.

O programa de publicações, de outro lado, destina-se à distribuição de textos básicos sobre o Brasil no exterior, através dos postos. Em 1972, concentrou-se na distribuição de folhetos com informações gerais e turísticas sobre o país, em quatro edições (francês, inglês, alemão e espanhol), bem como de um álbum sobre o Brasil, de alta qualidade, em inglês.

ASSUNTOS CULTURAIS

ASSUNTOS CULTURAIS

DIFUSÃO CULTURAL. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

As promoções especiais do Sesquicentenário da Independência e dos 50 anos da Semana de 22, o Convênio de Cooperação com o Governo de São Paulo, o programa cultural desenvolvido na África, paralelamente à visita do Titular da Pasta, e a realização coincidente de grandes manifestações artísticas internacionais como a Bienal de Veneza, a Bienal de Gravura de Florença, a Trienal de Arte Insítica de Bratislava e a Trienal de Xilogravura de Capri exigiram em 1972 um especial esforço por parte do Ministério das Relações Exteriores, que prosseguiu, ao mesmo tempo, com a execução do programa de dotar as Embaixadas e Consulados de material informativo básico sobre o Brasil, setor onde se fizeram sentir de maneira mais negativa as limitações orçamentárias.

Sesquicentenário da Independência

Quase todas as Embaixadas e Repartições consulares tomaram a iniciativa de realizar programas de comemoração do Sesquicentenário que incluíram projeções de filmes em televisão, programas de rádio especiais, publicação de artigos, organização de conferências e cursos, concertos, exposições e outras promoções.

Em Buenos Aires e Washington, essas promoções alcançaram maior envergadura e impacto. Graças à Secretaria de Cultura de São Paulo, que arcou com quase todo o elevado custo do empreendimento (100 mil dólares, aproximadamente), apresentou-se pela primeira vez fora do Brasil uma seleção do acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo, com obras de estatuária (inclusive de Aleijadinho e Frei Agostinho da Piedade), ourivesaria, pintura e mobiliário sacro. As exposições foram montadas, em Buenos Aires, no Museu de Arte Hispano-Americana, no período de julho-agosto e em Washington, na Renwick Gallery, recém-inaugurado museu da Smithsonian Foundation, de 21 de dezembro a 23 de fevereiro de 1973. Para a ocasião, foram impressos uma série especial de 3 cartazes e catálogos em espanhol e inglês, promovendo-se paralelamente concertos, exibição de documentários e conferências sobre a arte sacra brasileira. Em Washington será realizado, em 16 de fevereiro de 1973, um concerto inteiramente dedicado à música barroca mineira, pela Orquestra da "National Gallery" e o Coral da "Catholic University of America". Foi extraordinária a repercussão das duas exposições, que mereceram páginas inteiras dos principais suplementos e revistas argentinos e norte-americanos.

Cinqüentenário da Semana de Arte Moderna

Com o apoio financeiro da Secretaria de Cultura de São Paulo e a colaboração, no planejamento e execução, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, foram executadas 4 cópias de uma exposição documental sobre o modernismo no Brasil. As versões da mostra foram e estão sendo expostas nos Litorados do Brasil na França, Itália e Alemanha, em Lisboa e Madrid, nos países sul-americanos, no Japão e em universidades dos Estados Unidos. Paralelamente foram realizados ciclos de conferências sobre o modernismo, concertos, concursos de monografias entre estudantes estrangeiros.

Convênio de Cooperação com o Estado de São Paulo

Em janeiro de 1972, o Ministro de Estado assinou com o Governador do Estado de São Paulo um convênio de cooperação em matéria cultural e turística, que tornou possíveis, já no primeiro ano de vigência, iniciativas de custo avaliado em 800.000 cruzeiros, tais como as exposições do Museu de Arte Sacra, as mostras sobre o modernismo, o material cultural (livros e cartazes) distribuídos no exterior etc.

Programa Cultural na África

Durante a visita do Titular da Pasta a alguns países da África, o Itamaraty organizou paralelamente programa de promoção cultural, assim resumido:

- a) "O Negro na Cultura Brasileira", filme de Paulo Gil Soares;
- b) Série de 6 programas de rádio sobre temas afro-brasileiros realizada por Michel Simon dentro da série "Aquarelles du Brésil" e retransmitida em toda a África, graças à cooperação da O.R.T.F.;
- c) Exibição nas emissoras de televisão de Dacar, Abidjan, Acra, Lagos e Kinshasa de cinco documentários da série "Retrato de um País" e do filme "Bola de Meia";
- d) Apresentação, durante a visita oficial, do Ministro de Estado, do espetáculo audiovisual sobre o Brasil, preparado pela VARIG;
- e) Coordenação da visita ao Brasil, em agosto, do Ministro da Informação e Trabalho da Nigéria, Anthony Enahoro e sua comitiva, a fim de negociar o acordo cultural e organizar a participação brasileira e sul-americana no II Festival Mundial das Artes Negras (Lagos, novembro de

1974); resultou da visita a nomeação de um brasileiro, o Dr. Georges Alakija, como Vice-Presidente do Comitê Internacional Organizador e a escolha do Brasil como coordenador da área sul-americana e organizador do setor de "Arquitetura da manifestação". A visita criou ainda condições políticas extremamente favoráveis à Missão do Ministro de Estado à Nigéria.

Bienal de Veneza

A tarefa de assegurar ao Brasil uma participação destacada na Bienal de Veneza foi extremamente onerosa em 1972. Isso se deveu não apenas ao custo normalmente elevado da organização do pavilhão brasileiro no certame, que ainda hoje representa o mais importante confronto das tendências artísticas internacionais, mas também à necessidade de executar obras inadiáveis de restauração do edifício do pavilhão do Brasil.

O catálogo, impresso no Brasil, recebeu elogios de toda a crítica especializada, assim como o critério de seleção unanimemente aprovado. Foram escolhidos para representar o Brasil, Franz Weissmann, artista consagrado, que ainda não integrara nossas representações à Bienal de Veneza e os dois principais premiados da anterior Bienal de São Paulo, Paulo Roberto Leal e Humberto Spíndola. Embora a premiação tenha sido abolida em Veneza, a crítica considerou que o pavilhão brasileiro ocupava posição de destaque na mostra pela feliz integração de qualidade e inovação. Paulo Roberto Leal, único dos artistas que ofereceu obras à venda, vendeu tudo o que expôs e teve de fazer remessa de obras adicionais, a fim de atender à demanda.

Bienal de Gravura de Florença

O Itamaraty designou o Secretário Gastão Bandeira de Mello como Comissário do Brasil, que se apresentou, na parte com-

petitiva, com Emanuel Araujo, Gilvan Samico, Fayga Ostrower e Eduardo Cruz, tendo ainda sido diretamente convidados pela Direção da Bienal Ruth Bess Courvoisier, Arthur Luíz Piza e Iazid Thame. A Direção do certame aprovou a proposta do Itamaraty para a organização de uma Sala Especial, em homenagem a Marcello Grassmann, na parte histórica da exposição, dedicada à gravura do após-guerra.

O Júri Internacional da Bienal conferiu Medalhas de Ouro a dois expositores brasileiros: Emanuel Araujo pela sua "Forma Alada" e Marcello Grassmann pelo conjunto da obra.

Trienal de Arte Insítica de Bratislava

Trata-se da mais importante manifestação mundial de arte primitiva, com a realização simultânea de festival de filmes especializados e simpósio sobre a arte insítica.

O Itamaraty empenhou-se em reunir uma representação que, pela envergadura e nível, estivesse à altura da riqueza cultural das manifestações populares no Brasil. Foi designada Comissária brasileira a Senhora Ceres Franco, com cujo auxílio selecionou-se uma representação composta de 150 *ex votos*, esculturas de G.T.O. e cerca de 70 quadros de 11 pintores (Nelson Pereira dos Santos, Ivo Magalhães Lisboa, Waldomiro de Deus, Francisco Domingos da Silva, Maria Antonia do Santíssimo, Euclides Francisco Amancio, Amadeu Lorenzato, Gerson Alves de Souza, Eli Heil, Paulo Pedro Leal). O Brasil participou igualmente do festival de documentários com o filme "Arte Popular do Nordeste", ganhador de Menção Especial.

Apesar dos percalços de transporte que atrasaram a chegada de parte das obras, a representação do Brasil mereceu, ao lado da França e Polônia, o Prêmio de Melhor Seleção Nacional outorgado pelo Júri.

Trienal de Xilogravura de Capri

A organização da mostra oficial brasileira esteve a cargo do Itamaraty que indicou os artistas Macey Babinsky, Hansen Bahia, Zoraiva Bettioli, Vera Barcellos Chaves, Odetto Guersoni, Paulo Menten e Anestor Tavares. Além desses nomes foram diretamente convidados pela Trienal os gravadores Dorothy Bastos, Newton Cavalcanti, Rubem Grilo, Izar do Amaral Berlinck, Conceição Piló e Perez Solá. Com 13 nomes, a representação do Brasil foi, ao lado da Itália, a mais numerosa do certame e expressiva do desenvolvimento alcançado por essa técnica de gravura no Brasil. Foram vendidas inúmeras gravuras expostas pelos artistas brasileiros.

Exposição de Burle Marx na Gulbenkian

Deveria ter sido inaugurada em dezembro, mas devido a atraso na programação do museu, ficou para 15 de janeiro de 1973, a abertura da grande exposição dedicada a Roberto Burle Marx, no salão de exposições da Fundação Gulbenkian de Lisboa. A mostra, que será a mais completa apresentação da obra de Burle Marx, foi transferida para Lisboa após o cancelamento da que estava programada para a Galeria do "Institute of Contemporary Art", de Londres e que falhou por quebra de compromisso do "Institute of Landscape Architects".

Organizada pelo Itamaraty, com catálogo de Clarival Valladares, a exposição consta de projetos paisagísticos, fotografias em cor e preto-e-branco, quadros, desenhos, arranjos de plantas vivas, a tapeçaria gigantesca do Paço Municipal de Santo André, esculturas em "papier maché", projeções de "slides" e de filme.

Cinema

Em cooperação com o Instituto Nacional do Cinema e com a EMBRAFILME, o Itamaraty organizou diversos festivais do ci-

nema brasileiro no exterior, destacando-se os realizados em Ottawa, Camberra, Nápoles, Marrocos, Portugal e, em especial, o Festival patrocinado em Washington pelo "American Film Institute", que contou com cerca de 4.000 espectadores e obteve cobertura extremamente interessada e favorável de parte da imprensa especializada americana. Em razão do êxito da iniciativa, o "American Film Institute" programou para o próximo ano semanas do cinema brasileiro em Los Angeles, Chicago, San Francisco, Minneapolis, Kansas City, Boston, Atlanta e Dallas.

Além dos festivais, foram realizadas projeções de filmes isolados em Roma, Madrid, Lisboa, Barcelona, Nova York, Londres e outros centros mundiais de cinema.

Música

O Ministério das Relações Exteriores iniciou em 1972 um esforço sistemático para a edição no exterior de partituras de compositores brasileiros contemporâneos e lançamento de discos de música brasileira. Graças aos entendimentos mantidos na Europa pelo Professor Paulo Afonso de Moura Ferreira, credenciado pelo Itamaraty como intermediário entre os compositores brasileiros e as editoras européias, foi possível concretizar já em 1972 dois primeiros projetos de edição de dois álbuns, pela Editora Gerig, de Colônia, e o lançamento de um disco de música contemporânea brasileira pela gravadora Wergo, de Mainz.

A exploração metódica das oportunidades que existem para tornar conhecida no exterior a produção de criadores de nível internacional como Marlos Nobre, Lindembergue Cardoso e José Antonio de Almeida Prado permite projetar internacionalmente um dos setores mais criativos da cultura brasileira atual e produz dividendos mais seguros e permanentes do que a política unilateral de concentrar recursos no apoio a intérpretes. Nem por isso se abandonou totalmente a promoção e estímulo aos intérpretes de maior talento, muitos dos quais contaram com o

auxílio do Itamaraty para viajar ao exterior, participar de certames internacionais e promover recitais. As apresentações de Nelson Freire no Festival de Helsinque, em Buenos Aires e Montevideu, de Antonio Guedes Barboza, nos Estados Unidos, de Cristina Ortiz, no Concurso de Leeds, na Inglaterra, de Arnaldo Cohen e Oriano de Almeida, na Europa, de Caio Pagano, em concerto patrocinado pela OEA em Washington (Festival das Américas), foram algumas das iniciativas de apoio a intérpretes. Particularmente importante, pôde possibilitar a execução da música sinfônica brasileira por uma grande orquestra e ao mesmo tempo promover um regente brasileiro, foi a participação do Itamaraty na organização do Concerto de Música Brasileira, realizado com a Orquestra Sinfônica de Berlim, sob a regência de Carlos Eduardo Prates, em março de 1972, com a presença de Camargo Guarnieri, enviado pelo Itamaraty para assistir à "première" mundial do seu Concerto n.º 2 para Violino e Orquestra.

Merece também destaque a participação de Marlos Nobre na execução e regência do seu Concerto Breve para Piano, em Lisboa, sua gravação à frente da Orquestra da "Radio Suisse Romande", em Genebra, de "Mosaico", e sua intervenção na Tribuna dos Compositores, da UNESCO, atividades custeadas pelo Ministério das Relações Exteriores.

Outras Iniciativas

Entre as manifestações culturais promovidas pelas Embaixadas e Consulados enumeram-se:

A exposição "Brasília e o Palácio Itamaraty", em Montevideu, Buenos Aires, Rosário, Assunção, La Paz e Lima;

A mostra "Gravadores e Desenhistas do Brasil" em Buenos Aires (Galeria Rubbers) e Córdoba, programada em seguida para Assunção, La Paz e Lima;

A Semana do Brasil em Quito com a realização das exposições “Arquitetura no País do Sol” e “O Livro Brasileiro”, conferências, concertos, exposições de filmes;

A visita a Quito de Burle Marx, convidado pela Municipalidade daquela Capital a planejar o Parque da Independência;

A participação brasileira no “Salão da Independência” do Equador, com Tomie Chtake, Luis Aquila Rocha Miranda, Tomás Ianelli e C. Lemos;

As exposições e cursos de serigrafia de Iazid Thame em Bogotá, Cali, Medellín e Barranquilla;

Apresentação no Luna Park de Buenos Aires da Escola de Samba Império Serrano;

Exposição na Galeria Debret, Paris, de livros, gravuras e documentos relativos à Independência;

Exposição em Londres, Lisboa e Washington do álbum e originais de Charles Lendseer;

Exposição em Londres de Gilda Azevedo, Anatol Wladislaw, Isabel Pons, e fotografias sobre a Amazônia de Michel Freeman;

Edição de dois números, um dos quais dedicados ao Sesquicentenário, da “Revista de Cultura Brasileira”, publicada pela Embaixada em Madrid;

Exposição “O Barroco do Sertão Brasileiro”, em Lisboa;

Participação no Festival de Artes Criativas do Caribe-Carifesta com uma exposição de artes plásticas, livros e o conjunto folclórico “Vivabahia” etc.

Material Informativo e de Divulgação

Sem dispor de amplos recursos o Ministério das Relações Exteriores, embora com dificuldade, conseguiu executar um pro-

grama cultural seletivo; já não se pode dizer o mesmo de outra tarefa no campo cultural que é a elaboração e distribuição de material informativo e de divulgação sobre o Brasil. Esse trabalho, que em outros países necessita de todo um Ministério (o de Informação), ou superorganismos, é no Brasil prerrogativa do Itamaraty. A solução, diante da insuficiência de recursos, tem sido concentrá-los em algumas áreas (Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Argentina, Europa Ocidental, por exemplo), as quais são razoavelmente atendidas.

Desde 1971, vem o Itamaraty tentando aplicar uma política mais racional, consistente em padronizar o material informativo em alguns tipos realmente básicos, que seriam fornecidos a todas as repartições. O plano teve como 1.^a etapa a publicação, em conjunto com a APr, de um folheto de muita ilustração e pouco texto, "O Novo Brasil", cuja distribuição já está encerrada, e de 150 mil exemplares em inglês, espanhol, alemão e italiano do livreto "Brazil, Challenge and Progress", uma introdução ao Brasil para uso de estudantes universitários e profissionais liberais. A série de folhetos deveria completar-se com um especial para escolares contendo o mapa, a bandeira, dados estatísticos básicos, resumos históricos e geográficos, fartamente ilustrado, e um folheto sobre aspectos culturais. A falta de meios obrigou ao adiamento para 1973 da execução do primeiro projeto e, talvez para 1974, a do segundo.

Ao mesmo tempo, o Itamaraty procurou renovar o estoque das filmotecas de Embaixadas e Consulados, com a remessa de cópias novas dos filmes da série "Retrato de um País" e da aquisição ou produção de novos filmes.

Dentre os projetos em execução no setor competente, destaca-se a distribuição das seguintes cópias de filmes:

- a) "Alegria Selvagem", documentário sobre Santos Dumont destinado às comemorações do Centenário do Patrono da Aviação em 1973;

- b) "O País do Futebol", de David Neves;
- c) "Bola de Meia", documentário de 30 minutos sobre futebol;
- d) "A Terra de Todos Nós", (40 cópias) filme da Souza Cruz;
- e) versão em línguas estrangeiras e multiplicação do filme "The Quiet Sun";
- f) 3 filmes sobre a Amazônia;
- g) Filme sobre a exposição de Abelardo Rodrigues;
- h) Documentário de 30 minutos sobre o Itamaraty e sua integração em Brasília.

Já há dois anos, vem o Itamaraty tentando interessar o Instituto Nacional do Cinema na criação junto às Embaixadas nas principais áreas lingüísticas de filmotecas que contariam com uma seleção dos melhores longa-metragens e documentários nacionais. O Instituto mostrou-se inclinado a destinar, em 1973, Cr\$ 200.000,00 para início do projeto.

As iniciativas mencionadas superam em muito a capacidade de financiamento, o que obriga a deixar totalmente de lado uma série de problemas igualmente urgentes e importantes como o da renovação e atualização das coleções de diapositivos e fotografias, o fornecimento de filmes para a televisão, a preparação de programas de rádio sobre música brasileira, a distribuição de discos etc. Daí a impossibilidade de se atender aos pedidos justificados desse material chegados diariamente do exterior.

Não obstante essas insuficiências, o saldo do que se realizou no domínio informativo é apreciável, pois, além dos folhetos e filmes acima referidos, foram distribuídos às Missões e Consulados:

- a) Cerca de 17.000 livros, em parte resultado de doação do Governo de São Paulo;

- b) Coleção completa de “Geografia Ilustrada do Brasil”, da Editora Abril;
- c) Coleção completa de “Música Popular Brasileira”, da mesma editora;
- d) Coleção de “Grandes Personagens da Nossa História”, também da Editora Abril, para 20 missões;
- e) “Atlas Cultural do Brasil”, do Conselho Federal de Cultura, para todas as Repartições do Itamaraty no exterior;
- f) Coleção dos Anais de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo;
- g) Discos e partituras dos hinos nacionais;
- h) “Cultura” e “Educação”, revistas do MEC; e
- i) Consolidação das leis sobre cinema e a revista Cine Cultura.

O Itamaraty distribuiu, ainda, exemplares da revista “Atlas” com uma reportagem especial sobre o Brasil, e o álbum do “Champion Papers” também sobre nosso país.

COOPERAÇÃO INTELECTUAL

Centros de Estudos Brasileiros e Instituições Afins

Os Centros de Estudos Brasileiros e instituições afins, criados a partir de 1942, são estabelecimentos dotados de autonomia variável, onde professores brasileiros, sob a orientação de um diretor e os auspícios da Missão diplomática ou da Repartição consular, ministram cursos regulares de língua portuguesa falada no Brasil, literatura e cultura brasileira em geral.

Existem atualmente os seguintes Centros de Estudos Brasileiros:

Argentina — Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires. Centro de Estudos Brasileiros em Rosário.

Bolívia — Centro de Estudos Brasileiros em La Paz.
Chile — Centro Brasileiro de Cultura em Santiago.
Costa Rica — Centro de Estudos Brasileiros em São José.
Colômbia — Centro de Estudos Brasileiros em Bogotá.
Equador — Centro de Estudos Brasileiros em Quito.
Espanha — Centro de Estudos Brasileiros em Barcelona.
Estados Unidos da América — Instituto Cultural Brasil-EUA de Washington.
Guiana — Centro de Estudos Brasileiros em Georgetown.
Itália — Centro Cultural Ítalo-Brasileiro em Milão.
Nicarágua — Centro de Estudos Brasileiros em Manágua — em vias de implantação.
Paraguai — Missão Cultural Brasileira em Assunção. — Colégio Experimental Paraguai-Brasil em Assunção.
Peru — Centro de Estudos Brasileiros em Lima.
Uruguai — Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro em Montevidéu.
Venezuela — Centro de Estudos Brasileiros em Caracas.

Já se encontra em aplicação, em vários dos centros, o método de ensino audiovisual de português, com bons resultados.

Deu-se início, no decorrer de 1972, a um projeto de padronização das informações que vêm dos Centros, a respeito do andamento dos cursos, atividades culturais, situação financeira e outros aspectos, com dupla finalidade: a de fazer com que o Itamaraty tenha um conhecimento mais preciso sobre o funcionamento das instituições para fins de orientação, e para fins de planejamento e avaliação.

Essa iniciativa poderá ter conseqüências em 1973, como uma assistência mais contínua e sistemática por parte da Secretaria

de Estado aos Centros e, eventualmente, a reorientação de certos aspectos de seu fornecimento.

As Casas do Brasil são estabelecimentos que hospedam estudantes brasileiros no exterior. Seu grau de dependência do Governo brasileiro é variável, mas existe sempre participação das Missões diplomáticas brasileiras na gestão das Casas. São os seguintes os estabelecimentos do gênero:

Espanha — Casa do Brasil em Madrid.

França — Fundação Franco-Brasileira em Paris.

Grã-Bretanha — Casa do Brasil em Londres.

Leitores e Cátedras de Estudos Brasileiros no Exterior

Os leitorados não são instituições autônomas, mas, sim, cargos criados com base nas estruturas universitárias estrangeiras, com o objetivo de divulgar a língua portuguesa do Brasil e os assuntos brasileiros.

A Secretaria de Estado mantém os seguintes leitorados no exterior:

Alemanha — Colônia. Instituto Luso-Brasileiro da Universidade de Colônia.

Leitor — Domício Proença Filho.
Erlangen-Nuremberg

Leitor — Luiz Antonio Marcuschi.

Áustria — Universidade de Viena.

Leitor — Diderot de Arruda Aniz.

França — Aix-en-Provence: Faculdade de Letras e Ciências Humanas.

Leitor — Geremias Avanço.

Toulouse — Centro de Estudos Luso-Brasileiro da Faculdade de Letras da Universidade de Toulouse.

Leitora — Liliana Costa Pena.
Toulouse (Segundo Leitorado) — Instituto de Estudos hispânicos, hispano-americanos e luso-brasileiros.
Leitora — Francis Henrik Aubert.
Nantes — Faculdade de Letras e Ciências Humanas.
Leitora — Vivice Moreira Coutinho.
Montpellier — Faculdade de Letras Paul Valéry.
Leitora — Maria Antonieta Senne Soares.
Besançon — Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Besançon.
Leitora — Elena Andreoli Ulalle.
Caen — Leitor — Luiz Ferraz.
Poitiers — Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Poitiers.
Leitor — José Carlos Galvão Filho.
Lille — Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Leitora — Isaura Martins Cardoso.
Grenoble — Universidade de Grenoble-Euterpe.
Leitora — Therezinha Correia Chistov.
Lyon — Faculdade de Letras e Ciências Humanas.
Leitores — Emílio Milton Giusti e Antonio Chelini.
Paris — Universidade Paris III.
Leitora — Nina Atuko Mabuchi.
Paris — Universidade Paris IV.
Leitora — Maria Neusa Guedes Barros.
Grã-Bretanha — Liverpool — Universidade de Liverpool.
Leitor — Ronaldo Lima Lins.
Leeds — Universidade de Leeds.
Leitora — Sonhilda Lucena de Araújo.
Londres — Universidade de Londres.
Leitora — Heloisa Carneiro de Mendonça.
Essex — Universidade de Essex.
Leitor — Bruno Tolentino.
Bristol — Universidade de Bristol.
Leitor — Bruno Tolentino.
Itália — Bari — Instituto de Língua e Literatura Espanhola e Portuguesa.

Leitora — Anna Maria Charlemont.
Roma — Universidade de Roma.
Leitor — Murilo Mendes.
México — México.
Leitora — Valquíria Wey de Alcaíde.
Nigéria — Ifê — Universidade de Ifê.
Leitora — Isa Maria Drumond Simões.
Portugal — Porto — Universidade do Porto.
Leitora — Maria Tereza Leal Martines.
Senegal — Professorado em Dacar. Seção de português na Universidade de Dacar. Professor Francisco Rosier da Silva.
Suécia — Estocolmo — Universidade de Estocolmo.
Leitor — Jorge Silva.
Suíça — Zurique — Universidade de Zurique.
Leitora — Yvonne Grubermann.

O Itamaraty está cogitando, a exemplo do que já se iniciou com relação aos Centros de Estudos, de procurar estabelecer um certo regulamento para os leitorados, que compreenda um sistema regular de informações para a Secretaria de Estado, com vistas à sistematização das atividades dos leitorados, possível padronização dos vencimentos dos leitores etc. Para tanto, as Missões diplomáticas brasileiras — que são os elementos naturais de ligação com os leitorados — serão chamadas a colaborar.

Em fins de 1972, estabeleceram-se as bases para a criação da primeira cadeira de português falado no Brasil num país da África Negra; em janeiro de 1973, um professor brasileiro deverá assumir suas funções na Universidade de Dacar, no Senegal.

Na Universidade de Assunção, no Paraguai, o Itamaraty mantém, em virtude do Convênio existente, cadeiras de Psicologia, Didática Geral, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira.

Encarregados de Assuntos Culturais

O Ministério das Relações Exteriores mantém Adidos Culturais em Caracas, Lisboa, Londres, São José e Tóquio.

Bolsistas estrangeiros

O programa de concessão de bolsas de estudo do Itamaraty possibilitou a vinda ao Brasil, em 1972, de 58 estudantes de pós-graduação, assim distribuídos:

Alemanha	2
Argentina	4
Bélgica	4
Bolívia	5
Colômbia	4
Costa Rica	2
El Salvador	3
Equador	5
Espanha	1
EUA	2
França	5
Grã-Bretanha	2
Guatemala	1
Honduras	1
Índia	1
Israel	1
Panamá	2
Paraguai	4
Peru	4
Portugal	2
República Dominicana	2
Uruguai	2
Venezuela	3

Estudantes-Convênio

Anualmente, tendo em vista o que dispõem os Acordos Culturais com os Países da América Latina, as Universidades brasileiras

põem à disposição do Ministério da Educação e Cultura determinado número de vagas para curso de graduação, a fim de serem oferecidas aos Governos daqueles países. Ao Ministério das Relações Exteriores compete distribuir as vagas entre os respectivos países, através das Missões diplomáticas do Brasil.

O critério para a distribuição das vagas e seleção dos candidatos obedece, entre outros, aos seguintes fatores:

- a) falta de determinado curso e nível do mesmo nas Universidades locais;
- b) interesse do país estrangeiro na formação de seus profissionais;
- c) assistência à formação de certos profissionais no Brasil, e
- d) nível e possibilidades materiais dos candidatos.

As vagas são destinadas **exclusivamente** à primeira série do curso. Esta medida restritiva tornou-se necessária em vista das dificuldades junto aos estabelecimentos de ensino para obter-se transferência de alunos.

Em 1972, foram oferecidas 760 vagas, assim distribuídas:

Bolívia	273
Colômbia	30
Costa Rica	40
El Salvador	22
Equador	42
Guatemala	33
Guiana	11
Honduras	40
Haiti	7
Nicarágua	33
Panamá	56
Paraguai	64
Peru	53
República Dominicana	13
Venezuela	43

Auxílios a Estudantes Brasileiros no Exterior

O Ministério das Relações Exteriores concede um suplemento de US\$ 50,00 por mês a estudantes brasileiros de pós-graduação, que recebem bolsas de estudo estrangeiras. Os beneficiários são rigorosamente selecionados com base no valor da bolsa, nas disciplinas estudadas e outros fatores.

Em 1972 foram concedidos 137 no primeiro semestre e 110 no segundo, num total de 247. Os candidatos totalizaram 484.

O programa de auxílio está passando por uma revisão, com o objetivo de reformular algumas das normas que regem essa concessão.

Acordos Culturais

Em 1972, por ocasião da visita do Senhor Ministro de Estado à África, foram assinados acordos com os seguintes países: Costa do Marfim, Togo, Daomé, Gana, Nigéria, Camarões e Zaire.

Na mesma ocasião, foi assinado um Protocolo de Aplicação do Acordo Cultural com o Senegal, durante a realização da primeira reunião da Comissão Mista, prevista no referido Acordo. Por meio do Protocolo, foi acertada uma série de iniciativas de cooperação e intercâmbio, nos campos da educação, cultura e esportes, entre o Brasil e o Senegal.

Celebraram-se também reuniões das Comissões Mistas com a Bélgica e a Itália, em 1972.

Organizações Internacionais

O Itamaraty mantém estreitas relações com as entidades internacionais ligadas à educação, cultura, ciência e tecnologia, e especialmente com a Organização das Nações Unidas para a

Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Conselho Interamericano da Educação, Ciência e Cultura (CIECC) e Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). Teve participação ativa nas duas reuniões ordinárias do CIECC, que se realizaram no transcurso de 1972, havendo, para a primeira delas, coordenado a elaboração das instruções correspondentes. Essa primeira reunião, o III CIECC, celebrou-se em fevereiro, no Panamá, e tratou de uma série de temas como política e planejamento em matéria de ciência e tecnologia, e aprovação do orçamento-programa do Conselho para o biênio 1972-74. A IV Reunião do CIECC realizou-se em dezembro, em Mar del Plata e entre os assuntos tratados figuraram temas relacionados com a reunião da CACTAL e a proposta argentina sobre o estabelecimento de um novo sistema de contribuições voluntárias para financiar projetos especiais.

No que se refere à UNESCO, evidentemente a mais ampla entidade cultural internacional, o Itamaraty tratou, em particular, dos seguintes assuntos, em 1972:

A — Centros Regionais ligados à UNESCO: Centro Latino-Americano de Física (CLAF) e Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CENTRO), no Rio de Janeiro; Centro para a Aplicação da Ciência e de Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina (CACTAL), em São Paulo;

B — Educação: Renovação e democratização do ensino, educação permanente, formação no estrangeiro, programas escolares, métodos, material e técnicas pedagógicas, educação extra-escolar, planejamento e financiamento da educação;

C — Ciências Exatas: Política científica e organização da pesquisa, fomento da pesquisa fundamental, informação científica e tecnológica, ensino das ciências, educação e pesquisas técnicas, ciências do meio e investigações sobre recursos naturais etc;

D — Ciências sociais, ciências humanas e cultura: Ensino e pesquisas em ciências sociais, desenvolvimento e difusão da cultura, preservação e valorização do patrimônio cultural;

E — Informação: Meios de informação, documentação bibliotecas e arquivos, estatística etc.

Ciência e Tecnologia

O Itamaraty participa das atividades bilaterais ou multilaterais ligadas aos assuntos científicos e tecnológicos, e especialmente da execução dos acordos científicos com os Estados Unidos e a Alemanha Federal.

Outrossim, mantém em Washington um Setor Científico, cujo papel é essencialmente:

Coleta e disseminação de informação científica e tecnológica;

Assessoramento científico e técnico da Embaixada;

Observação das tendências da política científica e do desenvolvimento tecnológico do país-sede;

Manutenção de contato com cientistas brasileiros em vista de seu retorno ao país e subsequente aproveitamento.

Direitos Autorais

O Ministério das Relações Exteriores se ocupa de todos os assuntos que relevam o direito do autor e está atualmente cuidando do seguimento a ser dado às revisões da Convenção Universal do Direito de Autor e da Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas, feitas em Paris em 1971. Resolvidos ou em vias de resolução os problemas clássicos do direito de autor, o setor competente trata atualmente dos

novos aspectos do mesmo: direitos autorais ligados à reprografia, ao uso de computadores, às video-cassetes, e ao uso de satélites de comunicação.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Itamaraty deu prosseguimento, durante o ano de 1972, em estreita colaboração com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, e no espírito do Decreto 65.476, de 21 de outubro de 1969, ao trabalho de coordenação da cooperação técnica internacional prestada ao Brasil por organismos internacionais e Governos estrangeiros.

Organismos Internacionais

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Em consequência da nova sistemática operacional aprovada pelo PNUD, o ano de 1972 foi dedicado à preparação de um programa que prevê a utilização, no período 1972-76, de recursos da ordem de US\$ 30.000.000,00 que correspondem à quota do Brasil no Programa. Este trabalho foi realizado em estreita colaboração com o Ministério do Planejamento e com o Representante Residente do PNUD. Preliminarmente, foram formuladas e aprovadas as diretrizes para orientar a utilização dos recursos mencionados. Assim, com base nessas diretrizes, que determinaram fosse dada ênfase ao desenvolvimento científico e tecnológico, vários órgãos do Governo preparam projetos para inclusão no programa. Na seleção final, o valor dos projetos novos aprovados ultrapassou a cifra de US\$ 12.000.000,00, distribuídos entre os seguintes setores: educação, saúde e saneamento, agricultura e abastecimento, e desenvolvimento científico e tecnológico industrial.

À luz ainda das diretrizes aprovadas, procedeu-se a uma avaliação dos projetos em andamento, alguns dos quais foram cancelados e, outros, reduzidos. O valor dos projetos em andamento atinge US\$ 17.000.000,00.

O programa brasileiro para o PNUD, que será examinado durante a reunião do Conselho Administrativo, a realizar-se em janeiro de 1973, compõe-se, portanto, de projetos novos e de projetos em execução, que totalizam US\$ 29.000.000,00, ficando US\$ 1.000.000,00 como reserva operacional. A contribuição do Governo brasileiro na realização deste programa é de cerca de US\$ 70.000.000,00, conferindo ao programa o valor total de US\$ 100.000.000,00, aproximadamente.

Além do trabalho global de preparação do programa brasileiro para o PNUD, o Setor competente acompanhou a execução dos projetos já aprovados anteriormente. Esse acompanhamento, que pressupõe estreita coordenação com as entidades beneficiárias e o Escritório do PNUD, deu ênfase, sobretudo, a soluções de várias ordens que surgem, de parte a parte, no decorrer da execução.

Merece destaque a aprovação, pelo PNUD e pela UNIDO, do III Simpósio Internacional sobre o Ferro e o Aço, a realizar-se em 1973 e a aceitação da oferta do Brasil, como sede. O Ministério da Indústria e do Comércio atribuiu grande importância ao referido Simpósio, pois sua realização no Brasil coincide com a implementação do Programa de Expansão da Indústria Siderúrgica, no qual o Governo brasileiro aplicará cerca de bilhões de dólares para elevar a produção de aço até 20 milhões de toneladas, em 1980.

O Itamaraty preparou também a participação do Brasil nas XIII e XIV Sessões do Conselho de Administração do PNUD.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

Programa Mundial de Alimentos

Foi solicitada à FAO a prorrogação, por um ano, do projeto PMA-339, relativo à assistência prestada pelo Programa à Cam-

panha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). Em junho, foi assinado Convênio para a renovação do projeto, em bases mais amplas, de 1973 a 1977. O referido projeto regulariza o fornecimento de alimentos a crianças de escolas primárias no Vale do São Francisco. Prevê uma contribuição de US\$ 10.138.000,00, que beneficiará cerca de 570.000 crianças, de 6.547 escolas, localizadas em 158 municípios dos Estados da Bahia, Minas Gerais, Piauí e Pernambuco.

Campanha Mundial Contra a Fome

Em maio de 1972, foi assinado com a FAO um Termo Aditivo ao Plano de Operações do Projeto FAO/ANDA/ABCAR, do Programa de Fertilizantes da Campanha Mundial contra a Fome, em execução desde 1969 e atualmente operando em uma região que abrange os Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo.

Com o referido Termo Aditivo, inicia-se uma nova fase do projeto, com ênfase no Nordeste, dentro do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste (PROTERRA). A Assistência da FAO foi solicitada na execução do Programa Trienal de Difusão de Fertilizantes, objeto de Convênio do Banco do Nordeste/Associação Nacional para a Difusão de Adubos (ANDA). Esse programa é semelhante ao que vem sendo executado em Minas Gerais e outros Estados acima mencionados. Terão também início as atividades de campo no Estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal. É o seguinte o quadro das despesas previstas para a execução do projeto:

1972	—	US\$	31.017,00
1973	—	US\$	36.302,00
1974	—	US\$	36.402,00

Fundo das Nações Unidas para a Infância

A Junta Executiva do UNICEF aprovou, em 1972, os seguintes projetos brasileiros:

1 — Aspectos Sociais na Transamazônica

Duração: 1972-1973

Dotação: US\$ 500.000,00

2 — Serviços de Saúde nos Estados de Alagoas, Ceará e Maranhão, incluindo saneamento no Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte.

Duração: 1972-1974

Dotação: US\$ 1.830.000,00

Organização dos Estados Americanos

Programa Nacional de Cooperação Técnica

No que se refere à OEA, o Itamaraty acompanhou a implementação do III Programa Nacional de Cooperação Técnica 1971/72 e preparou, em colaboração com a SUBIN, o IV Programa, referente ao exercício financeiro 1972/73. A Secretaria-Geral da OEA já recomendou a implementação de vários projetos, dentre os quais se destacam:

I — Na área econômico-social:

a) “Reforma Administrativa para o Fortalecimento do Sistema de Planejamento e Orçamento”.

Agente responsável: Escritório da Reforma Administrativa do Ministério do Planejamento.

Contribuição da OEA: US\$ 20.000,00.

b) “Investigação Aplicada no Campo das Finanças Públicas”.

Agente responsável: Instituto de Planejamento Econômico e Social do Ministério do Planejamento.

Contribuição da OEA: US\$ 8.000,00.

c) “Sistema de Contabilidade Social para o Nordeste do Brasil e Contas Regionais” (prorrogação).

Agente responsável: SUDENE.

Contribuição da OEA: US\$ 18.000,00.

d) “Assessoria em Programação Financeira” (prorrogação).

Agente responsável: Ministério do Planejamento.

Contribuição da OEA: US\$ 22.000,00.

e) “Programa de Desenvolvimento Urbano-Missão I”.

Agente responsável: Serviço de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) do Ministério do Interior.

Contribuição da OEA: US\$ 18.000,00.

f) “Controle da Erosão do Nordeste do Estado do Paraná”.

Agente responsável: SUDESUL e DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento) do Ministério do Interior.

Contribuição da OEA: US\$ 76.000,00.

g) “Ilha de Marajó”.

Agente responsável: Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP) — Governo do Estado do Pará.

Contribuição da OEA: US\$ 30.000,00.

II — Na área de educação, ciência e cultura:

a) “Curso de Microbiologia de Alimentos e Pesquisas sobre Bacteriologia de Frutas Tropicais e Sucos Derivados”.

Agente responsável: Instituto de Microbiologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Contribuição da OEA: US\$ 11.900,00.

b) "Apoio ao Centro Regional do Projeto Multinacional de Bioquímica".

Agente responsável: Departamento de Bioquímica da Universidade de São Paulo.

Contribuição da OEA: US\$ 30.000,00.

c) "Desenvolvimento de Ensino e Pesquisa na Área de Engenharia Civil".

Agente responsável: Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba.

Contribuição da OEA: US\$ 14.000,00.

d) "Apoio a reuniões científicas e tecnológicas da Região".

Agente responsável: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

Contribuição da OEA: US\$ 5.000,00.

Assistência Técnica Bilateral

Durante 1972, ampliou-se a assistência técnica ao Brasil prestada por Governos estrangeiros.

Em 1972, durante a visita do Ministro do Exterior da Itália ao Brasil, assinou-se um acordo básico de cooperação técnica com aquele país (30-10-72). O referido acordo vem sendo negociado com o Governo italiano desde 1969, quando foi proposto pelo Brasil, durante a reunião de Comissão Mista Econômica e Comercial, realizada em Roma.

República Federal da Alemanha

Durante 1972, o Itamaraty criou, juntamente com a Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, a preparação de um programa de cooperação técnica para a Alemanha para o período 1973/1975. É a primeira tentativa de aplicar-se, na área bilateral, o sistema de programação a médio prazo, com o objetivo de racionalizar a cooperação recebida, e sincronizá-la com as iniciativas governamentais. A elaboração do referido programa foi precedida da visita de duas Missões de caráter técnico enviadas pelo Governo alemão para identificar projetos que pudessem ser objeto da assistência daquele país. O programa com a Alemanha baseou-se no modelo utilizado para o programa apresentado pelo Governo brasileiro ao PNUD. Após consultas informais com a Embaixada alemã, o programa será apresentado oficialmente no início de 1973.

Foram assinados ajustes complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre os seguintes projetos novos e prorrogação de projetos em andamento:

- 1) Criação de um centro de inseminação artificial, em Indaial, no Estado de Santa Catarina.

Órgão beneficiado: Ministério da Agricultura.

- 2) Prorrogação da assessoria técnica à Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais.

Órgão beneficiado: Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).

- 3) Melhoramento da padronização técnica no Brasil.

Órgão beneficiado: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

- 4) Estabelecimento de Programa de Cooperação mútua consistente de assessoria técnica e viagens dos chefes do

projeto à Alemanha e Brasil, entre a Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

5) Ampliação da capacidade operativa do Colégio Agrícola Visconde da Graça, de Pelotas, Rio Grande do Sul.

Órgão beneficiado: Colégio Agrícola Visconde da Graça.

6) Prorrogação da assessoria técnica prestada a Associação Assistência Rural (ACAR) de Minas Gerais através do envio de mais um perito agrícola.

Órgão beneficiário: Associação de Crédito e Assistência Rural.

7) Prorrogação da assistência junto ao Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária Meridional (IPEAMS).

Órgão beneficiário: Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária Meridional.

8) Prorrogação da assessoria técnica em emprego de fertilizantes e experimentação agrária junto à Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC).

Órgão beneficiário: Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina.

9) Prorrogação da assessoria técnica em suinocultura junto à Associação de Crédito e Assistência Rural (ASCAR).

Órgão beneficiário: Associação de Crédito e Assistência Rural.

10) Prorrogação da assessoria técnica às pesquisas hidrogeológicas de Missão Geológica Alemã junto a SUDENE.

Órgão beneficiário: SUDENE.

11) Assessoria técnica visando a melhoramentos da produtividade da Cooperativa de Suinocultores de Encantado Ltda.

Órgão beneficiário: Cooperativa Agrícola de Encantado, Rio Grande do Sul.

12) Aumento da capacidade de ensino da Escola Técnica de São Bernardo do Campo.

Órgão beneficiário: Escola Técnica de São Bernardo do Campo.

13) Criação de laboratório de produção vegetal e animal, do Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária da Amazônia Ocidental (IPEAAOC) do Ministério da Agricultura.

Órgão beneficiário: Ministério da Agricultura.

14) Prorrogação de assessoria técnica à Associação de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) do Rio Grande do Sul.

Órgão beneficiário: Associação de Crédito e Assistência Rural do Rio Grande do Sul.

15) Doação dos laboratórios veterinários volantes e assessoria técnica.

Órgão beneficiário: Ministério da Agricultura.

16) Criação de um centro de multiplicação de sementes selecionadas de batata no Estado de Santa Catarina e assessoria técnica a este centro e às instituições responsáveis pela execução do Plano Nacional de Sementes (PLANASEM).

Órgão beneficiário: Ministério da Agricultura.

Estados Unidos

Prosseguiram em 1972 as negociações, propostas pelo Itamaraty, para substituir a troca de notas de 11 de novembro de

1961, que regula o Programa do Corpo de Voluntários da Paz no Brasil, por outro texto, com o objetivo de adaptar a atuação dos especialistas em missão oficial no quadro do referido programa ao regime em vigor sobre voluntários estrangeiros, bem como às prioridades do Governo brasileiro em matéria de cooperação técnica estrangeira.

Grã-Bretanha

O Governo britânico ampliou em 1972 sua cooperação técnica ao Brasil. Tendo em vista o volume já atingido, foi decidido efetuar-se uma avaliação dos projetos em andamento e sobretudo dos objetivos gerais do programa britânico no Brasil. Assim, no dia 4 de dezembro, realizou-se uma reunião para o reajustamento da cooperação técnica britânica a propriedades correspondentes do Governo. Ficou acertado que haverá, no futuro, menor concentração de ajuda na pesquisa aplicada e no desenvolvimento da infra-estrutura científica e tecnológica do país.

Os projetos negociados com a Grã-Bretanha em 1972, entre novos e prorrogações são os seguintes:

1 — Prorrogação de assessoria técnica ao Colégio Técnico de Belo Horizonte.

Órgão beneficiário: Universidade Federal de Minas Gerais.

2 — Assessoria técnica educacional em vários cursos através da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Órgão beneficiário: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

3 — Assessoria técnico-educacional à Fundação TV-Educativa do Maranhão.

Órgão beneficiário: Fundação TV-Educativa do Maranhão.

4 — Assessoria técnica à Escola Politécnica de Campina Grande.

Órgão beneficiário: Universidade Federal da Paraíba.

5 — Assessoria técnico-educacional ao Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia.

6 — Assessoria técnico-educacional em nível de pós-graduação ao Departamento de Geociências da Universidade Federal de Brasília.

Órgão beneficiário: Universidade de Brasília.

7 — Assistência técnico-educacional em nível de pós-graduação ao Instituto Oceanográfico da Universidade São Paulo.

Órgão beneficiário: Universidade de São Paulo.

8 — Assessoria técnico-educacional em nível de pós-graduação ao Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Órgão beneficiário: Universidade Federal de Minas Gerais.

9 — Assessoria técnico-educacional, em nível de pós-graduação, ao Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Órgão beneficiário: Universidade Federal de Minas Gerais.

10 — Assessoria técnica, em nível de pós-graduação, ao Departamento de Energia e Tecnologia da Divisão de Engenharia Mecânica do Instituto Tecnológico da Aeronáutica do Centro Técnico de Aeronáutica.

Órgão beneficiário: Ministério da Aeronáutica.

11 — Assessoria técnico-educacional ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo.

Órgão beneficiário: Universidade de São Paulo.

2 — Doação de filmes científicos ao Instituto de Pesca da Secretaria de Agricultura do Governo do Estado de São Paulo.

Órgão beneficiário: Governo do Estado de São Paulo.

3 — Prorrogação de assessoria técnica ao Instituto de Medicina Tropical do Recife.

Órgão beneficiário: Universidade Federal de Pernambuco.

4 — Assessoria técnica, em fruticultura de região temperada, à Secretaria de Agricultura do Estado de Santa Catarina.

Órgão beneficiário: Secretaria de Agricultura do Estado de Santa Catarina.

5 — Prorrogação de assessoria técnica ao Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN).

Órgão beneficiário: Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte, do Ministério da Agricultura.

6 — Assessoria técnica à Escola Politécnica de Campina Grande.

Órgão beneficiário: Universidade Federal da Paraíba.

7 — Envio de missão japonesa de pesquisa ao Brasil para elaborar um estudo de pré-viabilidade do Programa de "Corredores de Exportação".

Órgão beneficiário: Banco Central do Brasil.

8 — Grupo de pesquisa para estudar as possibilidades de desenvolvimento do Vale da Ribeira.

Órgão beneficiário: Governo do Estado de São Paulo.

12 — Assessoria técnica ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU).

Órgão beneficiário: Ministério do Interior.

13 — Assessoria técnico-educacional, em nível de pós-graduação, ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).

Órgão beneficiário: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

14 — Assessoria técnica ao Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Oeste (IPEAO) de Mato Grosso.

Órgão beneficiário: Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Oeste.

15 — Assessoria técnica ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Órgão beneficiário: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

16 — Assessoria técnica ao Departamento de Geologia da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Piauí.

Órgão beneficiário: Governo do Estado do Piauí.

Japão

Foram os seguintes os projetos aprovados, no campo da co-
operação técnica, entre o Brasil e o Japão:

1 — Prorrogação de assessoria técnica ao Centro de Trei-
namento para Indústrias Têxteis do Recife.

Órgão beneficiário: SUDENE.

Suíça

Durante 1972, foram finalizadas as negociações de vários projetos, iniciadas em anos anteriores. São eles:

I — Aplicação de recursos resultantes de doação de trigo efetuada em 1970. Após entendimentos entre o Itamaraty e a Embaixada da Suíça, ficou decidido, por troca de notas, que os Cr\$ 3.030.049,79 correspondentes à doação em apreço, seriam distribuídos entre os seguintes projetos, a cargo da SUDENE:

- a) Cr\$ 1.317.000,00 para o projeto de sementes selecionadas da Fazenda Petrolândia, em Pernambuco;
- b) Cr\$ 1.183.000,00 para o projeto de produção de sementes selecionadas na Fazenda Mudubim, em Oeiras, Piauí.
- c) Cr\$ 530.049,79 para o projeto de assistência financeira, técnica e material às cooperativas de pesca do Nordeste.

II — Assistência técnica e financeira à Cooperativa Mista Artesanal de Recife (COMAR) compreendendo a construção e o equipamento de uma oficina-escola, formação profissional dos artesões e comercialização da produção artesanal, interna e externamente.

III — Projeto de pesquisas aplicadas no campo da nutrição, junto ao Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco. O projeto se desenvolverá em um período de 10 anos, sendo a programação dos trabalhos atualizada cada três anos. Técnicos suíços colaboram com os homólogos brasileiros em trabalhos de laboratório cujo equipamento foi doado, em parte, pelo Governo da Suíça.

IV — Criação de uma escola de mecânica de precisão, vinculada ao SENAI de São Paulo, compreendendo o envio de professores, doação de equipamento e concessão de bolsas de estudo.

Itália

Foi entregue ao Ministro do Exterior da Itália durante sua visita ao Brasil uma lista de projetos prioritários de assistência técnica, elaborada pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Itamaraty, com a colaboração de vários órgãos da administração pública. Tal lista constitui o projeto do programa de assistência técnica para a Itália, relativo ao ano de 1973.

Já em 1972, contudo, em virtude da elevada prioridade a ele concedida, foi negociada pelo Itamaraty e aceita pelo Governo italiano a solicitação do Conselho Nacional de Indústria Siderúrgica do Ministério da Indústria e do Comércio de cooperação técnica na realização de estudo da matriz insumo — produtos siderúrgicos. Colaborará no estudo da parte italiana, o “Istituto di Recherche Gestionali e di Mercato” (IRMAR).

O elevado volume de investimento previsto no programa de expansão siderúrgica e a característica do insumo básico do produto siderúrgico nos vários setores da economia exigem a utilização de refinados instrumentos de planejamento e programação. O estudo em apreço, se enquadrado, alcançará um custo total de US\$ 320.000,00.

Espanha

Foram as seguintes as atividades de cooperação técnica entre o Brasil e a Espanha durante o ano de 1972:

1 — Promulgação, por parte do Brasil, do Acordo Básico de Cooperação Técnica com a Espanha, em 8 de setembro de 1972.

2 — Programa de formação teórico-prática para dois técnicos do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) sobre implantação e desenvolvimento de áreas de irrigação. Consiste de estágios junto ao Instituto de

Reforma e Desenvolvimento Agrário do Ministério da Agricultura Espanhol. Despesas a cargo do Governo espanhol.

Órgão beneficiado: Departamento Nacional de Obras contra as Secas.

3 — Regulamentação das bolsas de estudo no âmbito do Convênio de Cooperação Social Brasil-Espanha.

Órgão interessado: Ministério do Trabalho e Previdência Social.

4 — Assessoria técnica à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo (APAE).

Órgão beneficiado: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo.

Canadá

O Canadá propôs a assinatura de um Acordo Básico de Cooperação Técnica com o Brasil. Este Acordo está em estudos no Itamaraty. Não obstante, foram apresentados oficialmente ao Governo canadense os seguintes projetos, considerados prioritários pelo Governo brasileiro:

a) Projeto "HABIMASS", que visa à construção seriada de habitações populares de madeira.

Órgão beneficiado: Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo.

b) Assessoria técnica a ser prestada ao Laboratório de Micro-eletrônica, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Órgão beneficiado: Universidade de São Paulo.

c) Programa de pós-graduação em engenharia, junto à Universidade Federal da Paraíba.

Órgão beneficiado: Universidade Federal da Paraíba.

França

O Itamaraty propôs a modificação do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 16 de janeiro de 1967, no sentido de distinguir os especialistas e professores do Serviço Nacional do Exército dos especialistas e professores civis, para a aplicação àqueles do novo regime em vigor, relativo a voluntários estrangeiros. A proposta foi discutida preliminarmente com a Embaixada da França, em reunião realizada no final de 1972.

Israel

Foi assinado Convênio Complementar ao Acordo Básico, prorrogado, por um ano, a assistência israelense aos projetos de irrigação, cuja execução está a cargo da SUDENE e DNOCS, no Nordeste.

Iugoslávia

Foi assinado, finalmente, Ajuste Complementar (1.º) ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 11 de maio de 1962, para a pesquisa e fomento da produção de milho, a ser executado pelo Escritório de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Ministério da Agricultura e o Instituto do Milho, de Belgrado.

Índia

O Governo indiano tem manifestado interesse em desenvolver um programa de cooperação técnica e científica no campo da agricultura.

Com o propósito de sistematizar a execução desse programa, o Governo da Índia propôs a assinatura de um convênio de

cooperação técnica e científica na agropecuária. O convênio prevê:

- a) Intercâmbio de técnicos;
- b) Intercâmbio de material agrícola;
- c) Fornecimento de equipamentos;
- d) Realização de simpósio de caráter técnico e científico.

As consultas realizadas com os Ministérios da Agricultura e Planejamento e Coordenação Geral revelaram haver interesse na assinatura do referido convênio. A semelhança das condições ecológicas dos dois países, e o adiantamento da pesquisa agropecuária na Índia, indicam o mútuo proveito do intercâmbio. As negociações do acordo se encontram em fase final.

Países-Baixos

Foram examinados e aprovados os seguintes projetos de cooperação social, que consistem na prestação de assistência financeira a entidades de caráter social ou religioso por organizações congêneres nos Países-Baixos.

1 — Centro Comunitário de Saúde do Movimento de Educação Promocional do Estado do Espírito Santo. Doação: Cr\$ 537.019,00.

2 — Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda., Estado do Paraná. Doação: Cr\$ 1.849.676,00.

3 — Centro Social de Nossa Senhora da Saúde de Tacaratu, Estado de Pernambuco. Doação: US\$ 135.662,34.

4 — Instituto Paulista de Promoção Humana de Lins, Estado de São Paulo. Doação em florins: 80.752,68.

5 — Centro de Treinamento para Agricultores da Prelazia de Cameté, Estado do Pará. Doação: Cr\$ 458.566,00.

6 — Universidade do Trabalho de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais. Doação em florins: 952.973,00.

7 — Instituto Americano de Lins, Estado de São Paulo.
Doação: US\$ 111.500,00.

8 — Colégio Técnico Industrial de Itajubá, Estado de Minas Gerais. Doação em florins: 443.428,73.

Bolsas de Estudo

PNUD

Quanto à participação do Brasil em seminários patrocinados pelas diversas Agências Especializadas da ONU, é o seguinte o quadro geral:

Agências Especializadas	N.º Cursos Recebidos	Candidatos Recebidos	Candidatos Aprovados
1) Escritório de Cooperação Técnica (ECT)	11	6	5
2) FAO	24	32	23
3) OIT	13	45	35
4) UNIDO	28	33	20
5) ILPES/CEPAL	1	3	1
6) IMCO	—	—	—
7) Centro UNCTAD/GATT	2	3	2
8) UNITAR	4	7	3
9) UPU	—	—	—
10) UNESCO	6	4	4
11) UIT	—	—	—

OEA

A OEA patrocinou a realização, em 1972, de aproximadamente 120 cursos, que foram divulgados para todas as instituições de caráter científico e técnico do País. O Itamaraty processou perto de 600 candidaturas aos diversos programas da OEA. O quadro geral é o seguinte:

Programa Regular de Treinamento (PRT).

Bolsas de pós-graduação e bolsas pré-programadas

250 candidaturas

Programa Especial de Capacitação (PEC)
 Bolsas de treinamento em países latino-americanos e também fora do continente (Holanda, Israel, Espanha, Bélgica etc.) 215 candidaturas

Programa de Cooperação Técnica (ICT)
 Bolsas em Centros Interamericanos ... 90 candidaturas

“Becas Especiales” (BE)
 Bolsas resultantes de convênios com países ou organismos internacionais especializados, como o Instituto de Cultura Hispânica etc. 30 candidaturas

Até o momento, o Itamaraty tomou conhecimento da aprovação de cerca de 40 candidaturas.

Bolsas Oferecidas por Governos estrangeiros

Foram oferecidas ao Governo brasileiro, em 1972, por parte de Governos estrangeiros, bolsas de estudo para 83 cursos de natureza técnica. O Itamaraty processou 116 candidaturas aos referidos cursos, segundo o seguinte quadro explicativo:

	N.º de cursos oferecidos	N.º de candidatos apresentados	N.º de candidatos aprovados
Japão	42	44	29
Grã-Bretanha	9	8	—
Espanha	4	21	—
Israel	6	3	—
Venezuela	1	1	—
Alemanha	9	32	29
Austrália	2	2	—
França	4	2	—
Índia	6	3	2

América Latina

Vêm-se solidificando e expandindo os programas de cooperação técnica para a América Latina. Esses programas, iniciados em 1971, têm sido executados graças à colaboração de órgãos públicos e privados de caráter técnico.

A orientação básica seguida é a de prestar serviços e, sobretudo, desenvolver uma cooperação nos dois sentidos, apoiados em empreendimentos conjuntos. Essa dupla finalidade está refletida na ampliação da rede de acordos e nas conversações desenvolvidas durante reuniões de Comissão Mista. Assim, no que se refere a acordos, foi assinado, em 1972, o Acordo Básico com a Colômbia e encontra-se em fase final de negociações, o Acordo com a Venezuela.

O Itamaraty participou, em 1972, de reuniões de Comissão Mista com a Colômbia, Guiana e Bolívia.

Durante a reunião da Comissão Mista Brasil-Colômbia, realizada em Bogotá, em abril, procedeu-se a um levantamento das áreas em que uma cooperação entre os dois países seria frutífera para ambas as Partes.

Durante a reunião da Comissão Mista Brasil-Guiana, realizada em Brasília, em julho, ficou decidido que o GENAFOR colaboraria na criação de um Conselho Consultivo para Educação Técnica, em Georgetown, através de treinamento que oferecerá no Brasil a 12 técnicos guianenses.

Na reunião da Comissão Mista Brasil-Bolívia, realizada em setembro, em São Paulo, procedeu-se a uma avaliação dos projetos em andamento e a identificação de novos programas. Além disso, foi apresentado à Delegação boliviana um programa de visitas de personalidades bolivianas para travar contatos com os aspectos da economia brasileira diretamente relacionados com sua atividade.

Projetos Realizados ou em Execução na América Latina

Paraguai

A cooperação técnica brasileira concentrou-se em 3 áreas:

a) Mercado de Capitais

Em janeiro, o Diretor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) esteve em Assunção, preparando as bases do convênio de Assistência Técnica IBMEC — Banco Central do Paraguai, que foi assinado em 26 do mesmo mês. Foi prevista a realização de um Simpósio sobre Mercado de Capitais, que se efetuou de 3 a 8 de abril, em Assunção. Técnicos do IBMEC, a convite do “Centro de Desarrollo y Productividad”, deram um curso sobre mercado de capitais. Cinco funcionários do Banco Central do Paraguai realizaram estágio junto ao IBMEC, de 29 de fevereiro a 15 de março. Em junho, o Secretário-Geral do referido Banco, Doutor José Samaniego, visitou o IBMEC e a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, por 15 dias.

b) Habitação

Dois funcionários do Banco Nacional de Habitação (BNH) foram a Assunção, em fevereiro, para explicar como funciona esse Banco no Brasil. O Paraguai pretende instalar brevemente um estabelecimento com idêntica finalidade.

c) Preparo de Mão-de-Obra

Três altos funcionários paraguaios (dos Ministérios do Trabalho e da Educação e da Secretaria Técnica de Planejamento) vieram, em abril, observar os cursos de aperfeiçoamento, no SENAI.

Bolívia

O Itamaraty prestou assistência através da Comissão Nacional de Energia Nuclear à Comissão Boliviana de Energia Nuclear.

A pedido do Instituto Nacional de Couro e Calçados da Bolívia, o Itamaraty comprometeu-se a obter 4 bolsas para que técnicos bolivianos sigam curso de 4 anos de duração sobre tratamento de couros, na Escola de Curtimento de Couros “Estância Velha” do SENAI, no Rio Grande do Sul; de março a maio, 4 alunos da “Escola Superior Industrial Pedro Domingo Murillo” fizeram estágio na Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA); em agosto, 3 técnicos da SUDENE passaram 15 dias colaborando na transformação do Comitê de Obras Públicas de Santa Cruz em órgão de desenvolvimento regional; em janeiro, 3 técnicos do BNH foram a La Paz, para assessorar as autoridades responsáveis pela implantação de um Banco de Construção e Habitação boliviano. O Itamaraty recebeu, do Ministério da Educação da Bolívia, pedido para que 20 técnicos realizem estágio junto ao CENAFOR, dentro de um programa boliviano de “formação acelerada de mão-de-obra”. Aguarda-se somente a designação dos técnicos a fim de dar início ao programa. A pedido da Seção boliviana da Comissão Mista Econômica e Técnica, o Itamaraty comprometeu-se a organizar estágio de treinamento para bolivianos junto a indústrias brasileiras.

Equador

Em abril, 4 engenheiros equatorianos, do Ministério de Obras Públicas, realizaram curso, de 6 meses, no Instituto de Pesquisas Rodoviárias, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER); de setembro a dezembro, 3 último-anistas da “Faculdade de Engenharia Mecânica da Escola Politécnica Nacional”, de Quito, estagiaram junto às seguintes indústrias: PETROBRÁS, ELETROBRÁS e Phillips (SP); cinco engenheiros recém-formados, da Escola Politécnica de Quito, chegaram a 20 de outubro para um estágio de treinamento de 3 meses na Companhia Siderúrgica Nacional; dois técnicos do Instituto de Energia Nuclear de São Paulo irão, em breve, a Quito a fim de darem um curso e organizarem equipes de pesquisas em medi-

cina nuclear junto ao Hospital Carlos Andrade Marin; um diretor do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) irá a Quito, a fim de iniciar a elaboração de um plano de aperfeiçoamento municipal para o Equador. O pedido foi formulado pelo "Centro de Investigaciones y Adestramiento Municipal".

Colômbia

Quatro técnicos do Instituto de Colonização de Reforma Agrária da Colômbia (INCORA) chegaram em 25 de setembro a Brasília, de onde, acompanhados por um funcionário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), seguiram para uma visita de duas semanas aos centros de colonização da Transamazônica; altos funcionários do grupo "Grancolombiano" realizaram estágio de 21-8 a 27-8 junto ao BNH, interessados em conhecer as realizações brasileiras no campo da habitação.

Guiana

Em janeiro, estiveram no Brasil 6 técnicos em programa de formação de mão-de-obra especializada, no SENAI; em março, o médico guianense, Doutor Walter Chin, veio para conhecer condições hospitalares no Rio. Foi recebido e acompanhado pelo Doutor Sylvio Fraga.

Guatemala

Foi concedida bolsa para um técnico do "Instituto Centro-americano de Investigaciones y Tecnología Industrial" realizar estágio de especialização de 8 semanas na Escola Técnica de Curtimento de Couros "Estância Velha", do SENAI, no Rio Grande do Sul.

Honduras

Foram concedidas duas bolsas para o Curso de Aperfeiçoamento em Administração, de 6 meses de duração, a partir de 3 de abril, na Fundação Getúlio Vargas. Vieram dois funcionários da "Empresa Nacional de Energia Elétrica".

África

Dentre os objetivos da visita do Senhor Ministro de Estado a 9 países da África Ocidental, em novembro de 1972, figurou o de iniciar, em bases estáveis, um programa de cooperação técnica com aqueles países, dando ênfase ao aperfeiçoamento de recursos humanos e à troca de experiência adquiridos pelo Brasil e África no desenvolvimento do seu respectivo ecúmeno tropical.

Foram assinados, durante a visita, acordos de cooperação técnica com o Senegal, Costa do Marfim, Daomé, Togo e Camarões. Em fase adiantada de negociação estão os acordos com a Nigéria, Gana e o Zaire.

Já antes da referida visita do Senhor Ministro de Estado, o Itamaraty havia oferecido à África os serviços das instituições e centros técnicos do País, havendo obtido reação favorável.

Assim, foi enviada a Gana, em 1972, numa missão de seis meses, um especialista na produção de "corned beef", para reativar uma fábrica da "Ghana Industrial Holding Cooperation" (GIHOC), situada em Bolgatanga.

O ano de 1972 foi dedicado sobretudo à preparação de visitas ao Brasil de altos funcionários de Governos africanos para verificarem se a experiência acumulada pelo Brasil, no setor de seu interesse, poderá ser de utilidade no respectivo país.

Ainda com relação a Gana, foram convidados o Comissário para Habitação para conhecer o funcionamento do BNH, e o Secretário-Geral do Ministério das Finanças e Planejamento Econômico. Este último manifestou o desejo de conhecer a PETROBRÁS, pois o Governo de Gana projeta a instalação de uma empresa estatal de petróleo.

Bolsistas do PNUD no Brasil

O PNUD, através das agências executoras de projetos por ele financiados em outros países, solicitou ao Governo brasileiro estágios nas seguintes entidades para técnicos estrangeiros:

- 1 — Centro Pan-Americano de Febre Aftosa
Estágio para 1 boliviano
- 2 — Instituto de Tecnologia de Alimentos
Estágio para 1 colombiano e 1 equatoriano
- 3 — Universidade Federal de Viçosa
Estágio para 1 colombiano
- 4 — Comissão do Plano de Recuperação da Lavoura
Cacaueira (CEPLAC)
Estágio para 1 colombiano
- 5 — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
(SUDENE)
Estágio para 1 colombiano e 1 boliviano
- 6 — Instituto Agrônômico de Campinas
Estágio para 2 colombianos e 1 equatoriano
- 7 — Superintendência do Desenvolvimento do Ceará
Estágio para 1 colombiano
- 8 — Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
Estágio para 1 equatoriano
- 9 — Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
Estágio para 1 indonésio e 4 malasianos
- 10 — Mercado Central de São Paulo
Estágio para 1 equatoriano
- 11 — Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Leste —
IPEAL
Estágio para 1 colombiano
- 12 — Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Centro-
Oeste (IPEACO)
Estágio para 1 colombiano
- 13 — Universidade Federal do Rio de Janeiro
Estágio para 1 equatoriano

- 14 — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico —
BNDE
Estágio para 1 peruano
- 15 — Instituto de Pesquisa Econômica e Social (IPEA)
Estágio para 1 peruano
- 16 — Serviço Federal de Habitação e Urbanismo —
SERFHAU
Estágio para 7 mexicanos
- 17 — Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em
Engenharia (COPPE)
Estágio para 7 mexicanos
- 18 — Empresa Brasileira de Telecomunicações —
EMBRATEL
Estágio para 1 boliviano
- 19 — Secretaria de Economia de Belo Horizonte
Estágio para 7 mexicanos
- 20 — Companhia Urbanizadora da Nova Capital —
NOVACAP
Estágio para 7 mexicanos
- 21 — Escola Brasileira de Administração Pública da Fun-
dação Getúlio Vargas
Estágio para 2 uruguaio e 1 venezuelano
- 22 — Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara
Estágio para 1 uruguaio e 1 venezuelano
- 23 — Conselho de Política Aduaneira
Estágio para 1 dominicano
- 24 — Superintendência Nacional da Marinha Mercante —
SUNAMAM
Estágio para 1 indiano
- 25 — Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo
Estágio para 1 hondurenho e 1 paraguaio.

**ASSUNTOS CONSULARES E
DE IMIGRAÇÃO**

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DEPARTMENT OF CHEMISTRY
5800 S. UNIVERSITY AVENUE
CHICAGO, ILLINOIS 60637

ASSUNTOS CONSULARES E DE IMIGRAÇÃO

EXECUÇÃO DA POLÍTICA IMIGRATÓRIA NACIONAL

No âmbito da imigração dirigida, desenvolveram-se normalmente as tarefas de execução dos Acordos de Migração vigentes com o Reino dos Países-Baixos, a Espanha, a República Italiana e o Japão, bem como, na esfera multilateral, com o Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias (CIME).

Celebrou-se, em 21 de novembro, a X Sessão da Comissão Mista Brasil-Japão e o Governo brasileiro participou ainda das seguintes reuniões internacionais: XL, XLI (Extraordinárias) e XLII Sessões do Comitê Executivo e XXXV Sessão do Conselho do CIME; XXIII Sessão do Comitê Executivo do Programa do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados.

O Brasil acolheu 547 imigrantes dirigidos, japoneses, destinados predominantemente a atividades agrícolas, assim como 751 imigrantes dirigidos, procedentes de diferentes países da Europa Ocidental, dentre os quais 515 engenheiros de diversas especialidades e técnicos altamente qualificados. Prosseguiram os trabalhos tendentes à necessária coordenação dos diferentes órgãos federais competentes em matérias de execução da política imigratória brasileira, situação jurídica e controle de estrangeiros, ultimando-se os preparativos para instalação de uma Comissão Nacional de Imigração, prevista na legislação vigente sobre o estatuto dos estrangeiros.

SERVIÇO CONSULAR

O Serviço Consular do Brasil no Exterior executou-se através de: 30 Consulados-Gerais, 16 Consulados, 60 Serviços Consulares de Missões Diplomáticas, 15 Consulados Privativos e 102 Consulados Honorários. Foram criados Serviços Consulares junto às Embaixadas em Georgetown, Islamabad e Abidjan, bem como um Consulado Honorário em Matadi. Extinguiu-se o Consulado Privativo em Paissandu (Uruguai) e elevou-se à categoria de Consulado Privativo o Consulado Honorário em Guayara-Merin (Bolívia).

A assistência a brasileiros no exterior compreendeu, entre outras atividades, 96 repatriações, das quais 31 sem ônus para o Tesouro Nacional.

A mudança do Corpo Diplomático para Brasília provocou ampla modificação na estrutura da rede consular estrangeira, com a criação, na cidade do Rio de Janeiro, de 15 Consulados-Gerais, 2 Consulados e um Consulado Honorário. A rede consular estrangeira no Brasil passou a constituir-se de: 66 Consulados-Gerais, 79 Consulados, 13 Consulados-Gerais Honorários, 139 Consulados Honorários, 52 Vice-Consulados Honorários e 62 Agências Consulares.

SERVIÇO DE PASSAPORTES

Aperfeiçoou-se o processo de controle de cadernetas de passaportes brasileiros, assim como o sistema de cooperação entre os setores competentes do Ministério das Relações Exteriores e os Órgãos federais e estaduais encarregados, em todo o território nacional, da expedição dos passaportes comuns.

Foram assinados Acordos com a República da Costa do Marfim, sobre dispensa de vistos em passaportes diplomáticos e oficiais ou especiais, e com a República das Filipinas, sobre a dispensa de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais, ou especiais, e comuns (turismo).

ASSUNTOS JURÍDICOS

ASSUNTOS JURÍDICOS

O Ministério das Relações Exteriores, no decorrer de 1972, desenvolveu permanente atividade no campo da assistência jurídica internacional, nos processamentos de casos de asilo, extradição, cartas rogatórias, homologação de sentenças estrangeiras, na proteção de interesses de brasileiros no exterior e dos que trabalham em Missões diplomáticas e Repartições consulares estrangeiras, além de Organismos internacionais. Negociou com a Itália, que enviou uma delegação ao Brasil para esse fim, um Tratado de Extradicação, cujos textos foram rubricados e aguardam atualmente tramitação junto às autoridades italianas, para que possa ser finalmente assinado.

O Itamaraty acompanhou a entrada em vigor dos atos internacionais bilaterais e multilaterais de que o Brasil passou a fazer parte, preparando os instrumentos a eles relativos, as cartas credenciais e de plenos poderes para sua negociação e assinatura, tomando as providências necessárias para sua publicação, aprovação, ratificação, adesão ou denúncia, bem como seu registro na Organização das Nações Unidas, e zelando para que estivessem acordes com a processualística brasileira.

Cartas rogatórias

Até 15 de dezembro de 1972 foram preparados 950 expedientes relativos a Cartas rogatórias, com vistas ao seu encaminhamento, e a dirimir dúvidas oriundas de sua tramitação.

A Justiça brasileira encaminhou, em 1972, 128 Cartas rogatórias às autoridades judiciais estrangeiras, distribuídas pelas 20 Justiças rogadas, (Anexo 1).

Também em 1972, foram restituídas à Justiça brasileira 109 rogatórias, diligenciadas pelas Justiças forâneas, (Anexo 2).

Por seu turno, as Justiças estrangeiras enviaram à Justiça brasileira, para cumprimento no Brasil, 134 rogatórias, (Anexo 3).

Foram, outrossim, restituídas pela Justiça brasileira 165 rogatórias a 11 Justiças rogantes, (Anexo 4).

Dessa forma, foi preocupação incessante do Itamaraty o acompanhamento da tramitação tanto das rogatórias brasileiras no exterior quanto das estrangeiras no Brasil.

Nacionalidade

Foram processados 387 expedientes sobre nacionalidade, relativos a problemas de interpretação da legislação brasileira e estrangeira sobre a matéria e à instrução de processos de perda e re aquisição de nacionalidade brasileira.

Circulares individuais e coletivas foram expedidas às Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras, referentes a 121 casos de perda de nacionalidade brasileira, (Anexo 5).

Com referência à aquisição da nacionalidade brasileira por auxiliares locais que contem mais de dez anos de serviços ininterruptos prestados em Missão diplomática ou Repartição consular do Brasil, foi expedida circular com a especificação dos do-

cumentos que devem instruir o requerimento relativo à aquisição, bem como esclarecimentos de que o período da necessária presença do interessado no país pode não ser imediatamente anterior ao pedido.

Extradição

Em 1972, providenciaram-se 172 minutas relativas a extradição. Foram apresentados ao Governo brasileiro 9 pedidos de extradição, (Anexo 6). Por sua vez, o Governo brasileiro formulou 2 pedidos de extradição a Estados estrangeiros, (Anexo 7).

Expulsão de Estrangeiros

Foram expedidas pelo Itamaraty 118 circulares sobre expulsão de estrangeiros, tendo sido esse número em 1972 superior ao dobro do referente ao ano anterior.

O Ministério das Relações Exteriores dedicou especial atenção a esses processos, que resultaram nas expulsões de cidadãos, em sua maioria envolvidos no tráfico ilegal de entorpecentes e vários dos quais tiveram a prisão decretada como consequência de pedidos específicos (do Governo dos Estados Unidos da América), com vistas à extradição.

Autorização para Aceitar Emprego, Cargo ou Pensão de Governos Estrangeiros

Foram processados, em 1972, 183 expedientes referentes à autorização para aceitar emprego, cargo ou pensão de Governo estrangeiro. Concederam-se 130 autorizações, distribuídas por 22 governos, aos quais se vincularam vários cidadãos brasileiros, (Anexo 8).

Convenção Internacional de Nova York sobre Prestação de Alimentos

Foram em número de 43 os expedientes elaborados pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o encaminhamento de documentação e consultas respeitantes à aplicação, no Brasil, da Convenção Internacional de Nova York sobre Prestação de Alimentos, assinada a 20 de junho de 1956 e da qual o Brasil é parte.

Adoção de Crianças Brasileiras por Estrangeiros

O Itamaraty respondeu a diversas consultas de Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras relativas à adoção de crianças brasileiras por estrangeiros, comunicando-lhes, de acordo com parecer do Ministério da Justiça, que é necessário para aquela finalidade, o domicílio do alienígena no Brasil, tendo por fundamento o disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942 — Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.

ANEXO 1

Rogatórias Brasileiras Encaminhadas a

Portugal	45
Argentina	13
Paraguai	13
Uruguai	11
França	9
Estados Unidos da América	6
Grã-Bretanha	7
Alemanha	5
Itália	4
Suíça	4
Países-Baixos	2

Bolívia	1
Canadá	1
Espanha	1
Líbano	1
México	1
Nigéria	1
Noruega	1
Peru	1
Suécia	1
TOTAL	128

ANEXO 2

Rogatórias Brasileiras Restituídas pelas Justiças de

Portugal	41
Argentina	11
Uruguai	9
França	6
Itália	6
Alemanha	5
Estados Unidos da América	6
Paraguai	5
Espanha	4
Grã-Bretanha	4
Bolívia	2
Suíça	2
Áustria	1
Colômbia	1
Grécia	1
Israel	1
Líbano	1
Noruega	1
Países-Baixos	1
Peru	1
TOTAL	109

Rogatórias Estrangeiras Recebidas para Cumprimento

Alemanha	53
Portugal	25
Argentina	16
Japão	15
Suíça	10
França	5
Espanha	3
África do Sul	2
Peru	2
Uruguai	2
Iraque	1
TOTAL	134

Rogatórias Estrangeiras Restituídas pelo Brasil a

Alemanha	72
Portugal	30
Argentina	17
Japão	15
Suíça	9
França	9
Uruguai	6
Espanha	4
África do Sul	1
Grã-Bretanha	1
Iraque	1
TOTAL	165

Casos de Perda de Nacionalidade

Estados Unidos da América	68
Alemanha	16
Argentina	10
Uruguai	9
Países-Baixos	6
Canadá	5
Portugal	2
Israel	1
Japão	1
Malta	1
Romênia	1
Venezuela	1
TOTAL	121

ANEXO 6

Extradições Pedidas ao Brasil

Argentina	4
Portugal	2
Alemanha	1
Espanha	1
França	1
TOTAL	9

ANEXO 7

Extradições Pedidas pelo Brasil a

Argentina	1
Portugal	1
TOTAL	2

**Licença para Aceitar Emprego, Cargo ou Pensão
de Governo Estrangeiro**

Estados Unidos da América	50
Grã-Bretanha	13
Canadá	11
França	12
Alemanha	11
Japão	5
Países-Baixos	5
Chile	4
Costa Rica	3
China	2
Dinamarca	2
Itália	2
África do Sul	1
Austrália	1
Austria	1
Bélgica	1
Costa do Marfim	1
Líbano	1
Senegal	1
Suécia	1
Tchecoslováquia	1
Uruguai	1
TOTAL	130

CERIMONIAL

CERIMONIAL

Cartas Credenciais Acreditando Chefes de Missões Brasileiras

Senhor David Silveira da Motta Junior, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Argélia.

Senhor Lyle Amaury Tarrisse da Fontoura, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Gana.

Senhor Jorge de Oliveira Maia, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Indonésia.

Senhora Dora Alencar de Vasconcellos, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Trinidad-e-Tobago.

Senhor Carlos Sylvestre de Ouro-Preto, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Suíça.

Senhor Paulo Braz Pinto da Silva, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Afeganistão.

Senhor Mellilo Moreira de Mello, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Guiana.

Senhor Brulino Botelho Barbosa, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Zaire.

Senhor Marcos Antonio do Salvo Coimbra, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na África do Sul.

Senhora Maria de Lourdes Castro e Silva de Vincenzi, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Costa Rica.

Senhor Lucillo Haddock Lobo, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Venezuela.

Senhor José Sette Câmara Filho, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Tchecoslováquia.

Senhor Lyle Amaury Tarrisse da Fontoura, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Togo.

Senhor Luiz Leivas Bastian Pinto, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Etiópia.

Senhor João Cabral de Mello Neto, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Senegal.

Senhor João Cabral de Mello Neto, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Mauritània.

Senhor Fernando Ramos de Alencar, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Paraguai.

Senhor Lauro Escorel Rodrigues de Moraes, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Dinamarca.

Cartas Revocatórias de Chefes de Missões Brasileiras

Senhor Paulo Leão de Moura, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Argélia.

Senhora Beata Vettori, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Senegal.

Senhor Renato Firmino Maia de Mendonça, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Gana.

Senhor Antonio Mendes Viana, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Indonésia.

Senhor Décio Honorato de Moura, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Jordânia.

Senhor Aguinaldo Boulitreau Fragoso, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Suíça.

Senhor Landulpho Borges da Fonseca, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Afeganistão.

Senhor José Horácio da Cunha Garcia, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Guiana.

Senhor David Silveira da Motta Junior, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na África do Sul.

Senhor Lucillo Haddock Lobo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Costa Rica.

Senhor Carlos Sylvestre de Ouro-Preto, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Venezuela.

Senhor Henrique de Souza Gomes, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Tchecoslováquia.

Senhor João Gracie Lampreia, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Etiópia.

Senhora Beata Vettori, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Mauritânia.

Senhor Lauro Scorel Rodrigues de Moraes, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Paraguai.

Senhor Henrique Rodrigues Valle, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Dinamarca.

Missões Especiais

Senhor Hervásio Guimarães de Carvalho, Delegado do Brasil à XVI Conferência sobre Energia Atômica.

Senhor Mario Gibson Alves Barboza, Delegado do Brasil à XXVII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Respostas a credenciais e revocatórias

Libano

Credencial do Senhor Jean Hadji-Thomas
Revocatória do Senhor Faouzi Badaouil

Colômbia

Credencial do Senhor Victor G. Ricardo
Revocatória do Senhor Leonidas Londoño y Londoño

Guatemala

Credencial da Senhora Francisca Hall Zuñiga
Revocatória do Senhor Antonio Morales Nadler

Romênia

Credencial do Senhor Ion Moraru
Revocatória do Senhor Gheorghe Matei

França

Credencial do Senhor Paul Fouchet
Revocatória do Senhor François Lefevre de Laboulaye

Bulgária

Credencial do Senhor Atanas Kalbov
Revocatória do Senhor Nikola Petev

Espanha

Credencial do Senhor José Perez del Arco y Rodriguez
Revocatória do Senhor Emilio Pan de Soraluce y Olmos

Nicarágua

Credencial do Senhor José Sansónterán
Revocatória do Senhor Justino Sansón Balladares

Haiti

Credencial do Senhor Gérard Salomon Bouchette
Revocatória do Senhor Ernst Rémy

Honduras

Credencial do Senhor Guido Bacci di Capacci
Revocatória do Senhor José R. Castro

Dinamarca

Credencial do Senhor Hans von Haffner
Revocatória do Senhor Janus August Worn Paludan

Argentina

Credencial do Senhor José Maria García Alvarez de Toledo
Revocatória do Senhor Osiris Guillermo Villegas

Indonésia

Credencial do Senhor Sjarif Thajeb
Revocatória do Senhor Bambang Soegeng

Venezuela

Credencial do Senhor Alfredo Baldó Casanova
Revocatória do Senhor Luiz Humberto Croce Orozco

Barbados

Credencial do Senhor Theodore Mccomie.

**Acreditados como Encarregados
de Negócios a .i. , no Brasil**

Venezuela

Conselheiro Luiz Martinez

Suécia

Barão Carl Gustaf von Platen

**Acreditados como Encarregados
de Negócios, a.i., no exterior**

Costa Rica

Conselheiro Nelson Alves da Fonseca

Afeganistão

Secretário José Murillo de Carvalho

Índia

Secretário Adhamar Soares de Carvalho

Romênia

Secretário Jadiel Ferreira de Oliveira

Canadá

Conselheiro Marina de Barros e Vasconcellos.

Condecorações

Durante o ano de 1972 foram agraciadas com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul 81 personalidades estrangeiras, sendo que

1 recebeu o Grande-Colar; 27 receberam Grã-Cruz; 3, Grande Oficial; 20, Comendador; 18, Oficial; e 4, Cavaleiro.

No mesmo período foram agraciados com a Ordem do Rio-Branco, no Quadro Ordinário: 26 diplomatas dos quais 6 receberam Grã-Cruz; 5, Grande Oficial; 8, Comendador; 3, Oficial; e 5, Cavaleiro.

No Quadro Suplementar, da mesma Ordem, foram admitidas 326 personalidades: 251 brasileiros e 75 estrangeiros. Ainda da Ordem de Rio-Branco foram concedidas 9 Medalhas e conferidas duas insígnias. Uma ao 2.º Batalhão de Fronteiras de São Luiz de Cáceres e outra ao Grupamento de Fuzileiros Navais de Uruguaiana.

Também em 1972 foram condecoradas diversas personalidades africanas, durante a visita do Senhor Ministro de Estado à África.

O Setor de Condecorações, em colaboração com os demais Setores do Cerimonial, organizou também as cerimônias de entrega das insígnias da Ordem do Mérito Educativo (em 8-6-72 e 28-11-72) e da Ordem do Mérito do Trabalho (em 11-12-72).

Comissão de Assistência à Transferência do Corpo Diplomático para Brasília

No decorrer de 1972 a Comissão de Assistência à Transferência do Corpo Diplomático deu prosseguimento às suas atividades com vistas a atender aos objetivos que motivaram a sua constituição, em 1970, pelo Decreto n.º 67.627, como coordenadora das medidas que dependam das autoridades brasileiras e assegurar às Missões Diplomáticas e aos Escritórios Regionais dos Organismos Internacionais sediados no Brasil as condições de se transferirem para Brasília até 7 de setembro de 1972. Com esse propósito, mantiveram-se na Comissão de Assistência, contatos freqüentes, regulares e diretos, com os representantes

dos diferentes órgãos da administração pública, vinculados ao processo de mudança para a nova Capital, tais como: Conselho de Segurança Nacional, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRÁS), Governo do Distrito Federal (Secretaria de Viação e Obras, Secretaria de Finanças, — NOVACAP), e com as Companhias de Telecomunicações, Eletricidade, Águas e Esgotos etc.

Em 1972, trinta e duas Embaixadas transferiram-se para a Capital Federal, ampliando-se, assim, o processo de transferência.

Quatorze Missões Diplomáticas solicitaram instalação de serviços de **telex** em suas Chancelarias. À Companhia de Telecomunicações de Brasília foram encaminhadas cento e noventa solicitações para a instalação de terminais telefônicas.

De conformidade com o que dispõe a Lei n.º 4.331, de 1.º de junho de 1969, prorrogada pela Lei n.º 5.971, foram apresentados à Comissão vinte e um pedidos de autorização para compra de imóveis para uso de funcionários diplomáticos estrangeiros, tendo sido todos aprovados pelo Conselho de Segurança Nacional. Os Governos adquirentes, por intermédio da CATCD, foram beneficiados com a isenção dos impostos de transmissão **inter vivos**, predial e territorial urbano, que normalmente recairiam sobre essas operações e imóveis.

Ainda no desempenho de suas funções, a Comissão expediu em 1972 cerca de 110 Circulares Postais, fornecendo aos Senhores Chefes de Missão diplomáticas informações sobre imóveis disponíveis no Distrito Federal, para locação ou compra.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

ORÇAMENTO

Simplificou-se o processo de prestação de contas no exterior e criou-se um grupo de inspeção para orientação e fiscalização do dispêndio de verbas pelas repartições brasileiras no exterior.

Em virtude de convênio de assistência técnica para a implantação da reforma administrativa no Itamaraty, assinado com o Ministério do Planejamento, selecionou-se um grupo de funcionários para integrar o Curso de Agentes do Sistema de Planejamento, Orçamento e Organização, curso esse que ensejaria a elaboração de normas de funcionamento daquele sistema.

ORGANIZAÇÃO

Dentre as principais atividades do Itamaraty, nesse setor, cabe ressaltar: os trabalhos de atualização do Guia de Postos; instalação do conjunto gráfico do Itamaraty; atualização e reimpressão da publicação "Serviço Exterior Brasileiro"; atualização e reformulação do Manual de Serviço — Tomo administrativo; elaboração regular de Textos-de-Serviço.

O Setor competente desincumbiu-se sobretudo de três atividades principais no decorrer de 1972: seleção, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, planejamento, organização e métodos.

MATERIAL E PATRIMÔNIO

Destacaram-se, no setor, as seguintes atividades: reequipamento da Secretaria de Estado, iniciada quando da transferência do Itamaraty para a Capital Federal; reequipamento e instalação de várias Missões diplomáticas e Repartições consulares; aquisição, construção e reforma de imóveis no exterior; racionalização e padronização dos equipamentos fornecidos às Missões diplomáticas e Repartições consulares; renovação da frota de veículos oficiais do Itamaraty; padronização de veículos e de materiais em geral; orientação às Missões no exterior quanto à política de locação de imóveis; elaboração de imóveis; elaboração de anteprojeto de reestruturação do Setor, de forma a adaptá-lo progressivamente ao esquema da reforma administrativa.

COMUNICAÇÕES

O Setor de Comunicações é de vital importância para o Itamaraty e a sua adaptação aos modernos e sofisticados sistemas de transmissão da informação torna-se por isso mesmo imperativa. Para o aumento da eficiência e produtividade do sistema conferiu-se caráter prioritário aos projetos de inovação tecnológica e funcional, no decorrer de 1972, visando à incorporação de novas técnicas de telecomunicações e processamento de dados e à diminuição do custo unitário da informação transportada e tratada; os projetos mencionados acentuarão o papel do Itamaraty na coleta de informação, no exterior, e de informações de interesse para o desenvolvimento do país e a sua disseminação no âmbito da Administração Federal e do setor privado.

PESSOAL

O Setor competente foi reestruturado em 1972 e pôde, assim, atender com maior eficiência o permanente volume de trabalho. Desenvolveu notadamente, por etapa, os trabalhos de estruturação do Grupo Diplomacia e do Grupo Serviços Auxiliares, em consonância com legislação específica que regulamenta aquelas funções.

Procedeu-se igualmente à fusão do Quadro do Pessoal do Itamaraty e a inclusão dos colaboradores eventuais no Regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

DOCUMENTAÇÃO

O Setor de Documentação, na parte de Biblioteca, procedeu à transferência de livros do Rio de Janeiro para Brasília, onde passou a contar com cerca de vinte mil obras. Prosseguiu no programa de aquisição de livros e periódicos, classificação e catalogação e atendimento de consultas e empréstimos.

Cumpre ainda ressaltar as atividades do Arquivo Histórico e o reequipamento, em melhores instalações, do seu respectivo material. Da mesma forma, destacaram-se as atividades da Mapoteca, com aquisição de novos mapas e programação de cursos sobre cartografia.

1910

... ..
... ..
... ..
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..

1911

... ..
... ..
... ..
... ..
... ..

... ..
... ..
... ..
... ..

**INSPETORIA GERAL DE
FINANÇAS**

INSPETORIA GERAL DE FINANÇAS

O Itamaraty através da sua Inspecção Geral de Finanças preparou e remeteu, com regularidade, à IGF do Ministério da Fazenda os balancetes mensais financeiros, orçamentários e patrimoniais relativos ao exercício de 1972, facilitando a auditoria dos responsáveis por bens e valores na Secretaria de Estado das Relações Exteriores para ulterior apreciação pelo Tribunal de Contas da União. Outrossim, acompanhou a execução orçamentária, dando ênfase à carência de recursos para programas essenciais e cooperando com o Setor administrativo na adoção de medidas acauteladoras.

RELAÇÕES COM O CONGRESSO

SERVIÇO DE RELAÇÕES COM O CONGRESSO

MENSAGENS ENVIADAS AO SENADO

Indicação de Embaixadores e Ministros Plenipotenciários

N.º 28, de 7 de abril, aprovada a 12.

Carlos Sylvestre de Ouro-Preto — Embaixador na Suíça.

N.º 30, de 7 de abril, aprovada a 12.

João Cabral de Mello Neto — Embaixador no Senegal.

N.º 31, de 7 de abril, aprovada a 18.

Jorge de Oliveira Maia — Embaixador na Indonésia (cumulativo com a Tailândia).

N.º 32, de 7 de abril, aprovada a 18.

Carlos da Ponte Ribeiro Eiras — Embaixador na Jordânia (cumulativo com o Líbano).

N.º 33, de 7 de abril, aprovada a 22.

Lyle Amaury Tarrisse da Fontoura — Embaixador em Gana.

N.º 34, de 7 de abril, aprovada a 13.

David Silveira da Motta Júnior — Embaixador na Argélia.

N.º 56, de 14 de abril, aprovada a 20.

Dora Alencar de Vasconcelos — Embaixador em Barbados (cumulativo com Trinidad-e-Tobago).

N.º 57, de 14 de abril, aprovada a 20.

Paulo Braz Pinto da Silva — Embaixador no Afeganistão (cumulativo com Irã).

N.º 61, de 3 de maio, aprovada a 31.

Lucillo Haddock Lobo — Embaixador na Venezuela.

N.º 79, de 12 de maio, aprovada a 7 de junho.

Roberto Luiz Assumpção de Araújo — Embaixador na Índia.

N.º 123, de 26 de maio, aprovada a 22 de junho.

Marcos Antonio do Salvo Coimbra — Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na África do Sul.

N.º 124, de 26 de maio, aprovada a 31.

Maria de Lourdes Castro e Silva de Vincenzi — Embaixador na Costa Rica.

N.º 167, de 21 de junho, aprovada a 28.

Mellilo Moreira de Mello — Embaixador na Guiana.

N.º 168, de 21 de junho, aprovada a 28.

Braulino Botelho Barbosa — Embaixador na República do Zaire.

N.º 205, de 31 de julho, aprovada a 11 de agosto.

José Sette Câmara Filho — Embaixador na Tchecoslováquia.

N.º 226, de 11 de agosto, aprovada a 23.

Lyle Amaury Tarrisse da Fontoura — Embaixador no Togo (cumulativo com Gana).

N.º 254, de 13 de setembro, aprovada a 21.

Luiz Leivas Bastian Pinto — Embaixador na Etiópia (cumulativo com Egito).

N.º 275, de 4 de outubro, aprovada a 11.

Mário Loureiro Dias Costa — Embaixador no Iraque.

N.º 290, de 11 de outubro, aprovada a 18.

João Cabral de Mello Neto — Embaixador a) na República da Mauritânia, e b) na República do Mali (cumulativo com o Senegal).

N.º 291, de 11 de outubro, aprovada a 18.

Paulo do Rio Branco Nabuco de Gouvêa — Embaixador no Daomei (cumulativo com Nigéria).

N.º 302, de 13 de outubro, aprovada a 9 de novembro.

Lauro Escorel Rodrigues de Moraes — Embaixador na Dinamarca.

N.º 318, de 31 de outubro, aprovada a 9 de novembro.

Fernando Ramos de Alencar — Embaixador no Paraguai.

N.º 371, de 20 de novembro, aprovada a 28.

José Augusto de Macedo Soares — Embaixador na Colômbia.

N.º 381, de 30 de novembro, aprovada a 1.º de dezembro.

Roberto Luiz Assumpção de Araújo — Embaixador no Ceilão (Sri Lanka) (cumulativo com a Índia).

ATOS INTERNACIONAIS

CHANDLER M. COLE

ATOS INTERNACIONAIS

Durante o ano de 1972 foram preparados, geralmente em dois idiomas, 15 novos fascículos da Coleção de Atos Internacionais, numerados de 660 a 674. Desse total, somente os 4 últimos ainda não foram publicados e distribuídos.

A Missão do Brasil junto às Nações Unidas, foram enviados para registro na Secretaria daquele Órgão 64 fascículos da “Coleção de Atos Internacionais”.

Acordos Bilaterais

África do Sul

Memorando de entendimento sobre relações aeronáuticas. Concluído em Johannesburgo, a 19 de janeiro de 1972 e publicado no Diário Oficial de 21 de março.

Acordo para evitar a dupla tributação nos lucros decorrentes dos transportes marítimo e aéreo. Concluído em Brasília, por troca de notas de 29 de março de 1972, e publicado no Diário Oficial de 17 de abril.

Alemanha

Convênio sobre a entrada de navios nucleares em águas brasileiras e sua permanência em portos brasileiros. Concluído em Brasília, a 7 de junho de 1972 e aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 72, de 28 de novembro.

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963, para o envio de um perito médico — veterinário para a região do Vale do Itajaí. Concluído em Brasília, por troca de notas de 26 de janeiro de 1972, e publicado no Diário Oficial de 26 de janeiro.

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 1963, e aos ajustes de 1969 e de 1971 para o envio de um perito agrícola para a ACAR. Concluído em Brasília, por troca de notas de 26 de janeiro de 1972, e publicado no Diário Oficial de 8 de março.

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963, no sentido de ampliar a padronização técnica no Brasil. Concluído em Brasília, por troca de notas de 28 de janeiro de 1972, e publicado no Diário Oficial de 7 de março.

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963, relativo ao estabelecimento de um programa de Cooperação Mútua entre a Universidade do Rio Grande do Sul e o Instituto de Química Farmacêutica da Universidade de Münster. Concluído em Brasília, por troca de notas de 25 de fevereiro de 1972, e publicado no Diário Oficial de 9 de março.

Acordo sobre radioamadorismo. Concluído em Brasília, por troca de notas de 6 de março e 11 de abril de 1972, e publicado no Diário Oficial de 26 de abril.

Ajuste relativo à entrada em vigor do Memorando de Entendimento entre o Instituto de Pesquisas Espaciais e o Ministério Federal de Educação e Ciência da República Federal da Alemanha. Concluído em Brasília, por troca de notas de 17 de março e 24 de abril de 1972.

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica relativo à prestação de Cooperação Técnica ao Colégio Agrícola Visconde da Graça de Pelotas Estado do Rio Grande do Sul. Concluído em Brasília, por troca de notas de 12 de abril de 1972, e publicado no Diário Oficial de 30 de maio.

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963, relativo ao envio de peritos ao Grupo de Trabalho Hidrogeológico da Missão Geológica (SUDENE). Concluído em Brasília, por troca de notas de 26 de maio de 1972, e publicado no Diário Oficial de 13 de junho.

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963, relativo ao envio de um perito à ASCAR — Estado do Rio Grande do Sul. Concluído em Brasília, por troca de notas de 26 de maio de 1972, e publicado no Diário Oficial de 15 de junho.

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963, relativo ao envio de perito para a Missão Junto ao IPEAME — Estado do Paraná. Concluído em Brasília, por troca notas de 26 de maio de 1972, e publicado no Diário Oficial de 16 de junho.

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963, relativo ao envio de um perito à ACARESC — Estado de Santa Catarina. Concluído em Brasília, por troca de notas de 26 de maio de 1972, e publicado no Diário Oficial de 15 de junho.

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963, relativo ao envio de um perito à ACAR — Estado de Minas Gerais. Concluído em Brasília, por troca de notas de 26 de maio de 1972, e publicado no Diário Oficial de 14 de junho.

Ajuste complementar ao Acordo Geral de Cooperação Científica e Tecnológica de 1969, relativo à celebração de um Convênio Especial entre o Conselho Nacional de Pesquisas, do Rio de

Janeiro, e a Sociedade de Matemática e Processamento de Dados Ltda. de Bonn, sobre cooperação científico-tecnológica. Concluído em Brasília, por troca de notas de 7 de junho de 1972, e publicado no Diário Oficial de 20 de junho.

Protocolo sobre cooperação financeira. Concluído em Brasília, a 31 de julho de 1972 e publicado no Diário Oficial de 7 de agosto.

Ajuste Complementar ao Protocolo de Cooperação Financeira de 31 de julho de 1972. Concluído em Brasília, por troca de notas de 31 de julho de 1972, e publicado no Diário Oficial de 6 de dezembro.

Ajuste sobre a realização da segunda visita do navio nuclear "Otto Hahn" ao Brasil. Concluído em Brasília, por troca de notas de 27 de julho de 1972, e publicado no Diário Oficial de 4 de dezembro.

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963, relativo ao envio de um perito à Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda. — Estado do Rio Grande do Sul. Concluído em Brasília, por troca de notas de 13 de agosto de 1972, e publicado no Diário Oficial de 5 de dezembro.

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963, sobre a cooperação alemã à Escola Técnica de São Bernardo do Campo. Concluído em Brasília, por troca de notas de 13 de outubro de 1972, e publicado no Diário Oficial de 5 de dezembro.

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963, relativo à manutenção de um perito em suinocultores, junto à ASCAR — Estado do Rio Grande do Sul. Concluído em Brasília, por troca de notas de 20 de outubro de 1972, e publicado no Diário Oficial de 7 de dezembro.

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963, relativo ao envio de peritos técnico-científicos ao IPEAAOC. Concluído em Brasília, por troca de notas de 20 de outubro de 1972, e publicado no Diário Oficial de 7 de dezembro.

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963, relativo ao envio de peritos para assessorar o Ministério da Agricultura na criação de um Centro de Multiplicação de Sementes de Batata em Santa Catarina. Concluído em Brasília, por troca de notas de 6 de dezembro de 1972, e publicado no Diário Oficial de 14 de dezembro.

Argentina

Acordo sobre a realização de estudos de interconexões fronteiriças dos sistemas rodoviários dos dois países. Concluído em Brasília, por troca de notas de 15 de março de 1972, e publicado no Diário Oficial de 27 de março.

Declaração conjunta. Concluída em Brasília, a 15 de março de 1972, e publicada no Diário Oficial de 27 de março.

Acordo para o estabelecimento de um programa geral de cooperação entre os sistemas de comunicações dos dois países. Concluído em Brasília, por troca de notas de 15 de março de 1972, e publicado no Diário Oficial de 27 de março.

Acordo relativo à construção de uma ponte sobre o rio Iguazu. Concluído em Brasília, por troca de notas de 15 de março de 1972 e publicado no Diário Oficial de 27 de março.

Acordo relativo à eliminação da bitributação em matéria de transporte terrestre. Concluído em Brasília, por troca de notas de 15 de março de 1972, e publicado no Diário Oficial de 27 de março.

Acordo relativo à coordenação entre as autoridades dos dois países para favorecer e aumentar o turismo. Concluído em Bra-

sília, por troca de notas de 15 de março de 1972, e publicado no Diário Oficial de 27 de março.

Acordo relativo à instituição de uma Comissão mista brasileiro-argentina para uso e conservação de pontes internacionais. Concluído em Brasília, por troca de notas de 15 de março de 1972, e publicado no Diário Oficial de 27 de março.

Bélgica

Convenção para evitar a dupla tributação e regular outras questões em matéria de impostos sobre a renda. Concluída em Brasília, a 23 de junho de 1972 e aprovada pelo Decreto-Legislativo n.º 76, de 1.º de dezembro.

Bolívia

Declaração conjunta. Concluída em Brasília, a 1.º de fevereiro de 1972 e publicada no Diário Oficial de 14 de março.

Declaração conjunta. Concluída em Corumbá, a 4 de abril de 1972 e publicada no Diário Oficial de 17 de abril.

Acordo para a execução do programa celebrado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e pelo Servicio Nacional de Camiños sobre transportes rodoviários. Concluído em Corumbá, por troca de notas de 4 de abril de 1972, e publicado no Diário Oficial de 17 de abril.

Tratado sobre vinculação rodoviária. Concluído em Corumbá, a 4 de abril de 1972 e aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 91, de 5 de dezembro.

Convênio constitutivo do "Fundo de Desenvolvimento" previsto pelo Protocolo Adicional ao Tratado sobre Ligação Ferroviária; de 1938, celebrado entre o Brasil e a Bolívia em 1964. Concluído

em Corumbá, a 4 de abril de 1972, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 61, de 5 de outubro, e ratificado pelo Brasil a 13 de novembro.

Acordo sobre cooperação sanitária. Concluído em Brasília, a 8 de junho de 1972 e aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 78, de 2 de dezembro.

Protocolo Adicional ao Tratado sobre Vinculação Rodoviária, de 4 de abril de 1972. Concluído em La Paz, a 5 de outubro de 1972 e aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 91, de 5 de dezembro.

Bulgária

Acordo sobre venda de trigo ao Brasil. Concluído em Brasília, por troca de notas de 29 de junho de 1972, e publicado no Diário Oficial de 13 de julho.

Camarões

Acordo Cultural. Concluído em laundé, a 14 de novembro de 1972.

Acordo de cooperação técnica. Concluído em laundé, a 14 de novembro de 1972.

Declaração Conjunta. Concluída em laundé, a 14 de novembro de 1972.

Canadá

Acordo de Radioamadorismo. Concluído em Brasília, por troca de notas de 1.º de fevereiro de 1972 e publicado no Diário Oficial de 25 de fevereiro.

Acordo sobre o desenvolvimento de novas instalações para manipulação e armazenamento de trigo no Brasil. Concluído em Brasília, por troca de notas de 18 de maio de 1972.

Acordo relativo aos termos de financiamento para a venda de trigo pelo Canadá. Concluído em Brasília, a 22 de dezembro de 1972.

Colômbia

Acordo de cooperação sanitária para a Região Amazônica. Concluído em Bogotá, a 10 de março de 1972 e aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 65, de 31 de outubro.

Acordo básico de cooperação técnica. Concluído em Bogotá, a 13 de dezembro de 1972.

Costa do Marfim

Acordo cultural e educacional. Concluído em Abidjan, a 27 de outubro de 1972.

Acordo Comercial. Concluído em Abidjan, a 27 de outubro de 1972.

Acordo de cooperação técnica e científica. Concluído em Abidjan, a 27 de outubro de 1972.

Acordo sobre dispensa de vistos em passaportes diplomáticos e especiais. Concluído em Abidjan, por troca de notas de 24 e 27 de outubro de 1972.

Declaração Conjunta. Concluída em Abidjan, a 30 de outubro de 1972.

Costa Rica

Declaração Conjunta. Concluída em Brasília, a 1.º de março de 1972 e publicada no Diário Oficial de 16 de março.

Daomé

Declaração Conjunta. Concluída em Cotonou, a 7 de novembro de 1972.

Acordo Cultural. Concluído em Cotonou, a 7 de novembro de 1972.

Acordo de cooperação técnica. Concluído em Cotonou, a 7 de novembro de 1972.

Dinamarca

Acordo que estabelece um mecanismo de consulta entre as autoridades governamentais do Brasil e da Dinamarca sobre transporte marítimo internacional. Concluído em Brasília, por troca de notas de 29 de março de 1972, e publicado no Diário Oficial de 17 de abril.

Espanha

Acordo modificativo do Ajuste Complementar ao Convênio de Cooperação Social. Concluído em Brasília, por troca de notas de 20 de março e 6 de abril de 1972, e publicado no Diário Oficial de 25 de abril.

Ajuste administrativo para a execução do Ajuste Complementar ao Convênio de Cooperação de Saúde. Concluído em Brasília, por troca de notas de 20 de março e 6 de abril de 1972, e publicado no Diário Oficial de 25 de abril.

Estados Unidos da América

Acordo relativo à execução de um programa de cooperação científica. Concluído em Brasília, a 1.º de dezembro de 1971; aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 48, de 29 de agosto de 1972, e publicado no Diário Oficial de 18 de outubro.

Relatório conjunto sobre pesca de camarão. Concluído em Brasília, a 6 de março de 1972.

Notas complementares ao Acordo sobre Camarão, de 9 de maio de 1972. Concluídas em Brasília, por troca de notas de 9 de maio, e publicadas no Diário Oficial de 24 de maio.

Acordo sobre Camarão. Concluído em Brasília, a 9 de maio de 1972.

Memorando de entendimento entre as instituições executivas do Acordo de Cooperação Científica, firmado em 1971. Concluído no Rio de Janeiro, a 14 de dezembro de 1972.

Acordo de Assistência Militar. Concluído em Brasília, por troca de notas de 28 de fevereiro e 27 de junho de 1972.

Entendimentos relativos à operação do Acordo sobre Camarão de 9 de maio de 1972. Concluídos em Brasília, por troca de notas de 30 de junho.

Acordo de Cooperação Relativo aos Usos Cíveis da Energia Atômica. Concluído em Washington, a 17 de julho de 1972; aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 49, de 14 de setembro; promulgado pelo Decreto n.º 71.207, de 5 de outubro e publicado no Diário Oficial de 9 de outubro.

Acordo de Cooperação para Usos Cíveis da Energia Atômica. Concluído em Washington, a 8 de julho de 1965; substituído pelo acordo sobre a mesma matéria e concluído em Washington, a 17 de julho de 1972.

Ajuste referente ao Artigo IV do Acordo de Cooperação para Usos Cíveis de Energia Atômica, de 8 de julho de 1965. Concluído em Brasília, por troca de notas de 2 de maio de 1972. Deixou de vigorar, com o acordo precedente.

Finlândia

Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento. Con-

cluída em Helsinque, a 16 de fevereiro de 1972 e aprovada pelo Decreto-Legislativo n.º 86, de 5 de dezembro.

Ajuste para efetuar correção aos textos em português e finlandês, da Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento. Concluído em Brasília, por troca de notas de 17 de agosto de 1972.

França

Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento. Concluída em Brasília, a 10 de setembro de 1971; aprovada pelo Decreto-Legislativo n.º 87, de 27 de novembro de 1971; ratificada pelo Brasil a 4 de fevereiro de 1972; promulgada pelo Decreto n.º 70.506, de 12 de maio e publicada no Diário Oficial de 16 de maio.

Gabão

Declaração Conjunta. Concluída em Libreville, a 12 de novembro de 1972.

Gana

Declaração Conjunta. Concluída em Acra, a 2 de novembro de 1972.

Acordo sobre cooperação cultural. Concluído em Acra, a 2 de novembro de 1972.

Acordo Comercial. Concluído em Acra, a 2 de novembro de 1972.

Guatemala

Declaração Conjunta. Concluída em Brasília, a 9 de fevereiro de 1972, e publicada no Diário Oficial de 16 de março.

Acordo relativo à cooperação técnica. Concluído em Brasília, por troca de notas de 9 de fevereiro de 1972, e publicado no Diário Oficial de 20 de março.

Haiti

Convênio de intercâmbio cultural. Concluído no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1966; aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 77, de 9 de novembro de 1971, e ratificado pelo Brasil a 4 de fevereiro.

Itália

Acordo de co-produção cinematográfica. Concluído em Roma, a 9 de novembro de 1970; aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 57, de 19 de setembro de 1972, e ratificado pelo Brasil a 16 de outubro.

Acordo Básico de Cooperação Técnica. Concluído em Brasília, a 30 de outubro de 1972.

Acordo Sanitário. Concluído em Brasília, a 30 de outubro de 1972, e publicado no Diário Oficial de 27 de novembro.

Acordo Sanitário relativo a carnes. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 24 de agosto de 1961; substituído pelo acordo, sobre a mesma matéria, concluído em Brasília, a 30 de outubro de 1972.

Iraque

Acordo sobre cooperação comercial. Concluído em Bagdá, a 11 de maio de 1971; aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 81, de 24 de novembro; ratificado pelo Brasil a 8 de dezembro; instrumentos trocados em 6 de julho de 1972. Entrou em vigor a 6 de julho de 1972.

Israel

Convênio complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1962, relativo à colaboração entre os dois Governos no campo da irrigação e da valorização de áreas atingidas pelas secas. Concluído em Brasília, por troca de notas de 24 de janeiro de 1972, e publicado no Diário Oficial de 2 de fevereiro.

Iugoslávia

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1962, relativo ao fomento da produção de milho. Concluído em Brasília, por troca de notas de 4 de setembro de 1972, e publicado no Diário Oficial de 6 de dezembro.

México

Acordo de isenção de legislação consular. Concluído na cidade do México, por troca de notas de 26 de novembro de 1970; publicado no Diário Oficial de 31 de agosto de 1972. Entrou em vigor a 11 de julho de 1972.

Nigéria

Declaração Conjunta. Concluída em Lagos, a 18 de novembro de 1972.

Acordo sobre cooperação cultural. Concluído em Lagos, a 16 de novembro.

Acordo comercial. Concluído em Lagos, a 18 de novembro.

Países-Baixos

Acordo sobre Camarão. Concluído em Brasília, a 13 de dezembro.

Panamá

Convênio sobre radioamadorismo. Concluído em Panamá, por troca de notas de 4 e 24 de abril e 10 de agosto de 1972, e publicado no Diário Oficial de 4 de dezembro.

Paraguai

Acordo Sanitário. Concluído em Assunção, a 16 de julho de 1971; aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 90, de 29 de novembro; ratificado pelo Brasil a 4 de fevereiro de 1972; promulgado pelo Decreto n.º 70.335, de 28 de março, e publicado no Diário Oficial de 29 de março. Entrou em vigor a 26 de janeiro de 1972.

Portugal

Convenção sobre igualdade de direitos e deveres entre brasileiros e portugueses. Concluída em Brasília, a 7 de setembro de 1971; aprovada pelo Decreto-Legislativo n.º 82, de 24 de novembro; ratificada, pelo Brasil a 30 de dezembro; instrumentos trocados em Lisboa, a 22 de março de 1972; promulgada pelo Decreto n.º 70.391, de 12 de abril; e publicada no Diário Oficial de 14 de abril. Entrou em vigor a 22 de abril de 1972.

Parecer conjunto da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa ao Projeto de Reforma Ortográfica. Concluído em Brasília, a 22 de abril de 1971. Entrou em vigor a 15 de janeiro de 1972.

Convênio sobre radioamadorismo. Concluído em Brasília, por troca de notas de 19 de junho de 1970 e 17 de março de 1972.

Declaração Conjunta. Concluída em Brasília, a 25 de abril de 1972.

Senegal

Declaração Conjunta. Concluída em Dacar, a 21 de novembro de 1972.

Acordo de cooperação técnica. Concluído em Dacar, a 21 de novembro.

Suíça

Acordo complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 1968, relativo à prestação de assistência técnica ao Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco (INUFP). Concluído em Brasília, a 10 de janeiro de 1972 e publicado no Diário Oficial de 1.º de fevereiro.

Ajuste relativo à cooperação técnica entre o SENAI de São Paulo e a Fundação Suíça de Assistência ao Desenvolvimento Técnico complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 1968. Concluído em Brasília, por troca de notas de 18 de abril de 1972, e publicado no Diário Oficial de 4 de maio.

Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica de 1968, relativo à cooperação do Movimento Popular das Famílias (MPF) à Cooperativa Mista Artesanal do Recife (COMAR). Concluído em Brasília, por troca de notas de 19 de junho de 1972, e publicado no Diário Oficial de 3 de julho.

Ajuste sobre aplicação, em projetos de cooperação técnica, de recursos originados do Acordo Internacional sobre Cereais, de 1967. Concluído em Brasília, por troca de notas de 1.º de dezembro de 1972, e publicado no Diário Oficial de 18 de dezembro.

Tchecoslováquia

Declaração Conjunta. Concluída em Praga, a 16 de março de 1972.

Togo

Acordo Cultural. Concluído em Lomé, a 3 de novembro de 1972.

Acordo básico de cooperação técnica e científica. Concluído em Lomé, a 3 de novembro de 1972.

Declaração Conjunta. Concluída em Lomé, a 3 de novembro de 1972.

Trinidad-e-Tobago

Memorando de entendimento sobre pesca de camarão. Concluído em Brasília, a 6 de abril de 1972.

Acordo sobre pesca de camarão. Concluído em Brasília, por troca de notas de 19 de maio de 1972, e publicado no Diário Oficial de 14 de julho.

Acordo sobre transportes aéreos. Concluído no Rio de Janeiro e Brasília, por troca de notas de 3 de maio, 29 de setembro e 5 de outubro de 1972.

União Soviética

Acordo sobre transportes marítimos. Concluído em Moscou, a 20 de outubro.

Acordo sobre o estabelecimento de um escritório, para fins comerciais, no Rio de Janeiro. Concluído em Brasília, por troca de notas de 22 de setembro de 1972, e publicado no Diário Oficial de 2 de outubro.

Uruguai

Acordo sobre a definitiva fixação da barra do Arroio Chuf. Concluído em Montevideú, por troca de notas de 21 de julho de 1972.

Acordo sobre a recuperação e conservação da ponte da barra do rio Quaraí. Concluído em Montevideu, por troca de notas de 21 de julho de 1972, e publicado no Diário Oficial de 25 de setembro.

Acordo sobre transportes aéreos regulares. Concluído em Montevideu, a 28 de dezembro de 1956; aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 18, de 5 de dezembro de 1962; ratificado pelo Brasil a 30 de junho de 1970, instrumentos trocados em Brasília, a 10 de janeiro de 1972; promulgado pelo Decreto n.º 70.218, de 29 de fevereiro, e publicado no Diário Oficial de 2 de março. Entrou em vigor a 9 de fevereiro de 1972.

Zaire

Declaração Conjunta. Concluída em Kinshasa, a 9 de novembro de 1972.

Convenção geral de cooperação econômica, comercial, científica e cultural. Concluída em Kinshasa, a 9 de novembro de 1972.

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Convênio sobre privilégios e imunidades do Banco. Concluído em Brasília, a 21 de janeiro de 1972, e publicado no Diário Oficial de 22 de março.

FAO

Convênio sobre um projeto de alimentação escolar no Vale do São Francisco. Concluído em Brasília, a 4 de julho de 1972.

ONU

Normas para a execução parcial do programa de assistência voluntária, complementares ao Acordo Básico de Assistência

Técnica de 1964, para o desenvolvimento do Centro Regional de Telecomunicações de Brasília. Concluídas em Genebra, a 28 de agosto de 1972, e publicadas no Diário Oficial de 17 de novembro.

Acordos Multilaterais

Modificações Introduzidas no Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Concluídas a 23 de março de 1972, e aprovadas pelo Decreto-Legislativo n.º 66, de 9 de novembro.

Protocolo de Emendas à Convenção Única sobre Entorpecentes, 1961. Genebra, 25 de março de 1972; aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 88, de 5 de dezembro, e publicado no Diário Oficial de 6 de dezembro.

Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais. Londres, Washington e Moscou, 29 de março. Aprovada pelo Decreto-Legislativo n.º 77, de 1.º de dezembro.

Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estocagem de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e à Base de Toxinas e sua Distribuição. Londres, Moscou e Washington, 10 de abril de 1972. Aprovada pelo Decreto-Legislativo n.º 89, de 5 de dezembro, e publicada no Diário Oficial de 6 de dezembro.

Protocolo do Ajuste de Complementação sobre Produtos da Indústria Fotográfica (Associação Latino-Americana de Livre Comércio). Montevideu, 20 de abril de 1972. Decreto n.º 71.074, de 11-9-72, publicado no Diário Oficial de 14 de setembro.

Protocolo Adicional de Ajuste de Complementação n.º 12 sobre Produtos da Indústria Eletrônica e de Comunicações Elétricas (Associação Latino-Americana de Livre Comércio). Montevideu, 23 de junho de 1972. Promulgado pelo Decreto n.º 71.276, de 31 de outubro, e publicado no Diário Oficial de 3 de novembro.

Protocolo de Ajuste de Complementação n.º 19 sobre Produtos da Indústria Eletrônica e de Comunicações Elétricas (Associação Latino-Americana de Livre Comércio). Montevideu, 7 de Julho de 1972. Promulgado pelo Decreto n.º 71.408, de 20 de novembro de 1972, e publicado no Diário Oficial de 22 de novembro. Ratificado pelo Diário Oficial de 28 de novembro.

Emenda ao Acordo, de 1967, entre a Agência Internacional de Energia Atômica, o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo da República Federativa do Brasil para a Aplicação de Salvaguardas. Viena, 27 de julho de 1972. Aprovada pelo Decreto-Legislativo n.º 49, de 14 de setembro de 1972; promulgada pelo Decreto n.º 71.207, de 5 de outubro e publicada no Diário Oficial de 9 de outubro.

Artigos do Acordo do Instituto Internacional do Algodão. Aberto à assinatura em Washington de 17 de janeiro de 1966 a 28 de fevereiro de 1966, promulgado pelo Decreto n.º 70.160, de 18 de fevereiro de 1972, e publicado no Diário Oficial de 21 de fevereiro.

Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre. Concluído em Buenos Aires a 19 de outubro de 1966; promulgado pelo Decreto n.º 70.042, de 24 de janeiro de 1972, publicado no Diário Oficial de 26 de janeiro.

Estatuto da Conferência da Haia sobre Direito Internacional Privado. Concluído na Haia na Sessão de 9 a 31 de outubro de 1951; instrumento de adesão depositado a 27 de janeiro de 1972; promulgado pelo Decreto n.º 70.390, de 12 de abril, publicado no Diário Oficial de 14 de abril.

Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves. Londres, Washington e Moscou, 16 de dezembro de 1970. Instrumento de ratificação depositado a 14 de janeiro de 1972; promulgada pelo Decreto n.º 70.201, de 24 de fevereiro, publicado no Diário Oficial de 28 de fevereiro.

Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil. Concluída em Montreal a 23 de setembro de 1971, e aberta à assinatura em Londres, Washington e Moscou a 10 de outubro; aprovada pelo Decreto-Legislativo n.º 33, de 15 de junho de 1972, e ratificada a 5 de julho de 1972. Instrumento de ratificação depositado a 24 de julho de 1972.

Emenda ao Artigo 61 da Carta das Nações Unidas e Parágrafos 1, 2, 3 e 4. Concluída a 20 de dezembro de 1971, pela Resolução n.º 2.847 da Assembleia Geral; aprovada pelo Decreto-Legislativo n.º 43, de 17 de agosto de 1972 e ratificada a 30 de agosto. Instrumento de ratificação depositado a 7 de setembro.

Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados. Adotado em virtude da Resolução 2.198 da AG das Nações Unidas. Nova York, 31 de janeiro de 1967. Aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 93, de 30 de novembro de 1971; Instrumento de Adesão depositado junto à ONU a 7 de abril de 1972. Promulgado pelo Decreto n.º 70.946, de 7 de agosto de 1972, publicado no Diário Oficial de 8 de agosto.

Acordo Internacional do Trigo, 1971. Convenção sobre o Comércio do Trigo, 1971. Genebra, 20 de fevereiro de 1971. Aberta à assinatura, de 29 de março a 3 de maio de 1971; ratificada pelo Brasil a 30 de dezembro; instrumento de ratificação depositado em Washington a 12 de fevereiro de 1972; promulgada pelo Decreto n.º 70.222, de 1.º de março, publicado no Diário Oficial de 6 de março.

Protocolo Adicional à Constituição da União Postal Universal (Decisões do XVI Congresso da União Postal Universal). Tóquio, 14 de novembro de 1969. Instrumento de ratificação depositado em Berna a 19 de janeiro de 1972.

Convenção Postal Universal e Protocolo Final (Decisões do XVI Congresso da União Postal Universal). Tóquio, 14 de novembro de 1969. Instrumento de ratificação depositado em Berna a 19 de janeiro de 1972.

Acordo Relativo a Encomendas Postais, Protocolo Final e Regulamento de Execução (Decisões do XVI Congresso da União Postal Universal). Tóquio, 14 de novembro de 1969. Instrumento de ratificação depositado em Berna a 19 de janeiro de 1972.

Convenção sobre as Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedade Ilícita dos Bens Culturais. Paris, 14 de novembro de 1970. Aprovada pelo Decreto-Legislativo n.º 71, de 28 de novembro de 1972.

Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas. Viena, 21 de fevereiro de 1971. Aprovada pelo Decreto-Legislativo n.º 90, de 5 de dezembro de 1972, publicada no Diário Oficial de 6 de dezembro.

Acordo sobre Salvamento e Devolução de Astronautas e Restituição dos Objetos Lançados ao Espaço Cósmico. Londres, Washington e Moscou, 22 de abril de 1968. Aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 80, de 4 de dezembro de 1972, publicado no Diário Oficial de 5 de dezembro.

Protocolo Relativo às Negociações Comerciais entre os Países em Desenvolvimento (GATT). Genebra, 8 de dezembro de 1971. Aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 42, de 30 de junho de 1972, publicado no Diário Oficial de 4 de julho de 1972. Carta de Aceitação do Governo Brasileiro de 13 de novembro.

Emendas à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar. Londres, 12 de outubro de 1971. Aprovadas pelo Decreto-Legislativo n.º 85, de 5 de dezembro de 1972.

Acordo sobre a Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite "INTELSAT". Aberto à assinatura em Washington a 20 de agosto de 1971; aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 87, de 5 de dezembro de 1972, publicado no Diário Oficial de 6 de dezembro e ratificado a 12 de dezembro. Instrumento de ratificação depositado a 20 de dezembro.

Acordo Operacional sobre a Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite "INTELSAT". Aberto à assinatura em Washington a 20 de agosto de 1971; aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 87, de 5 de dezembro de 1972, publicado no Diário Oficial de 6 de dezembro e ratificado a 12 de dezembro. Instrumento de ratificação depositado a 20 de dezembro.

Estatutos da Organização Mundial de Turismo. México, 27 de setembro de 1970. Aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 56, de 18 de setembro de 1972.

Regulamento Geral da União Postal Universal com Anexos e Protocolo Final (Decisões do XVI Congresso da União Postal Universal). Tóquio, 14 de novembro de 1969. Aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 84, de 5 de dezembro de 1972.

Convenção Relativa às Agências Pagas de Colação n.º 96 — revista em Genebra a 1.º de julho de 1949, por ocasião da 32.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Registro da denúncia: 14 de janeiro de 1972. Denúncia tornada pública pelo Decreto n.º 70.224, de 1.º de março, publicado no Diário Oficial de 2 de março.



